

UM PARQUE UMA ALDEIA – DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E PARTICIPATIVO DE VALE DOMINGOS

Relatório de Projeto

Rosália Maria da Rocha Coelho

Trabalho realizado sob a orientação de

Jenny Sousa, ESECS-Politécnico de Leiria

Leiria, setembro 2022

Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Educação e

Desenvolvimento Comunitário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

A minha primeira e derradeira palavra é uma imensurável gratidão à Professora Doutora Jenny Sousa, pelo inestimável contributo técnico e científico que foram fundamentais para a realização deste trabalho. Escasseiam as palavras para agradecer por todo o encorajamento, incentivo, conhecimento partilhado e humanismo. Sem si, não teria sido capaz.

Aos meus colegas e professores de mestrado pelas aprendizagens, partilhas realizadas, sem os quais não teria trilhado este caminho de descoberta, encontro e crescimento pessoal e profissional.

À comunidade de Vale Domingos pela sua coragem, resiliência e combatividade.

À Associação de Vale Domingos pela disponibilidade de partilhar a sua história, o seu presente e visão de futuro.

À equipa do projeto Parque Botânico de Vale Domingos- Aldeia de Inovação Social, por toda a colaboração.

Ao Kuka e Ziva por terem sido os meus fiéis companheiros nesta jornada.

À minha família, em especial ao meu pai, que partindo cedo de mais continua a ser, a minha estrela guia e me faz acreditar que eu sou capaz.

Aos amigos pelo incentivo permanente, por me fazerem sentir especial todos os dias.

A Deus por todos os dias renovar a minha esperança e fortalecer o meu propósito de vida.

Resumo

A presente investigação procurou compreender qual a percepção da comunidade sobre a importância da Associação de Vale Domingos (ADV) para o desenvolvimento comunitário de Vale Domingos (VD). A ADV já executou e está a implementar alguns orçamentos participativos ganhos pela comunidade; para além disso, é promotora de um projeto de inovação social e parceira em outros projetos de intervenção social. Neste sentido, o estudo que aqui se apresenta teve como objetivos: conhecer o trabalho já desenvolvido pela comunidade de VD; perceber a importância do Parque Botânico de Vale Domingos ao nível do desenvolvimento comunitário; compreender o envolvimento da comunidade nas atividades da ADV; conhecer as necessidades e interesses das pessoas de VD e apresentar propostas de intervenção. Pretendeu-se, igualmente, compreender quais as estratégias que permitiram a mobilização e o envolvimento da comunidade local, bem como, identificar quais são os problemas que estão a ser respondidos e quais são as competências que a comunidade está a desenvolver fruto do trabalho dinamizado pela ADV. Como estratégia metodológica, optou-se pela metodologia qualitativa-quantitativa, materializada num estudo de caso, tendo sido utilizadas como técnicas de recolha de dados, inquéritos por questionário à comunidade, entrevista semiestruturada a informadores chave, *focus group* com a comunidade e análise documental (documentos internos da ADV). Como técnicas de análise de dados, foi utilizada a análise estatística e análise de conteúdo. Pelos dados apurados, pode-se afirmar que a ADV é uma associação com grande impacto no desenvolvimento comunitário de Vale Domingos. O seu trabalho é reconhecido na comunidade e pelos diversos parceiros que a veem como um exemplo de promoção de inclusão social, inovação e empreendedorismo social, cidadania e transformação social.

Palavras-chave

Desenvolvimento comunitário, empreendedorismo social, inclusão social, inovação social, orçamento participativo.

ABSTRACT

The present study sought to understand the community's perception of the importance of the Vale Domingos Association (VDA) for the community development of Vale Domingos (VD). VDA has already accomplished and is implementing some participatory budgets won by the community; besides that VDA is the promoter of a social innovation project and is also a partner in other social intervention projects. Regarding this, the present study had as main objectives: get to know the work already developed by the VD community; perceive the importance of the Vale Domingos Botanical Park in terms of the community development; understand the community involvement in VDA activities; get to know the needs and interests of the VD population and to submit intervention proposals. It was also expected to understand which strategies allowed the mobilization and involvement of the local community, as well as, to identify which are the problems that are being solved and which are the skills that the community is developing because of the work promoted by the VDA. In what concerns the methodological strategy, a qualitative-quantitative methodology was chosen, materialized in a case study, having been used as data collection techniques, community questionnaire surveys, semi-structured interviews with key informants, focus group with the community and document analysis (internal documents of the VDA). As for data analysis techniques, statistical analysis and content analysis were used. Based on the data collected, it can be stated that the VDA has a great impact on the community development of Vale Domingos. Its work is recognized in the community and by the different partners who see it as an example of promotion of social

inclusion, innovation and social entrepreneurship, citizenship, and social transformation.

Keywords

Community development, social entrepreneurship, social inclusion, social innovation, participatory budget.

ÍNDICE GERAL

Um parque uma aldeia – Desenvolvimento Comunitário e Participativo de Vale Domingos		i
Agradecimentos		ii
Resumo		iii
Abstract		v
Índice Geral		vii
Índice de Figuras		ix
Índice de Tabelas.....		x
Abreviaturas		xi
Introdução.....		1
Questão de investigação e objetivos.....		4
Estrutura do trabalho		5
I Enquadramento teórico		6
1. Desenvolvimento comunitário e Desenvolvimento participativo: aproximações teóricas		6
1.2 Inovação, Inclusão e empreendedorismo social		16
II Metodologia		27
2.1. Caracterização de Vale Domingos		27
2.2. Associação de Vale Domingos		28
3.1 Tipo de estudo.....		32
3.2 Técnicas e Instrumentos de recolha de dados		33
3.3 População do estudo.....		37
3.4 Técnicas de análise dos dados.....		39
3.5 Questões éticas		40

III Apresentação e discussão de resultados.....	41
Conclusões	79
Referências bibliográficas	92
Anexos.....	112
Anexo 1 – Capa Jornal região de Águeda 13/03/2013	113
Anexo 2- Capa do jornal Região de Águeda 29/05/2013	114
Anexo 3 – Consentimento informado	115
Anexo 4- Questionário-comunidade	117
Anexo 5 – Guião das entrevistas semiestruturadas a informadores chave	124
Anexo 6 – Guião <i>Focus Group</i>	127

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Logótipo da associação de vale domingos	31
---------------------------------------------------------	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Perfil do empreendedor social	25
Tabela 2. Análise dos níveis de conhecimento e frequência do pbvd para amostra total	41
Tabela 3. Análise das percepções do valor do pbvd para a comunidade.....	42
Tabela 4. Análise das percepções de contribuição do pbvd para a comunidade envolvente	43
Tabela 5. Análise das percepções da adequação do pbvd às necessidades e satisfação dos inquiridos	45
Tabela 6. Análise das percepções de satisfação e confiança na avd	46
Tabela 7. Grelha de análise temática das entrevistas aos informadores chave.....	47
Tabela 8. Grelha de análise temática do <i>focus group</i>	76

ABREVIATURAS

AVD – Associação de Vale Domingos

CMA – Câmara Municipal de Águeda

ENICC- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

IIES- Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social

JFA- Junta de Freguesia de Águeda e Borralha

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

PBVD- Parque Botânico de Vale Domingos

RSI – Rendimento Social de Inserção

SPC- Sentimento Psicológico de Comunidade

VD- Vale Domingos

INTRODUÇÃO

A conjuntura territorial e social de Vale Domingos é marcada pela concentração de casas junto à rua principal, onde existe um bairro social e dois bairros de comunidades de etnia cigana, nos extremos. No meio dos bairros, onde se ergueu o Parque Botânico de Vale Domingos existia um terreno baldio (com 1,1 hectares), com pré-fabricados abandonados (construídos em 1981, destinados a pessoas providas das ex-colónias), que serviam de esconderijo para os produtos do roubo e do tráfico de drogas.

Esta era uma zona extremamente estigmatizada, onde confluem várias situações problemáticas. Deste modo, e conforme identificado pelo diagnóstico social realizado em 2021, o contexto social de Vale Domingos é pautado pela existência de muitas pessoas desempregadas (14%), pelo insucesso escolar, pelo vandalismo, causando danos no património público (como por exemplo, nos sinais de trânsito), pelo baixo nível de literacia (22% dos representantes das famílias tem escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico), beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) (7,5% dos agregados) e pela pobreza.

Em 2011, surge na comunidade um rumor que no terreno junto ao bairro social iria dar lugar a mais um bairro social e a população, discordando, apresentou ideias para outras alternativas. Assim, procurando responder às intenções da comunidade, no sentido de efetivar uma transformação do lugar, foi apresentado um Projeto Coletivo de intercessão comunitária, à Junta de Freguesia de Águeda e Câmara Municipal de Águeda (CMA), com o intuito de quebrar a imagem pejorativa de Vale Domingos e de inibir a adoção de comportamentos de risco, por parte de indivíduos da comunidade.

Em março de 2013, a capa do jornal Região de Águeda (anexo 1), com o título “Onde é que nós estamos metidos” refere a insegurança como a imagem de Vale Domingos. Em maio do mesmo ano, a capa revela a solução construída pela comunidade: “Projeto comunitário para um novo Vale Domingos” (anexo 2), ou seja, as pessoas ao terem

consciência dos seus problemas mobilizaram-se na construção da solução: Parque Botânico de Vale Domingos.

Começaram os trabalhos, sábado após sábado, e realizou-se o 1º Koncerto do Park, organizado pela comunidade, com objetivo de angariar financiamento. Em 2014 realizou-se a plantação das primeiras árvores e o 2º Koncerto do Park. A construção do sonho continua e, em 2015 o MIES – Mapa de Inovação Social - reconhece o Parque como ES + - Iniciativa de Alto Potencial em Inovação e Empreendedorismo Social.

A partir de 2015, a comunidade percebe nos Orçamentos Participativos (OP) uma oportunidade de financiar o seu projeto comunitário e vence o OP municipal para requalificação do Parque. Em 2016, a comunidade olha para Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos, designada Associação de Vale Domingos (AVD), e reconhece o seu elevado potencial, no que respeita ao desenvolvimento local de um contexto bastante estigmatizado no concelho de Águeda.

A comunidade de Vale Domingos ao compreender profundamente o Mundo e o seu mundo em particular, cheio de vulnerabilidades e estigma olhou para os Orçamentos Participativos como um meio para mitigar desigualdades sociais (Cabannes, 2004; Sintomer et al., 2012).

Com o associativismo de proximidade, este projeto comunitário passou da mobilização e da organização informal para uma dinâmica formal, com potencial de garantir a sustentabilidade. A ação local tomou contornos de intervenção baseada no trabalho de parceria e na articulação das diversas instituições na construção de uma convergência entre os atores locais numa perspetiva de rentabilização e potencialização de recursos com objetivo da sustentabilidade das intervenções através do envolvimento ativo de todos (Neves & M. R. Silva, 2010). Davam-se passos largos na intervenção de proximidade, que integra um conjunto de vantagens: maior e melhor conhecimento da realidade concreta das pessoas, das comunidades e dos seus problemas e necessidades. Sendo que a base para um bom diagnóstico de necessidades, é aquele que é feito com as pessoas, a intervenção é mais realista, adequada e mais bem monitorizada e avaliada, evitando desta forma as ações-aspirina que nos fala Paulo Freire (1973), ou seja, ações “cujo pressuposto fundamental é a ilusão de que é possível transformar o coração dos

homens e mulheres deixando intactas as estruturas sociais dentro das quais o coração não pode ter saúde” (p.131). Com efeito, a mobilização da comunidade e a intervenção de proximidade permite-nos ter em conta o contexto, processo e história, sem, por isso, nos acomodarmos às ações aspirinas, fechamo-nos às margens do rio de Bertolt Brech (1998) “do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem” (p.78).

Tendo por base o exposto até ao momento, a AVD tem trabalhado para ser uma Associação de referência no equilíbrio do desenvolvimento comunitário e local.

Em 2017, a vitória do OP do Centro Interpretativo das Magnólias alimenta o sonho de Vale Domingos ser a Capital Mundial das Magnólias e em 2018, preponentes de Vale Domingos vencem o Arribeirar e Grande Livro do Parque. A jornalista Céu Neves do Diário de Notícias publica em 2018 a reportagem “Um milhão para fazer da “terra dos índios” a “capital dos doces e das magnólias”, vencendo com esta reportagem em 2019 o Prémio de jornalismo e poder local atribuído pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. Nas suas palavras: “Foi um trabalho que gostei muito de fazer, porque vi um conjunto de pessoas que estavam a fazer a diferença numa terra malvista” (2019).

O reconhecimento do Portugal Inovação Social como Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social – IIES chega em 2019 e neste mesmo ano a AVD é distinguida pelo Presidente da República no âmbito do Ano da Colaboração. Em 2020, nasce a Aldeia de Inovação Social, financiada pelo Portugal de Inovação Social, sendo o investidor social a Câmara Municipal de Águeda.

Nascido da mobilização da comunidade, todos os projetos de Vale Domingos visam o melhoramento do local, com dinâmicas de desenvolvimento comunitário a partir de baixo (da comunidade) para cima (para as instituições públicas), numa perspetiva política e organizacional de tipo descentralizado e autónomo (Lima, 2007), deixando o Estado o papel de provedor e assumindo sobretudo uma função de facilitador e regulador (Leisering, 2011). A comunidade de Vale Domingos sente, respira a “paixão pelo futuro” (p.240) que nos fala António Nóvoa (1999), contudo sem “défice de presente” (p.240), uma vez que existe a vontade e o poder da participação que, de acordo com Rahnema (2010), é fundamental como caminho para conseguir maior

eficácia, eficiência e novas fontes de financiamento. Ainda segundo o mesmo autor, a solução para a melhoria da qualidade de vida das pessoas depende cada vez mais da participação organizada dos cidadãos, que em Vale Domingos começou de forma informal, na comunidade, ganhando, depois, organização com a AVD. A este propósito, Kildal (1999) refere que só cidadãos virtuosos podem contruir territórios virtuosos, existindo a emergência de um novo imperativo da ação pela participação (Fragoso, 2005). Ao refletir sobre os processos de mobilização e participação de Vale Domingos percebe-se a semelhança aos processos de conscientização definido por Paulo Freire (1979).

Muito trabalho foi feito em âmbito comunitário e todas as iniciativas e projetos aqui apresentados são reveladores da ação de uma comunidade que quis transformar a realidade social à sua volta.

Contudo, em todo este processo, de que forma é que a comunidade percebe a importância da Associação de Vale Domingos no desenvolvimento comunitário de Vale Domingos? Este é o problema de investigação que se pretende dar resposta com este trabalho.

QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS

Para a pergunta de partida, elege-se na sua formulação mais sintética:

- De que forma a comunidade percebe a importância da Associação de Vale Domingos no desenvolvimento comunitário de Vale Domingos?

Como objetivos propõe-se:

- O1: Conhecer o trabalho já desenvolvido pela comunidade de Vale Domingos;
- O2: Perceber de que forma a comunidade local percebe a importância do Parque Botânico de Vale Domingos no desenvolvimento comunitário de Vale Domingos;
- O3: Perceber como a comunidade se sente envolvida nas atividades e projetos da Associação de Vale Domingos;

- O4: Conhecer as necessidades e os interesses da população de Vale Domingos em termos de Desenvolvimento Comunitário;
- O5: Apresentar propostas de intervenção que respondam às necessidades e aos interesses identificados.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho começa com o enquadramento teórico, partindo de uma breve abordagem ao conceito de desenvolvimento para depois explorar o desenvolvimento comunitário e participativo. Neste primeiro ponto considerou-se relevante abordar os conceitos de inovação, inclusão e empreendedorismo social.

No que concerne à metodologia, começamos pela caracterização Vale Domingos e da Associação de Vale Domingos. Segue-se a parte empírica do trabalho, esclarecendo as opções tomadas e caminhos seguidos. Explicamos o tipo de estudo, estudo de caso, as técnicas e instrumentos de recolha de dados utilizados, nomeadamente: inquérito por questionário, entrevistas semiestruturadas, *focus group* e análise documental. Caracterizamos a nossa população do estudo e procedemos à apresentação das técnicas de análise dos dados, tendo sido utilizada a análise estatística nos inquéritos por questionário e nas entrevistas e *focus group* a análise de conteúdo. Finalizamos este ponto três com as questões éticas.

No ponto seguinte, ponto quatro, segue-se a apresentação e discussão de resultados, realizando o devido confronto com a literatura. Terminamos o trabalho com as conclusões, apresentando as ideias principais e respondendo à questão de investigação e objetivos. A conclusão termina com as limitações do estudo e fazemos propostas para estudos futuros.

I ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

1.1. Breve abordagem ao conceito de Desenvolvimento

“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudança e transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social”

(Oliveira, 2002, p.40)

Rogério Roque Amaro (2003) lança uma questão inquietante: “desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação?” (p.1) questionamento que nos impulsiona a fazer uma viagem ao passado, para compreender o presente traçado e o rumo que se pretende dar ao futuro daquilo que é considerado desenvolvimento.

O estudo do conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais polémicos e importantes no campo teórico das Ciências Sociais (Amaro, 2003), muito embora as Ciências Económicas se tenham apropriado durante muito tempo da sua conceptualização, tendo como ponto de referência a Riqueza das Nações, escrito por Adam Smith em 1776. No entanto, é comum relacionar o nascimento do conceito de desenvolvimento com o período pós-segunda guerra mundial (1939-1945), onde organizações como Organização das Nações Unidas procuraram propor matrizes de referência. Neste sentido, uma parte considerável da produção teórica sobre desenvolvimento estava centrada na evolução dos países saídos da guerra e das ex-colónias europeias pelo que o conceito estava de mãos dadas com “problemas e vícios do subdesenvolvimento” (Amaro, 2003, p.4).

Assim, e apesar de se assumir que o conceito de desenvolvimento somente ganhou estatuto científico no pós-guerra, conceitos como “mudanças”, “progresso”, “bem-estar”, “riqueza”, ou mesmo “desenvolvimento”, surgem muito antes, em várias áreas

académicas (Amaro, 2003). Como é o caso de Adam Smith, que se inquietou com “a natureza e a causa da riqueza das nações” (1776), sendo o primeiro esboço de uma teoria do desenvolvimento (Amaro, 2003). Scatolin (1989) afirmou que poucos são os conceitos nas Ciências Sociais que têm gerado tanta controvérsia. Termos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido utilizados com frequência como sinónimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenómenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejudica, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento, surge, deste modo, centrado na Europa, assente na experiência dos países europeus considerados desenvolvidos e assumindo as sociedades industriais como bússola para o caminho de uma sociedade em abundância, durante os cerca de 200 anos, que vão desde o início da Revolução Industrial (século XVIII) até à Segunda Guerra Mundial (século XX) (Amaro, 2003).

A associação entre desenvolvimento e crescimento económico teve como consequência a utilização de indicadores de crescimento económico para aferir e qualificar o nível de desenvolvimento dos países. Será que o desenvolvimento se resume ao crescimento económico? Ou “em qualquer conceção, deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida” (Vasconcellos & Garcia, 1998, p. 205).

Assim, hoje, quando refletimos sobre os processos de desenvolvimento entre a década de 40 e a década de 70, Amaro (2003), questiona se estes “trinta gloriosos” (p.49) não conduziram a um desenvolvimento desumano e potenciou injustiças estruturais?

De facto, e de acordo com o mesmo autor, existiu um aumento de produtividade, mais escolarização, melhores condições de saúde, progressos extraordinários ao nível científico e inovação tecnológica. Todos estes avanços foram muito importantes e relevantes, contudo, importa olhar o outro lado: privações que persistiram e retrocessos que se iniciaram, nomeadamente: os progressos anteriormente referidos ficaram concentrados em 1/3 da população mundial, deixando 2/3 na outra margem. Este desenvolvimento também contribui para “o aparecimento de novas formas de mal-estar

social (solidão, insegurança, destruturação familiar, quebra de laços comunitários, individualismo, stress afetivo e profissional, competição agressiva)” (Amaro, 2003, pp.4-5), produzindo novas formas de pobreza e exclusão social; dissipação dos recursos naturais e destruição da biodiversidade; aparecimento de novas doenças; desumanização do trabalho; intolerâncias religiosas e culturais (Amaro, 2003).

De referir que esta visão economicista do desenvolvimento, já vinha a ser questionada e apontados os seus potenciais efeitos negativos, desde os anos 50. Ragnar Nurkse (1953), chama a atenção sobre o “círculo vicioso da pobreza” (P.74) dos países subdesenvolvidos, que vai ao encontro de conceito de “causalidade circular com efeitos cumulativos” de Gunnar Myrdal (1968, p.617), a necessidade de “novos homens”, mais do que melhores níveis de vida material. O desenvolvimento geral introduzido por François Perroux (1963), dando a chave para a distinção entre os progressos ligados ao crescimento económico e o progresso relacionado com o desenvolvimento, fazendo referência aos “custos humanos” que é a base do conceito de Desenvolvimento Humano. Sendo “o progresso como a propagação da novidade aos menores custos humanos e à velocidade ótima, numa rede de relações cujo sentido se universaliza” (Perroux & Nunes 1963, p. 176). No mesmo rumo, também os técnicos da ONU percebem que os seus “kits”, as suas soluções (paradigma da modernização), para os países do Terceiro Mundo não são eficazes, propondo uma metodologia de “Desenvolvimento Comunitário” (Amaro, 2003, p.13).

Esta nova metodologia assenta em três pontos fundamentais:

- 1) diagnóstico de necessidades deve realizar-se com o público-alvo de intervenção;
- 2) a solução a essas necessidades deve começar pelo reconhecimento e mobilização das capacidades e competências da própria comunidade;
- 3) os problemas e as soluções devem ser abordados de forma integrada e multidisciplinar (Amaro, 2003).

Chegados aos anos 70, temos um ponto de viragem influenciado pelos seguintes fatores: insatisfação dos países subdesenvolvidos perante as “receitas” que lhes eram propostas

ou impostas; falhanço da primeira e segunda décadas de desenvolvimento; aumento da dívida externa; sintomas claros de mal-estar social nos países desenvolvidos, originando novas formas de pobreza; emergência de uma consciência ambiental; persistência da crise económica que se instalou nos últimos anos; o crescimento económico não gera empregos, sendo estes cada vez mais precários e instáveis (Amaro, 2003).

Perante o quadro apresentado, chegou-se a uma crise profunda em torno dos conceitos tradicionais de desenvolvimento, que deu origem a novos caminhos e desafios, bem como, a novos conceitos:

Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Integrado. Tendo em conta os conteúdos e contextos (científicos e institucionais) de afirmação, pode-se organizar os cinco primeiros em três grandes “fileiras” ou famílias conceptuais, nomeadamente “fileira ambiental”, “fileira das pessoas”, “fileira dos Direitos Humanos” e da “dignidade humana”, (Amaro, 2003, p.4),

sendo o Desenvolvimento Integrado um conceito transversal (Amaro, 2003).

Chegados ao século XXI, o Mundo atual depara-se com problemas e desafios de enorme complexidade, que exigem um compromisso coletivo e universal. Amaro (2003) aponta quatro desafios do século XXI: competitividade, coesão social e solidariedade, sustentabilidade e diversidade.

De acordo com Amaro (2003), existem seis fatores que melhor interagem com as reformulações atuais do conceito de desenvolvimento, nomeadamente: visão integrada e da complexidade, implicando interdisciplinaridade e trabalho em colaboração; o conhecimento e a ação pela emoção e não apenas pela razão; assunção dos conceitos de caos e adoção de estratégias flexíveis e criativas, o que remete ainda para o conceito de diversidade; valorização da indução e da ação; aceitação herética da hipótese de uma ciência ecocêntrica; epistemologia copulativa ou sincrética.

Desta forma, os novos paradigmas científicos confrontam os conceitos de desenvolvimento, surgindo caminhos alternativos para encontrar soluções para os enormes desafios da Humanidade e da Vida na Terra no século XXI. Pois

o desenvolvimento não é um fenómeno meramente quantitativo, uma questão de - «mais ter»; é, igualmente, um fenómeno qualitativo – deve traduzir-se, portanto, por «mais ser» ou «melhor ser» (expressões de P. Lebret e do Círculo de Economie et Humanisme). Só um processo que mergulhe as suas raízes na mentalidade da população e seja capaz de operar nela numa transformação suficientemente profunda terá garantia de ser eficaz e de ter continuidade (M.M. Silva, 1963, p.542).

1.1.2. Desenvolvimento comunitário e desenvolvimento participativo

O desenvolvimento comunitário caracteriza-se como uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida.

(Ander-Egg, 1982, p.69)

“Que participação queremos para o desenvolvimento participativo? (...) Uma participação assente na organização das populações e na sua capacidade de mudança e melhoria sociais”.

(Fragoso, 2005, p. 39)

O desenvolvimento comunitário como técnica social aponta para uma metodologia que parte das pessoas e que visa a sua capacitação para melhorar a sua qualidade de vida.

Assim, o diagnóstico de necessidades deve ser realizado com o público-alvo e co-construindo, deste modo, o plano de intervenção, que deve ser criado de forma integrada, sendo o motor fundamental a mobilização da comunidade e a consciencialização das suas competências. Esta estratégia, muito ligada à participação ativa das populações (Cieza García, 2006) entende a intervenção do lado oposto da ação assistencialista que “traduz uma ajuda direta, seja ela pecuniária ou em termos de bens ou serviços essenciais a indivíduos em risco social” (Neves & M. R. Silva, 2010), p. 135). Sabemos que as ações assistencialistas só por si ou isoladas de abordagens inovadoras não se revelam eficientes e eficazes na resolução dos inúmeros problemas sociais, cada vez mais complexos e multifatoriais. A intervenção unicamente assistencialista pode reforçar o fenómeno de redundância, analisado por Zygmunt Bauman, no seu livro *Vidas Desperdiçadas* (2005) “então redundante significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso (...) os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem e até melhor sem você” (p.20). E isto, afirma Bauman, até mesmo em muitos casos em que a pessoa possa corresponder aos padrões de utilidade, uma vez tendo sido já considerado redundante, significa ter sido dispensado pelo facto de ser dispensável. Este aspeto tem especial reflexo quando se trata, sobretudo, de um problema financeiro, como explica Lima (2007).

Nesta linha de argumentação, temos o desafio de deixar cair o “redundante” para humanizar o desenvolvido, envolvendo as pessoas e chamando a sua participação efetiva em todas as fases do processo de desenvolvimento, isto é, “sentem a comunidade como o ponto de partida na, para e com a intervenção local” (Neves & M. R. Silva, 2010, p.139), pois, tal como diz Hannah Arendt, citada por Podlasek-Ziegler (2019) “a fragilidade dos assuntos humanos” exige de todos “uma abordagem comprometida, reflexão crítica e grande sensibilidade ao contexto social”(p. 117).

Finger e Asún (2003), no livro *A Educação de Adultos numa Encruzilhada: Aprender a nossa saída*, aponta a democracia participativa, a ressunção das responsabilidades pelos cidadãos, como base da construção e capacitação das comunidades. Segundo Ander-Egg (1982), a comunidade é um

agrupamento organizado de pessoas que se entendem como unidade social, cujos membros participam de alguma característica, interesse, elemento, objetivo ou função comum, com consciência de pertença, situadas numa determinada área geográfica na qual a pluralidade de pessoas interage mais intensamente entre si que noutro contexto (p.45).

Considera-se uma comunidade um grupo humano que intervém na construção de uma identidade coletiva, promovendo o orgulho e sentimento de pertença, sentimento este que funciona como escudo para prevenção de comportamentos de risco e pilar na construção de projetos de vida (Garcia, 2003). De acordo com Fragoso (2005), percebemos que o desenvolvimento comunitário/local apresenta como características principais:

- Parte de problemas comunitários ou necessidades, isto é a população reconhece os seus problemas e aspira encontrar soluções;
- Constitui-se como processo de mudança, coletivo, profundamente educativo e conscientizador, sendo o coletivo a forma central de ação;
- Têm um carácter endógeno e integrado;
- Os objetivos centrais são a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a valorização/ formação dos recursos locais;
- O fortalecimento da capacidade, organização e confiança das pessoas;
- Implicam a participação do público-alvo;
- Implicam a redistribuição de poder ou *empowerment*, bem como o controlo do processo pelos participantes, assumindo-se o *empowerment* como uma das maiores fontes de mudança que se podem plasmar a nível local, como ferramenta de inclusão social;

Estas características colocam a tónica nas pessoas, nos cidadãos que são chamados a participar ativamente nos processos de desenvolvimento da sua comunidade. Por isso, em termos dos princípios de desenvolvimento comunitário Carmo (2001), elenca os seguintes:

- Princípio das necessidades sentidas: todo o projeto tem como ponto de partida as necessidades vivenciadas e sentidas pela comunidade e não apenas nos diagnósticos realizados pelos técnicos;
- Princípio da participação: envolvimento e mobilização da população em todas as fases do processo do seu próprio desenvolvimento;
- Princípio da cooperação: a eficácia, eficiência de qualquer intervenção implica a cooperação entre instituições públicas e privadas, colaborar faz toda a diferença, isto é, “as organizações saem fora das suas paredes” (Monteiro, 2008, p.12);
- Princípio da auto-sustentação: os projetos de intervenção devem ser possíveis de manter pelos destinatários e dotados de planos de risco que previnam possíveis efeitos perversos fruto das alterações realizadas;
- Princípio da universalidade: um projeto só tem possibilidade de sucesso se tiver como alvo o desenvolvimento de uma população na sua totalidade (e não apenas de subgrupos dessa população, como por exemplo uma minoria étnica) e como fim a alteração profunda das condições que estão na base das situações de subdesenvolvimento.

De acordo com Maria Manuela da Silva (1963), o objetivo principal do desenvolvimento comunitário é a aceleração do processo geral de desenvolvimento económico e social de uma região ou país, nas regiões de maior vulnerabilidade social o desenvolvimento comunitário vai procurar:

- Dotar as comunidades locais de recursos financeiros necessários para equipamentos coletivos, sendo necessária comparticipação financeira e técnica do Estado. Mas será mais eficiente e eficaz se souber aproveitar da participação da própria comunidade com trabalho voluntário, a mobilização para Orçamentos Participativos ou apresentação de candidaturas a programas específicos;
- Valorização da educação para todos, construindo estratégias para mitigar o absentismo e promover a aprendizagem ao longo da vida;
- Aceleração, com controlo, da transformação das condições de vida das famílias (alimentação, saúde, habitação, acesso à cultura, acesso ao desporto).

Ao tomar em consideração as competências da comunidade, percebemos o valor do potencial de cada indivíduo que, mobilizado para uma causa que acredita, não se inibe de doar o seu tempo e os seus saberes, colocando-os ao serviço da comunidade. Assim, o voluntariado surge como um dos pilares do desenvolvimento comunitário, indo ao encontro do desenvolvimento participativo que nos refere Fragoso (2005), colocando a participação no centro das preocupações do desenvolvido, atribuindo-lhe um valor central.

Não podemos esquecer o enorme valor educacional dos processos participativos,

porque a participação só se aprende participando e é nessa participação que os sujeitos vão aprendendo que através das suas ações podem efetivamente modificar as suas vidas, melhorá-las — abrindo-se passo a dizer que a participação e a conscientização estão intimamente relacionadas, em termos orgânicos e funcionais (Cameira, 2019, p.25).

Deste modo, a educação permanente emerge como uma abordagem flexível e dinâmica, assumindo-se como um movimento social muito necessário. Se analisarmos para o Relatório Faure, na visão da cidade educativa e da aprendizagem, a condição base é o direito humano de ser, isto é,

o conceito de sociedade aprendizagem, uma sociedade onde aprender é tudo na vida e tudo na vida é aprender, é um estímulo poderoso na formação de opiniões é impossível trabalhar sem perspetiva, sem fontes de inspiração, objetivos, linhas orientadoras e regras (Van der Zee, 1996, p.180).

Assim, a educação de adultos assume-se como ferramenta de adaptabilidade (Barros, 2011), uma competência tão importante face aos desafios do século XXI e da desigualdade em particular.

Para finalizar, atualmente, falar de desenvolvimento comunitário implica abordar o desenvolvimento de competências através da participação nos Orçamentos Participativos (OP), uma vez que estes são um excelente exemplo do estado facilitador e não meramente assistencialista. Existindo ganhos na relação de confiança entre o povo e as instituições públicas, assente em processos participativos vinculativos (Allegretti, et al., 2011). Os OP surgem num contexto de crise da democracia representativa (Cameira, 2019), apresentando-se como uma inovação democrática. Contudo, e de acordo com a mesma autora, estas inovações democráticas sozinhas não são a solução para o mal-estar da democracia, como tal devem ser olhadas como um complemento para enriquecer a democracia representativa, com a expectativa de contribuir para mitigar a crise da democracia representativa.

Uma das fragilidades apontadas a esta inovação democrática é a possível dificuldade de participação e inclusão das minorias étnicas, correndo o risco de não permitir uma participação universal. De acordo com Allegretti et al. (2011), estes processos participativos promovem uma socialização entre cidadãos que contribui para o desenvolvimento de um sentido de comunidade, de um sentimento de pertença a um coletivo e apego ao território. Estes processos participativos promovem aprendizagens, relações, interações e sentido de comunidade, conduzindo assim ao objetivo central dos pressupostos participativos: o fortalecimento comunitário, o *empowerment* (Allegretti et al., 2011).

Assim, os OP são uma “escola de democracia ou de cidadania” como consideram Talpin (2009) e Pontual (2014) a partir do momento em que têm um impacto ao nível da aprendizagem dos participantes, que se tornam “interpretes competentes das suas próprias vidas” (Mulgan, et al., 2007, p.22). Como indica Lerner (2009) cada “grupo de atores envolvidos no processo” (p.659) adquire aprendizagens diferentes, quer os cidadãos, quer os decisores políticos e outros técnicos têm não só a oportunidade de adquirirem novos conhecimentos técnicos sobre o funcionamento específico dos processos participativos, como também novos conhecimentos sobre o território onde habitam e respetiva população e suas necessidades.

Os cidadãos aprendem novas competências práticas como a capacidade de falar em público, novas competências técnicas e políticas como a capacidade de análise e compreensão de documentos oficiais ou ainda compreenderem o funcionamento das instituições e de todo o aparelho burocrático (Talpin, 2009).

Por último, a aprendizagem está relacionada também com uma mudança de atitudes nos políticos que aprendem a não recear os OP, deixando a participação de ser olhada como uma ameaça, mas antes uma forma de estarem mais atentos à voz e às necessidades do seu povo (Cameira, 2019). Neste exercício desenvolve-se o “empoderamento psicológico” (Zimmerman & Rappaport, 1988; Leiva, 2014). Este conceito é, segundo Patrícia Leiva (2014), um dos impactos mais importantes e transformadores dos processos participativos, uma vez que corresponde à capacidade dos cidadãos se perceberem a eles próprios como sendo mais capazes, como tendo os conhecimentos e as capacidades necessárias. Nesse caso, os cidadãos não só não receiam como desejam exercer a sua cidadania ativa (Zimmerman & Rappaport, 1988).

1.2 INOVAÇÃO, INCLUSÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

1.2.1 Inovação social

Por ‘inovação social’ entende-se uma nova abordagem, prática ou intervenção, ou um novo produto, que tenha sido criado para melhorar uma situação ou para resolver um problema social, e que tenha sido assumido ou implementado por instituições, organizações ou comunidades.

(Matos et al., 2019, p. 9)

O conceito de inovação social tem vindo a ganhar um grande destaque na comunicação social, no desenho das políticas públicas, na gestão das organizações sociais e na academia (Weber, 2012). Contudo, é um conceito para o qual existe uma profunda necessidade de reflexão abrangendo, não só o termo, mas também as metodologias e os resultados. Como referem Jessop et al., (2013, p.110) a inovação social “está na moda”,

sendo pilar de relevantes programas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, ou os programas de incentivo à inovação da União Europeia e de empreendedorismo social da OCDE. Para a Comissão Europeia (2013), conceito de inovação social refere-se ao desenvolvimento implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) para responder às necessidades sociais e gerar novas relações sociais ou colaborações. Assim, a inovação social aumenta a capacidade de ação da sociedade potenciando mudança social. Ao colocar a própria comunidade a identificar os problemas e as soluções, parte-se do princípio de que as pessoas são competentes para essa identificação e resolução e, como tal, vão aparecendo atividades ou serviços inovadores, para a resolução de problemas sociais complexos, maioritariamente aplicados por organizações sem fins lucrativos nos domínios da saúde, no combate à pobreza e exclusão social, das alterações climáticas ou de educação.

Estas atividades, serviços e programas integram sempre quatro princípios fundamentais que caracterizam inovação social (Dawson & Daniel, 2010), que são as pessoas, o desafio (que pode ser um problema ou uma oportunidade) o processo (pelo qual o desafio é negociado e compreendido) e o objetivo (resolução de desafio para se alcançar o maior bem-estar).

Segundo Robson Lima (2011), o poder de inovação social surge quando a comunidade percebe uma lacuna entre o que existe e o que deveria existir, procurando soluções e capacitação dos líderes informais para exploração do potencial local. Este entendimento cruza-se com o de Preskill e Beer, (2012), que olham para a expressão inovação social como a concretização de uma solução nova para um problema social, como uma estratégia mais efetiva, eficaz, eficiente e sustentável, cujo valor criado reverte fundamentalmente a favor de uma comunidade e não de indivíduos isolados. Para a Comissão Europeia, a inovação social é a resposta da Europa aos novos desafios sociais, produzindo novas soluções, unindo as pessoas e promovendo a reforma do serviço público e a melhoria das condições de vida. Nesse sentido, a Resolução do Conselho de Ministros número 73-A/2014 refere um acordo de parceria estabelecida entre Estado português e a Comissão Europeia celebrado no dia 25 de julho 2014, que “identifica a inovação e empreendedorismo social com uma área de aposta fundamental para os

fundos europeus estruturais e de investimento”. O mesmo documento comunica que “o Governo pretende com esta medida estimular o crescimento de soluções e modelos de intervenção inovadores, adequados a gerar novas respostas a problemas sociais prementes na área social” e cria a iniciativa *Portugal Inovação Social*, cujos destinatários serão, preferencialmente “entidades da economia social que desenvolvam projetos de inovação e empreendedorismo social”.

Está assim lançado o caminho para o empreendedorismo e a inovação sociais em Portugal, com a criação da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, tal como refere o ponto cinco, alínea a), tem como um dos objetivos: “como forma de gerar novas funções, lógica complementar às respostas tradicionais, para a resolução de importantes problemas sociais”. Para além do caminho da inovação e empreendedorismo, o Portugal Inovação Social, tal como consta no seu sítio eletrónico, reforça a importância da monitorização, que deverá analisar em permanência os quadros onde são praticadas rotinas de inovação social. Segundo Cadavez (2019), um dos motivos “para esta necessidade de monitorização resulta da preocupação com questões de cariz ético que deverão estar sempre presentes sempre que se pretende criar sinergias das quais a devinha o propósito de gerar riqueza social” (p.40). Por outro lado, só através de monitorização e avaliação do impacto conseguimos compreender se o modelo de intervenção proposto é eficaz na resolução do problema social que se propõe resolver, potenciado assim a *accountability* no exercício do poder. Neste sentido, com a inovação social, como referem Edwards-Schachter et al., (2012) dá-se poder a grupos sociais que pensam que não o têm, tornando as pessoas da comunidade autores e atores dos projetos, contribuindo estes para uma verdadeira melhoria do bem-estar, da sustentabilidade, da inclusão social e da qualidade de vida para populações em situação de maior vulnerabilidade e até marginalizadas. Assim, o envolvimento, a participação e a mobilização dos grupos excluídos no processo de tomada de decisão, são em si uma dimensão do processo de inovação social (Hillier et al., 2004) podendo esta ser a base para a renovação das políticas e estratégias de intervenção social. Uma renovação que parte do desejo de mudança e que tem como fim a promoção da equidade e justiça social, tendo como vias o empoderamento, as lideranças locais e a emancipação social.

Segundo Abreu Ronconi, et al., (2011), inovação social não se diferencia somente na especificidade da sua definição, objetivos e interações, é diferente também na sua dinâmica. O modelo mais desenvolvido da dinâmica do processo de inovação social é o modelo em espiral, criado por Murray et al., (2010), que na sua versão original apresenta seis etapas:

- **Indução:** etapa do diagnóstico, onde se enquadra e define o problema social a resolver e a vontade de intervir, encontrando uma solução;
- **Propostas e ideias:** é a etapa de concepção de ideias, soluções, estratégias, promovendo a participação, pensando de forma diferente, aberta e inovadora.
- **Protótipos de ensaios:** fase em que ideia, estratégia é colocada em prática com objetivo de resolver situações concretas e objetivas, fundamentais para a implementação do projeto, não esquecendo por exemplo a questão do financiamento;
- **Suster (*sustaining*, no original):** é o momento de afirmação da solução, da construção do projeto e definição dos planos: ação, risco, comunicação bem como do modelo de gestão financeira e de avaliação do impacto;
- **Difusão, desenvolvimento em escala:** todo o potencial de um projeto para fazer mais e melhor será limado e operacionalizado pela escalabilidade (quer por replicação quer por expansão) e pela institucionalização (como política pública, na medida em que incita mudanças estruturais e comportamentais). Escalar o projeto significa conceder-lhe uma imagem de marca forte, associada à criação de valor e aos impactos sociais, torná-la atrativa para investimentos sociais e institucionalização.
- **Mudança sistémica:** alguns projetos de inovação social têm potencial para operar mudanças sistémicas, estruturais na sociedade, sendo esta a última das etapas do processo de desenvolvimento da inovação. A Escola Desing Thinking refere que para projetar soluções sistémicas devemos desenhar de forma sistémica, construir relações ganha-ganha, camada a camada, evoluir do ego para o eco.

A União Europeia no seu Guia para a Inovação Social (2013) apresenta um modelo com apenas 4 fases: Ideias, Prototipagem e Piloto; Implementação e Escala/Difusão. Todo o processo começa com ideias, que podem ser pilotadas na fase de prototipagem. Sendo bem-sucedido, entramos na fase de implementação, sendo a etapa final a escalabilidade para que a nova abordagem tenha um impacto real e, até, que possa ser institucionalizada.

É ainda fundamental, de acordo com o mesmo Guia, que os decisores políticos coloquem um conjunto de questões, que lhes permitam optar pelos projetos de inovação social como um dos caminhos para os inúmeros desafios sociais do século XXI. Referimo-nos a questões como:

- Como podem capitalizar os processos de aprendizagem coletiva que a inovação social gera?
- Como podem capitalizar a promessa transformadora que a inovação social tem para a prestação de serviços públicos?
- Como podem garantir a inserção local das inovações sociais?
- Como podem promover a colaboração entre instituições públicas, privadas, empresas e diversos agentes cívicos?
- Como eles podem avaliar o valor social e o impacto de uma inovação social?
- Como as inovações sociais podem ser ampliadas/reproduzidas, escaladas e institucionalizadas?

Assim, e de acordo com Ionescu (2015), existe a esperança na inovação social, desde o nível local, nacional até ao global, porque as organizações e políticas existentes não podem resolver algumas das questões mais complexas dos nossos dias. As pessoas estão cada vez mais conscientes que a colaboração é a chave para encontrar novas soluções para os desafios que a sociedade enfrenta. A inovação social pode ser assim a ponte entre as pessoas e as organizações. Uma ponte com pilares de cooperação e inovação. Uma ponte com objetivo de juntos se encontrar soluções para os problemas sociais cada vez mais complexos, num mundo constantes mudanças. Portanto, um dos recursos e solução é a inovação social.

1.2.2 Inclusão social

“Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.”

(Santos, 1999, p.61)

“Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la.”

(Freire, 1979, p. 19)

A pobreza e a exclusão social são características da sociedade portuguesa (Diogo et al., 2015). A pobreza, na sua dimensão monetária, é uma realidade diária para cerca de 20% da população portuguesa. Bruto da Costa (2015), no prefácio do livro *Pobreza e Exclusão Social em Portugal* questiona: do que estamos a falar quando falamos de pobreza e exclusão social? Este exercício é especialmente pertinente uma vez que ao não clarificar os conceitos, corremos o risco de estes serem confundidos com outro problema social, o da desigualdade. A desigualdade social tem já uma longa história de análise científica, que tem decorrido de mãos dadas com a da pobreza. Com efeito, a desigualdade constitui um dos atributos mais complexos das sociedades. Amartya Sen (1979), questiona a «*igualdade de quê?*». A desigualdade será um apanágio da condição humana pelo que teremos que refletir se a mesma poderá ser «*aceitável*» ou «*inaceitável*». Mas, à luz de que critério? Podemos cair nos critérios técnicos, contudo são os critérios éticos, que nos permitirão uma compreensão mais profunda e humana face ao crescimento da incerteza. Rui Marques (2019), refere “a incerteza é filha da complexidade” (p.71) e a verdade é que as sociedades têm vindo a experimentar um aumento exponencial da complexidade. A complexidade poderá levar ao crescimento da desconfiança, começando-se a contar as histórias com ênfase na “diferença” – cultural, religiosa e que termina, de forma direta ou disfarçada, com alusão à (suposta) ameaça que representam para a sociedade, abrindo o caminho do medo, intolerância e agressividade. Está assim criado o processo de desumanização do “Outro”, que nos fala Rui Marques (2019).

Cortina (2017) chama-nos a atenção para o fenómeno “aporofobia”, que, na verdade, diz respeito aos fenómenos atuais de exclusão e hostilidade, e que, embora não sejam explicitamente enunciados assim, estão muito mais apoiados nos atributos da pobreza do que da identidade étnica religiosa, ou, menos ainda, nacionalidade. Os que não nos dão nada a ganhar, economicamente falando, ou pior, que carecem de apoios, independentemente de ser nacional ou estrangeiro, é tratado como menor, desprezado e é desumanizado. Percebemos então que o conceito mais frequentemente confundido com o da pobreza é o da exclusão social, como se todo o problema social necessariamente significasse pobreza (Nascimento, 1994; Costa, 1998). É importante realçar é que a exclusão social é essencialmente um problema relacional de vínculos das pessoas e grupos com as outras pessoas, grupos e organizações da sociedade (Costa, 1998). Com efeito, o nascer e o viver numa comunidade não conduz, necessariamente, ao sentimento de pertença dessa comunidade (Paula, 2014; Freitas, 2008). Para Robert Castel (2006), a exclusão social representa o estado extremo de um processo de marginalização ao longo do qual se vão quebrando os laços entre a pessoa e os sistemas sociais, nos quais os mais importantes são os laços com o mercado de trabalho e os que ligam o indivíduo à família e aos amigos, alcançando assim uma dimensão afetiva e relacional. Portanto, a pobreza implica exclusão, embora o contrário nem sempre aconteça. Nos discursos de combate à pobreza ouvimos com frequência “ensinar a pescar em vez de dar o peixe”, esta dicotomia peixe ou cana? Assistencialismo ou capacitação? Instituições de proximidade ou instituições centrais? Costa (1998), aponta a resposta para todas estas interrogações substituído o *ou* por *e*. Neste caminho do *ou* para o *e*, é relevante olhar para o conceito de desafiliação proposto por Robert Castel, em 1995, como a chave para interpretar os fenómenos de pobreza e exclusão social, tal como explica Amaro e Oliveira, (2010). Neste processo descendente de consecutivas fraturas do indivíduo com a sociedade, o movimento frequente é o da estigmatização e rejeição da sociedade sobre o indivíduo. Esta gradual desvinculação com a sociedade vai desde a integração plena até à exclusão total e acaba por resultar numa perda de cidadania, passam nas palavras de Paula (2014) “não ter direito a ter direitos” (p.18). Castel (2000) entende assim a desafiliação como um “modo particular de dissociação do elo social” (p.520). De acordo com Amaro e Oliveira, (2010) esta dissociação gera-se pela precarização laboral através da desregulação do mercado de trabalho (fim da

generalização do emprego estável, duradouro e protegido; aumento da competitividade).

A mudança no paradigma das políticas sociais, com o foco na contratualização, centra as políticas no reforço individual, mais do que na resolução de problemas (da redistribuição à capacitação) e o foco no indivíduo como explicação e a resolução para os problemas da exclusão social. Por fim, a desafiliação também é alimentada pelo crescente individualismo, assente numa lógica de pensamento de que o indivíduo ao se tornar o centro, deverá igualmente responder sozinho às suas próprias necessidades. Assim, ganha relevância o aprofundamento dos processos de reafiliação e a forma como eventualmente podem contribuir para a inclusão social. Nesta linha, as noções de solidariedade e reciprocidade defendidas por Robert Owen (1813) ganham sentido e significado na inovação e inclusão social. Uma vez que os laços de solidariedade são um importante fator de vínculo social entre as pessoas num determinado contexto, a sua existência é um fator protetor pessoal e social, e a sua inexistência pode provocar ruturas sociais, tendo como uma das consequências o reforço do isolamento e/ou da própria exclusão (Xiberras, 1993). Mulgan et al., (2007) referem mesmo que “o objetivo último da inovação social é mudar a forma como as sociedades pensam” (p.22). Nesta ótica a inovação social deve ter como foco satisfazer as necessidades de uma população, contribuindo para a mitigação de alguns dos seus problemas numa dinâmica de transformação social, sendo uma forma de criação de valor social (impacto para todos e não apenas para alguns) e promoção da inclusão social. Se acrescentarmos a máxima trabalhar com as pessoas, e não para as pessoas, assumimos a capacitação, a participação, a solidariedade, a cooperação e a conscientização, de que nos fala Paulo Freire, enquanto trilhos fundamentais no caminho da inclusão social. Deste modo, a comunidade, ganha consciência dos seus problemas, mas também das suas competências e dos seus direitos, pois como refere Arent (1999), citado por Escorel (1999) “a cidadania se constitui através do primeiro direito que é o de ter direito a ter direitos” (p.77), assim fica claro que promoção da cidadania é promoção de inclusão social.

1.2.3. Empreendedorismo social

“Existem certo tipo de pessoas que recebem com enorme satisfação e assumem com sucesso uma missão impossível e ao fazê-lo, na verdade, conseguem mudar o mundo, às vezes de forma surpreendente”.

(Praszkier, 2011, p.1)

De acordo com Parente et al., (2011), o empreendedorismo social é um conceito que tem vindo a suscitar, nos últimos anos, uma crescente atenção por parte de profissionais, decisores políticos e académicos. Vivemos o debate acerca de “quando” e “onde” o conceito se aplica (Zahra et al., 2009; Mair & Marti, 2006), sofrendo o termo de empreendedorismo social daquilo a que Weinert (2001) apelida de “inflação conceptual” em que a falta de uma definição exata é acompanhada por um excesso de significado (Rychen & Salganik, 2001), reflexo dos inúmeros contextos em que o termo é aplicado. Murphy e Coombes (2009), refere mesmo que, a teoria e a compreensão do empreendedorismo social estão muito atrás da sua prática.

De acordo com Lisetchi e Brancu (2014), referem que o empreendedorismo social é em si mesmo um processo de inovação social uma vez que consiste numa inovação, evolução do conceito original de empreendedorismo acrescentando-lhe valor social. Por outro lado, o empreendedorismo social pelas parcerias entre as diversas organizações (públicas e privadas) que potencia representa igualmente inovação social. Segundo Parente e Quintão, (2014) referem quatro escolas de pensamento do empreendedorismo social, sendo a Escola da Inovação Social, uma delas, caracterizando-se pela criação de valor social a partir de formas inovadoras que permitem soluções em contextos com escassez de recursos, capacitando as comunidades, com preocupação ao nível do impacto social das mudanças, da escalabilidade e sustentabilidade das iniciativas. Desta forma, promove-se o “pescar” passando de modelos de intervenção social de dependência para modelos de autossuficiência. Assim, o empreendedorismo social assume-se como um instrumento de intervenção em contextos como a exclusão social, a luta contra a pobreza, a integração no mercado de trabalho e o desenvolvimento local.

Deste modo percebe-se que o objetivo do empreendedorismo social é promover impacto social, gerando valor social, tendo como elemento central a pessoa, cujos comportamentos individuais são responsáveis por reconstruir, na comunidade, o processo de socialização, criando relações interpessoais significativas e gratificantes (Phillips et al., 2017). O mesmo autor em 2019 num artigo no Jornal de Ética Empresarial refere que indo sozinho não vai funcionar, destacando o imperativo relacional para a inovação social.

De acordo com Neto e Froes (2002), o empreendedorismo social apresenta um conjunto de características a saber:

- É coletivo e integrado;
- Produz bens e serviços para a comunidade local e global;
- Tem como objetivo a procura de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade;
- Avaliação é feita pelo impacto e transformação social;
- Tem como princípio o respeito pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social e promovê-las, gerando capital social, inclusão e emancipação social.

O empreendedorismo social, pressupõem um ou vários empreendedores sociais, que tem despertado a atenção da academia no sentido identificar um perfil ou mesmo os antecedentes do comportamento do empreendedor social. No quadro seguinte apresentamos o perfil do empreendedor social de acordo com Oliveira (2004).

Tabela 1. Perfil do empreendedor social

Conhecimentos	Habilidades	Competências	Comportamentos
Saber aproveitar as oportunidades	Ter visão clara e objetiva	Ser visionário	Ser inconformado e indignado com a injustiça e desigualdade
Ter competências de gestão	Ter iniciativa	Ser responsável	
Ser pragmático e responsável	Ser participativo	Ser sensível aos problemas sociais	Ser determinado
Saber trabalhar de modo empresarial para resolver problemas sociais	Saber trabalhar em equipa	Ser persistente	Ser comprometido e leal
	Saber negociar	Ser competente	Ser ético
	Ser preceptivo e atento aos detalhes	Saber usar forças latentes e regenerar forças pouco usadas	Ser transparente
	Ser criativo	Saber correr riscos calculados	Ser apaixonado pelo que faz (área social)
	Ser flexível		
	Ser inovador		

Saber interagir com
diversos segmentos e
interesses dos diversos
setores da sociedade
Saber improvisar
Ser líder

Fonte: Adaptado de Oliveira (2004)

Para se ser empreendedor social, será suficiente ter o perfil apontado por Oliveira (2004). O que move um empreendedor social para a ação? A investigação aponta a intenção empreendedora, isto é convicção de uma pessoa que pretende criar um serviço, produto, projeto que crie valor e impacto social e conscientemente planeia fazê-lo em algum momento (Hockerts, 2015; Hsu & Wang, 2019).

Mair e Noboa (2006) apresentam algumas variáveis que predizem o comportamento empreendedor, nomeadamente: intenção de iniciar um empreendedorismo social, empatia, obrigação moral, autoeficácia empreendedora social, experiência anterior e suporte social.

II METODOLOGIA

Depois de concluída a realização do enquadramento teórico da presente investigação, este capítulo ocupa-se da parte empírica do estudo, esclarecendo as decisões tomadas e os caminhos seguidos.

Assim, no sentido de dar resposta à questão de investigação: **De que forma a comunidade percebe a importância da Associação de Vale Domingos no desenvolvimento comunitário de Vale Domingos?** No ponto seguinte - 2.1. – Realizamos uma breve caracterização socioeconómica do lugar de Vale Domingos e no ponto 2.2. fazemos a apresentação da Associação de Vale Domingos. Com vista a responder aos objetivos da investigação definidos, nomeadamente: **O1- conhecer o trabalho já desenvolvido pela comunidade de Vale Domingos; O2- perceber de que forma a comunidade local percebe a importância do Parque Botânico de Vale Domingos no desenvolvimento comunitário de Vale Domingos; O3- perceber como a comunidade se sente envolvida nas atividades e projetos da Associação de Vale Domingos; O4- conhecer as necessidades e os interesses da população de Vale Domingos em termos de Desenvolvimento Comunitário e O5 -apresentar propostas de intervenção que respondam às necessidades e aos interesses identificados.**

No ponto 3 apresentamos o tipo de estudo escolhido nesta pesquisa (estudo de caso), realizamos a caracterização dos participantes, explicamos as técnicas e instrumentos de recolha de dados utilizados (questionários; entrevistas semiestruturadas; *focus group* e análise documental); explanamos as técnicas de análise dos dados (análise estatística e análise de conteúdo) e, no último tópico, abordamos as questões éticas.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DE VALE DOMINGOS

Vale Domingos é um lugar da União de Freguesias de Águeda e Borralha, sendo esta uma freguesia do concelho de Águeda com 26,03 Km² de área, 13 708 habitantes (2021). Fica a cerca de 3 km da cidade de Águeda. Em termos associativos existem três Associações: Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos, designada Associação

de Vale Domingos, Grupo de Danças e Cantares de Vale Domingos e Associação Baptista de Águeda Shalom (resposta social de creche). Em Vale Domingos existe um bairro social e duas comunidades ciganas. A sua infraestrutura mais emblemática neste momento é o Parque Botânico de Vale Domingos. Em termos de empresas, em Vale Domingos estão sediadas seis pequenas empresas, duas da área de construção civil, uma da área das ferragens, uma de material de construção civil e duas de serralharia. Em termos de serviços em Vale Domingos apenas existe um minimercado.

De acordo com diagnóstico social realizado pela Associação de Vale Domingos em 2021, no âmbito do Projeto Aldeia de Inovação Social, em Vale Domingos vivem 353 pessoas (2,6% da população da freguesia Águeda e Borralha), sendo a média de idades de 58 anos. Vivem 89 menores e 20% da população de Vale Domingos tem mais de 66 anos, ligeiramente abaixo dos 25,7% (2021) do município. Em termos de habitação 51% tem habitação própria, muito abaixo dos 78,4% (2021) dos valores do concelho. 93% vivem em alojamento familiares clássicos como moradias e apartamentos, sendo o valor do concelho de 99,9% (2021), tendo a destacar que 7% vivem em barracas. O estado de conservação das habitações em 53% é bom, razoável em 35% e mau em 12%. Em 73% habitações existe o acesso à internet, muito abaixo do 87,3% (2021) verificados a nível nacional. Das 70 crianças e jovens a frequentar os estabelecimentos de ensino 12 foram retidos uma vez e três tiveram duas retenções no seu percurso escolar. 11% dos agregados familiares consideram que não são autónomos sob o ponto de vista financeiro, 7,5% dos agregados familiares são beneficiários do RSI.

2.2. ASSOCIAÇÃO DE VALE DOMINGOS

A Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos foi fundada a 15 janeiro de 1999, tendo nos seus estatutos no artigo 2º o seu âmbito de ação “A A.C.R.V.D., tem por fins a recolha e reposição de usos e costumes, tradições e outras manifestações ou atividades de natureza cultural, social ou económica das populações e a conservação da natureza e florestas, podendo prosseguir outros fins não lucrativos, desde que sejam compatíveis com os fins supra referidos”. Desde 2017, a AVD em virtude da necessidade de organização formal fruto do crescimento do Parque Botânico de Vale Domingos e dos

inúmeros orçamentos participativos começou um processo de organização e capacitação interno.

De acordo com o sitio na internet da AVD¹, a sua visão é “Ser uma associação de referência no equilíbrio do desenvolvimento rural (turismo, desporto, e lazer), ambiental (conservação, preservação e valorização dos recursos naturais e manutenção da biodiversidade), cultural, social, pessoal, relacional, emocional, socioeconómico (inserção e integração no mercado de trabalho) da comunidade, especialmente de pessoas em situação de vulnerabilidade social e da comunidade cigana e, integrando-as socialmente e eliminando o estigma habitualmente associado a Vale Domingos.” Apresenta como valores:

Respeito pelas diferenças: privilegiar a individualidade e as diferenças dentro das comunidades.

Integração: integrar as pessoas em situação de vulnerabilidade tornando-as mais interventivas e socialmente competentes.

Proatividade: mudança pela ação em torno de um projeto comum.

Glocal: pensar global, agir local.

Tendo a missão e valores bem definidos, apresentamos a cronologia dos projetos implementados, em execução e a implementar.

Projetos implementados:

- Programa de Capacitação para o Investimento Social (POISE-03-4639-FSE-00526) – Finalizado em novembro de 2020;
- Vale Domingos Capital das Magnólias, com a construção do Centro Interpretativo das Magnólias (OP Nacional 2017, protocolo com Instituto Conservação da Natureza e Florestas) – Finalizado em junho 2021;

¹ <https://www.valedomingos.pt/>

- Feira das Lambarices (OP Nacional 2018, protocolo com Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais e CMA) – Executado em outubro 2021, melhor evento nacional pelo Iberian Festival Awards;
- Grande Livro do Parque² (OP Jovem 2017, protocolo com Quercus) – Finalizado em dezembro de 2021;
- Mediadores Interculturais – Igualdade na Diversidade³, sendo a entidade gestora a CMA e a AVD entidade parceira, projeto financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações – Finalizado em abril de 2022;
- 2ª Edição da Feira das Lambarices – realizada em julho 2022;

Projetos em execução:

- Parque Botânico de Vale Domingos – Aldeia de Inovação Social (POISE-03-4 639-FSE-000616 – termina em dezembro 2022;
- CO3SO Empreendedorismo Social – criação de 2 postos de trabalho – termina em dezembro de 2023;
- AVD parceira da Bela Vista – Centro de Educação Integrada nos projetos do Programa Bairros Saudáveis: Entre o Chão e o Telhado^{4 5} e Levantar a pedra para construir pontes⁶ – terminam em outubro de 2022;
- Arribeirar (OP Jovem 2017, protocolo com a Quercus);
- Aldeia Didática e Divertida (OP Nacional 2018, protocolo com Instituto Português do Desporto e Juventude e CMA);
- Desporto para Todos (OP Jovem 2018, protocolo com Instituto Português do Desporto e Juventude e CMA);
- Construção pela comunidade do Bar do Parque Botânico de Vale Domingos;

Projetos a implementar:

² <https://www.valedomingos.pt/projetos/grande-livro-do-parque/>

³ <https://www.valedomingos.pt/projetos/projeto-de-mediacao-municipal-e-intercultural-de-agueda/>

⁴ <http://www.belavista.pt/index.php/novidades/267-entre-o-chao-e-o-telhado-separacao-do-lixo>

⁵ <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000209/index.htm>

⁶ <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000896/index.htm>

- Feira Cigana (OP Jovem 2018);

De referir que a AVD em termos de recursos humanos, tem três colaboradores afetos ao projeto Aldeia de Inovação Social e um no projeto CO3SO Empreendedorismo Social, sendo a implementação dos restantes projetos assegurada pelo voluntariado.

Figura 1. Logótipo da Associação de Vale Domingos



Fonte: <https://www.valedomingos.pt/>

O moinho de água foi utilizado como elemento principal na construção do logótipo da AVD. Esta opção traduz-se numa metáfora para o trabalho da Associação: como o moinho consegue transformar grãos em farinha através da energia da água, regar plantações e até gerar eletricidade, a Associação consegue juntar a energia dos habitantes de Vale Domingos para desenvolver projetos que valorizam e geram valor para a comunidade.

Por fim as palavras que inspiram a AVD, a continuar este sonho coletivo, com paixão, resiliência e compromisso:

Aqui não há Estigma!

Aqui temos Desejos e Sonhos,

Aqui temos Crenças e Esperança,

Aqui temos Direitos e

Responsabilidades,

Temos Projetos, Temos Amor, Temos Fé.

Aqui temos Respeito e Estima, esta é a

beleza deste lugar!

3.1 TIPO DE ESTUDO

No que se refere ao enquadramento do tipo de estudo utilizado nesta pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, uma vez que nos pareceu vital que a resposta às questões “como” ou “porquê” (Ventura, 2007) fossem o pilar para responder à nossa questão de investigação. Yin (1994) define o estudo de caso como uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real, sendo utilizadas diversas técnicas e instrumentos de recolha de dados.

De acordo com Ventura (2007), o estudo de caso apresenta algumas vantagens como:

- O facto de potenciar novas descobertas, em virtude da flexibilidade do seu planeamento;
- Destacar a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo;
- Permitir a análise em profundidade dos processos e das relações entre eles.

Contudo, e de acordo com o mesmo autor, este tipo de estudo apresenta uma grande limitação, que se prede com a dificuldade de generalização dos resultados alcançados.

No entanto, apesar desta limitação parece-nos desafiante compreender como foi possível uma comunidade extremamente vulnerável, estigmatizada, envolver-se num projeto coletivo, já com 11 anos de história. Para além do “como foi possível?” também nos despertou interesse investigativo analisar o “porquê”, e “como”, ou seja, o que moveu esta comunidade para a ação? Que estratégias foram utilizadas de forma mais consciente ou inconsciente que possibilitaram o voluntariado, as vitórias nos orçamentos participativos e a mudança do paradigma do lugar. Por fim, também a possibilidade de novas descobertas nos pareceu aliciante como possível contributo para a sustentabilidade local.

Apesar de alguns autores apresentarem reservas quanto à utilização numa mesma investigação dos paradigmas qualitativo e quantitativo, a verdade é que outros, como por exemplo Brannen (2017), referem que a utilização em simultâneo tem implicações benéficas de natureza teórica. Em complemento a esta ideia, autores como Reichardt e

Cook (1986) defendem que o investigador tem liberdade na escolha do paradigma, não estando preso à obrigação pelo uso exclusivo de um. Neste trabalho consideramos pertinente para a investigação a utilização do paradigma qualitativo-quantitativo, indo assim ao encontro das ideias de Patton (1990), que considera que o plano de investigação fica mais consistente através da triangulação, isto é, da combinação de metodologias. Reichart e Cook (1986) apontam algumas vantagens na utilização conjunta dos dois paradigmas, uma vez que possibilita uma melhor compreensão dos fenómenos, assim como a triangulação de técnicas pode conduzir a resultados mais autênticos, sem enviesamentos, assegurando-se assim a validade interna.

Esta utilização conjunta dos paradigmas parece-nos de basilar importância na investigação aqui realizada uma vez que tem como principal problema de investigação o conhecimento de dimensões subjetivas como a perceção da importância da AVD no desenvolvimento comunitário de Vale Domingos. Para a compreensão deste fenómeno, Vale Domingos, de desenvolvimento comunitário e participativo, este “pluralismo teórico possibilita a convivência e convergência de diferentes perspetivas e formas de ver o mundo, permite diversas conceções para um mesmo problema” (Morgado, 2012, p. 25). A compreensão profunda do fenómeno exige a utilização de “um conjunto amplo e variado de técnicas de recolha de dados” (Amado, 2013, pp.135-136).

3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

3.2.1 Inquérito por Questionário

De acordo com Appolinário (2006), um questionário é “um documento contendo uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas pelos sujeitos por escrito” (p.136). Neste contexto, alerta Hill (2014), embora a elaboração de um questionário possa parecer fácil, a verdade é que é bastante desafiador construir um bom questionário, isto é, garantir que os dados recolhidos possibilitem responder aos objetivos da investigação.

No que concerne ao tipo de questões, autores como Freixo (2011) e Tuckman (2012) diferenciam duas categorias: as que se centram sobre factos e as que se recolhem dados sobre opiniões, atitudes e preferências.

No quadro da presente investigação, utilizámos o inquérito por questionário por se pretender chegar ao maior número de pessoas possível. O questionário foi sujeito a uma validação por técnicos especializados, ao nível do conteúdo e da construção, procurando-se, desta forma, assegurar a validade interna do instrumento. Tendo em conta as indicações dadas pelos especialistas, foram realizadas algumas alterações à versão inicial do questionário. O questionário, constituído por questões de resposta fechada e uma questão de resposta aberta estava estruturado em quatro conjunto de questões:

- 1) **Caraterização:** no qual se recolhem dados como género, idade, escolaridade, situação face ao emprego, conhecimento do PBVD e frequência de participação nas atividades;
- 2) **Valor produzido na comunidade:** com recolha de informação no impacto em termos de competências pessoais e sociais, sentimento de pertença, construção de identidade local, bem-estar e visão de si e dos outros;
- 3) **Adequação das atividades do PBVD às necessidades da comunidade:** com recolha de informação da adequação das atividades, espaços e estruturas do PBVD à comunidade;
- 4) **A AVD:** avaliação do nível de satisfação e de confiança pelo trabalho desenvolvido pela AVD.

As questões foram construídas usando escalas de *Likert*, pois de acordo com Joshi et al., (2015), estas escalas têm o objetivo de medir a atitude humana. De acordo com os mesmos autores, uma atitude pode ser definida como formas preferenciais de comportamentos em determinadas circunstâncias. Sendo os comportamentos influenciados pelas crenças e ideias (em torno de um objeto, um sujeito ou um conceito), adquiridas por meio das interações sociais. Deste modo o pensamento (cognição), o sentimento (afetivo) e a ação (psicomotora) estão interligados nas atitudes humanas. Sendo a questão de como quantificar esses pensamentos. Sentimentos e

ações que são essencialmente subjetivos e de forma tem validade e confiável, este é um contributo dado pela escala *Likert*.

A análise fatorial de componentes principais indicou a existência de um único fator, incluindo todos os 11 itens, com uma variância total explicada de 80,8% (*eigenvalue* = 8,89). A análise da confiabilidade desta escala revelou ótimos valores de consistência interna (alfa de Cronbach = 0,98). Em virtude destes resultados, foi calculado o escore total da escala através da soma das pontuações obtidas em cada um dos itens. Níveis mais elevados do escore total desta escala representam percepções mais favoráveis dos benefícios pessoais atribuíveis às atividades do Parque Botânico de Vale Domingos.

3.2.2 Entrevistas semiestruturadas

O recurso a entrevistas semiestruturadas como técnica de recolha de dados, teve como objetivo compreender a forma como os entrevistados dão sentido à sua experiência em torno do desenvolvimento comunitário e participativo de Vale Domingos.

A seleção dos entrevistados teve como critério o facto de serem “informadores chave” (Amado, 2013, pp.135-136), que são participantes “que estão envolvidos nos fenómenos em estudo” (Tuckman, 2012, pp.689-690).

Esta técnica enfatiza a interpretação, a relevância de estudar o todo, centrando-se na experiência subjetiva como os entrevistados percebem, sentem e interpretam o fenómeno de desenvolvimento comunitário e participativo de Vale Domingos (Resende, 2016). Isto é, o investigador “entra no fenómeno para descobrir o que é significativo a partir do ponto de vista e das ações das pessoas que que o experienciam” (Charmaz, 2004, p.981), pretende-se assim compreender a forma como os participantes observam determinado tipo de fenómeno, acontecimento e o que sentem e pensam sobre ele (Hastie & Hay, 2012).

Tendo como bússola compreender o “como” e o “porquê” (Ventura, 2007, p. 385), pretende-se um caminho voltado para a descoberta (Resende, 2016), através de uma entrevista semiestruturada, que tendo um guião prévio que organiza os conteúdos a ser

abordados, permite flexibilidade a exploração do mundo do entrevistado através de uma relação de conversação (Resende, 2016).

A transcrição foi *verbatim*, isto é, procedeu-se à transcrição integral do áudio incluindo hesitações, risos, silêncios, assim como intervenções do entrevistador (Resende, 2016).

3.2.3 Focus group

O *focus group* tem ganho relevância na investigação no âmbito das ciências sociais e humanas, contudo já existe um longo passado desta técnica, como por o trabalho de Bogardus (1926). Contudo é com Robert Merton (1987) quando publicou observações que comparam o seu trabalho pioneiro em “entrevistas focadas” que desperta o interesse de outros investigadores (Morgan, 1996).

Morgan (1996), define o *focus group* como uma técnica de recolha de dados através da interação do grupo sobre um determinado tema determinado pelo investigador. Esta definição tem três componentes essenciais:

- 1) O *focus group* são um método de investigação com objetivo de recolha de dados;
- 2) A forma como se procede a essa recolha de dados é através da interação e discussão em grupo;
- 3) Reconhece o papel ativo do investigador na facilitação da discussão em grupo.

Para a participação no *focus group* dirigiu-se convite a toda a comunidade. O *focus group* assentou num guião de entrevista semiestruturado, composta por cinco blocos, nomeadamente: legitimação do *focus group*, caracterização dos entrevistados, início do projeto, necessidades e interesses da população de VD em termos de desenvolvimento comunitário e finalização do *focus group*.

3.2.4 Análise documental

A utilização da técnica análise documental teve como principal objetivo complementar a recolhas de dados realizada quer pelos questionários, entrevistas e *focus group*. Consistiu em analisar documentos privados da AVD como candidaturas, estatutos,

relatório de diagnóstico social, relatórios de progresso do projeto Parque Botânico de Vale Domingos- Aldeia de Inovação Social, *stakeholders* e protocolos de parceria.

Realizou-se igualmente pesquisa de reportagens, artigos de jornal e audiovisuais.

3.3 POPULAÇÃO DO ESTUDO

A população objeto de estudo é a comunidade de VD. Para dar resposta aos objetivos da investigação, sentimos necessidade de aplicar vários instrumentos de recolha de dados, a diferentes públicos-alvo.

No que se refere ao questionário, de acordo com o diagnóstico social (2021), vivem em VD 269 pessoas com mais de 18 anos, que foi o nosso público-alvo dos questionários. Optou-se por amostra aleatória simples, tendo sido o questionário passado porta a porta.

Dos 269 sujeitos, aceitaram responder ao questionário 189 indivíduos, com as seguintes características: idades compreendidas entre os 18 e os 90 anos ($M= 48,59$; $DP= 18,90$), sendo 97 do sexo feminino (51,3%) e 92 do sexo masculino (48,7%).

Em relação ao nível de escolaridade, sete inquiridos (3,7%) referiram ser analfabetos, 66 (34,9%) indicaram ter frequentado/concluído o 1º ciclo do ensino básico, 68 (36,0%) reportaram ter frequentado/concluído o 2º ciclo do ensino básico, 40 (21,2%) referiram ter frequentado/ concluído o 3º ciclo do ensino básico, dois (1,1%) indicaram ter frequentado/concluído o ensino secundário, três (1,6%) reportaram ter frequentado/concluído o ensino superior, enquanto três (1,6%) não responderam a esta questão.

No que diz respeito à atual situação profissional, 78 dos inquiridos (41,3%) afirmaram estar empregados, seis (3,2%) referiram estar desempregados, 47 (24,9%) reportaram estar em formação, 51 (27,0%) indicaram ser reformados e sete (3,7%) não responderam a esta questão.

Relativamente à entrevista semiestruturada, realizaram-se quatro entrevistas a informadores chave para a resposta à questão de investigação, três das quais voluntários do PBVD (75%) e um não é voluntário (25%), com idades compreendidas entre os 40 e os 64 anos ($M=53$; $DP= 10,67$), sendo um do sexo feminino (25%) e três do sexo masculino (75%).

Em relação ao nível de escolaridade, um entrevistado tem 1º ciclo incompleto, um o 3º ciclo do ensino básico e dois formação superior.

Em termos profissionais, um trabalha como mediador num projeto, outro é empresário, outra tem funções de diretora técnica de uma IPSS e um é decisor político. Dois dos entrevistados vivem em Vale Domingos há 30 e 40 anos respetivamente. Outro dos entrevistados trabalha com a comunidade há 32 anos e outro há 11 anos.

No *focus group* participaram 15 pessoas, com idades compreendidas entre os 12 e os 87 anos ($M=54,73$; $DP=17,74$), 13 são do sexo feminino (87%) e dois do sexo masculino (13%).

Em relação ao nível de escolaridade, sete dos participantes no *focus group* (47%) reportam ter frequentado/concluído o 1º ciclo do ensino básico, dois (13%) referiram ter concluído o 1º ciclo do ensino básico, dois (13%) indicam ter concluído o 2º ciclo do ensino básico, dois (13%) reportam ter concluído o 3º ciclo do ensino básico, três (20%) referiram ter concluído o 3º ciclo do ensino, três (20%) reportam ter concluído o ensino secundário e um (7%) indica que concluiu formação superior.

No que diz respeito à atual situação profissional, seis dos participantes (40%) afirmam estar desempregados, cinco (33%) reportam estar empregados, três (20%) referem que são reformados e um (7%) indica estar em formação.

Relativamente às nacionalidades, 11 dos participantes (73%) referem ter nacionalidade portuguesa, três (20%) reportam nacionalidade brasileira e um (7%) indica ter nacionalidade angolana.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

3.4.1. Análise estatística

A análise estatística foi aplicada aos questionários à comunidade. Inicialmente, procedeu-se à identificação de *outliers* ou erros de digitação na base de dados. A análise estatística subsequente incluiu procedimentos de análise de normalidade univariada, consistência interna e análise descritiva. A análise da normalidade indicou uma distribuição normal dos dados (*skewness* entre -0,98 e 0,11; *kurtosis* entre -1,04 e 4,00). A análise descritiva incluiu distribuição de frequências relativas (%), médias e desvio-padrão das variáveis. Para este efeito recorreu-se ao programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 23.0, considerando-se sempre um nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$), caso necessário.

3.4.2. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo foi a técnica utilizada para tratamento das questões das entrevistas e do *focus group*. De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo tem dois objetivos fundamentais:

- 1) Superar a incerteza, isto é responder a questões como: o que eu julgo que estou a ler, estará lá efetivamente? Pode este olhar muito pessoal, ser partilhado por outros? Será a minha leitura válida e generalizável?
- 2) Enriquecer a leitura, isto é, se numa primeira leitura já é enriquecedora, não poderá uma leitura mais atenta aumentar a produtividade e pertinência?

Berelson (1952), definiu a análise de conteúdo como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (p.220).

Ao utilizar a análise de conteúdo, de acordo com Campos (2004), precisamos de seguir as três etapas fundamentais:

- 1) Fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes do corpus das entrevistas;
- 2) Seleção das unidades de análise (ou unidades de significado);
- 3) Processo de categorização e subcategorização.

Neste estudo, para análise de dados realizou-se a transcrição integral das entrevistas e posteriormente procedeu-se à organização da informação com objetivo de facilitar a análise e interpretação. As respostas dos entrevistados foram organizadas por categorias e subcategorias que tiveram por base os enunciados que mais frequentemente foram expressos pelos inquiridos com a finalidade de obter conclusões para a investigação.

3.5 QUESTÕES ÉTICAS

Martins (2008) destaca que, “toda a investigação científica é uma atividade humana de grande responsabilidade ética pelas características que lhe são inerentes” (p.62).

Em relação aos procedimentos éticos desta investigação, foram respeitadas as recomendações no que se refere aos estudos que envolvem seres humanos e que engloba, tal como explica Lucília Nunes (2020) todas as etapas do processo, isto é, desde o princípio ao fim do estudo, começando pela pertinência e definição da questão de investigação, da seleção da metodologia e instrumentos adequados, seleção da amostra, a garantia de respeito dos direitos dos participantes, designadamente, o anonimato, a confidencialidade, a proteção dos dados e o consentimento informado (anexo 3), em todas as fases do estudo.

III APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste ponto serão apresentados e discutidos os dados advindos da aplicação dos instrumentos de recolha de dados. Assim, começaremos por expor a análise dos inquéritos à comunidade.

3.1. Análise dos inquéritos à comunidade

Conhecimento e frequência do Parque Botânico de Vale Domingos

A seguinte tabela apresenta a análise dos níveis de conhecimento e frequência do PBVD para a amostra total.

Tabela 2. Análise dos níveis de conhecimento e frequência do PBVD para amostra total

	Sim	Não	Se sim, com que frequência
Conhece o Parque Botânico de Vale Domingos?	95,2%	4,8%	
Costuma frequentar o Parque Botânico de Vale Domingos?	70,9%	29,1%	
Nunca			0,0%
Raramente			19,4%
Uma vez por semana			41,8%
Várias vezes por semana			18,4%
Todos os dias			20,4%
Costuma participar em alguma atividade do Parque Botânico de Vale Domingos?	42,0%	58,0%	
Nunca			0,0%
Raramente			20,8%
Uma vez por semana			50,9%
Várias vezes por semana			15,1%
Todos os dias			13,2%

Os resultados indicaram que 95,2% da amostra total conhece o Parque Botânico de Vale Domingos e que cerca de sete em cada dez inquiridos (70,9%) frequentam-no. Destes, cerca de 41,8% frequentam-no uma vez por semana e 20,0% da amostra total frequentam-no todos os dias.

Apenas 42,0% dos inquiridos referiram participar em atividades dinamizadas no PBVD, sendo que a maior percentagem deste grupo (50,9%) afirmou participar uma vez por semana nessas atividades. As principais atividades mencionadas foram: voluntariado (44,9%), atividades para crianças (18,4%), apadrinhamento (14,3%) e teatro para seniores (12,2%).

Perceções do valor do Parque Botânico de Vale Domingos para a comunidade

Na tabela seguinte são apresentados os resultados das perceções de benefícios pessoais atribuíveis às atividades do PBVD. Os itens são apresentados por ordem decrescente de valor atribuído pela amostra total.

Tabela 3. Análise das perceções do valor do PBVD para a comunidade

	M ± DP
Ter mais respeito pelas outras pessoas e pelos espaços públicos	3,53 ± 1,16
Cooperar mais	3,38 ± 1,08
Ter uma atitude mais positiva	3,37 ± 1,10
Ser mais otimista	3,36 ± 1,09
Partilhar mais	3,35 ± 1,07
Ser mais tolerante	3,33 ± 1,07
Se sentir mais confiante	3,28 ± 1,08
Conseguir adaptar-se melhor a diferentes situações	3,27 ± 1,07
Ter mais capacidade de iniciativa	3,22 ± 1,08
Ser mais proativo	3,15 ± 1,04
Ser mais autónomo	3,13 ± 1,09
Escore total	36,44 ± 10,71

Os resultados da análise descritiva indicaram que os benefícios pessoais atribuíveis às atividades do parque botânico, mais valorizados pela amostra total, foram o maior

respeito pelas pessoas e espaços públicos, a cooperação, uma atitude mais positiva, o otimismo e a partilha. O valor médio atribuído aos itens (entre três e quatro na escala de resposta) situou-se numa perceção favorável a bastante favorável.

Tendo em consideração os possíveis valores mínimos (11) e máximos (55) para a distribuição das respostas ao escore total, salienta-se que o valor médio observado (36,44) corresponde uma perceção mediana (p57 num intervalo de 0 a 100) do valor do PBVD para a comunidade.

A tabela seguinte apresenta a análise descritiva das perceções de contribuição do PBVD para a comunidade envolvente, segundo a amostra total.

Tabela 4. Análise das perceções de contribuição do PBVD para a comunidade envolvente

	Sim	Não	Se sim, em que medida
O parque botânico tem contribuído para aumentar o seu sentimento de pertença à comunidade de Vale Domingos?	81,5%	18,5%	
Muito pouco			0,0%
Pouco			4,0%
Razoavelmente			38,7%
Bastante			44,0%
Totalmente			13,3%
O parque botânico tem contribuído para a construção de uma identidade local?	90,9%	9,1%	
Muito pouco			0,0%
Pouco			1,2%
Razoavelmente			37,6%
Bastante			40,6%
Totalmente			20,6%

O parque botânico tem contribuído para aumentar o seu bem-estar, enquanto residente em Vale Domingos?	90,3%	9,7%		
Muito pouco				0,5%
Pouco				3,6%
Razoavelmente				41,7%
Bastante				38,1%
Totalmente				16,1%
O parque botânico tem contribuído para valorizar o local e a comunidade de Vale Domingos?	100,0%	0,0%		
Muito pouco				0,5%
Pouco				3,2%
Razoavelmente				40,4%
Bastante				39,9%
Totalmente				16,0%
	Sim, pela positiva	Sim, pela negativa	Não tem contribuído	Se sim, em que medida
O parque botânico tem contribuído para alterar a forma como se vê a si próprio/a e como os outros o/a veem?	66,9%	0,5%	32,6%	
Muito pouco				0,0%
Pouco				3,9%
Razoavelmente				46,1%
Bastante				36,7%
Totalmente				13,3%

Os resultados indicaram que uma elevada percentagem de inquiridos revela uma perceção positiva de contribuição do PBVD para a comunidade envolvente, nomeadamente em termos de sentimento de pertença (81,5%), construção de uma identidade local (90,9%), aumento do seu bem-estar (90,3%) e valorização do local e

comunidade (100,0%). Cerca de 66,9% da amostra também referiu que o PBVD tem contribuído positivamente para alterar a forma como os inquiridos se veem a si próprio e como os outros os veem.

Perceções da adequação do Parque Botânico de Vale Domingos às necessidades e satisfação dos inquiridos

A tabela seguinte apresenta a análise das perceções da adequação do PBVD às necessidades e satisfação da amostra total.

Tabela 5. Análise das perceções da adequação do PBVD às necessidades e satisfação dos inquiridos

	Sim	Não	Em que medida
Em que medida as atividades realizadas no parque são adequadas às suas necessidades?			
Nada adequadas			3,7%
Pouco adequadas			6,7%
Razoavelmente adequadas			54,6%
Bastante adequadas			26,4%
Extremamente adequadas			8,6%
No último ano, houve alguma alteração realizada nos espaços, estruturas ou atividades do parque botânico?			
	94,0%	6,0%	
Qual o seu nível de satisfação com as melhorias introduzidas?			
Nada satisfeito			0,0%
Pouco satisfeito			7,3%
Satisfeito			38,7%
Bastante satisfeito			38,0%
Totalmente satisfeito			16,0%

Os resultados indicaram que mais de metade dos inquiridos (54,6%) referiu que as atividades promovidas pelo parque botânico são razoavelmente adequadas às suas

necessidades, verificando-se também que 33,0% da amostra referiu níveis mais elevados de perceções de adequação (i.e., entre bastante a extremamente).

Por sua vez, 94,0% da amostra total afirmou ter conhecimento de alterações no parque botânico, sendo que 92,7% dos inquiridos evidenciaram um nível de satisfação moderado a elevado. As melhorias mais reportadas foram a construção do bar (64,4%), a plantação de árvores (12,3%), a manutenção do espaço (9,6%) e o parque infantil (6,9%).

Perceções de satisfação e confiança na Associação Cultural e Recreativa de Vale

Domingos

Na tabela seguinte são apresentados os resultados da análise das perceções de satisfação e confiança na AVD, para a amostra total.

Tabela 6. Análise das perceções de satisfação e confiança na AVD

	%
Qual o seu nível de satisfação com o trabalho desenvolvido pela Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos?	
Nada satisfeito	2,7%
Pouco satisfeito	9,3%
Satisfeito	44,1%
Bastante satisfeito	30,2%
Totalmente satisfeito	13,7%
Qual o nível de confiança que tem sobre a Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos?	
Não confio nada	4,1%
Confio pouco	12,8%
Confio razoavelmente	36,0%
Confio bastante	28,5%
Confio totalmente	18,6%

Os resultados indicaram que uma elevada percentagem dos inquiridos da amostra reportou níveis moderados a elevados de satisfação (88,0%) e confiança (83,1%) no trabalho desenvolvido pela Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos.

3.2. Análise das entrevistas a informadores chave

A análise das entrevistas teve como eixos estruturadores o seguinte conjunto de momentos: após uma leitura atenta e profunda da entrevista, os enunciados foram segmentados em função dos temas e das categorias adotados previamente e que estavam refletidos no guião da entrevista. Em cada uma das categorias foram encontradas subcategorias – que tiveram por base os assuntos que mais frequentemente surgiram nas narrativas dos entrevistados – que facilitaram o processo interpretativo. Com essa decomposição dos dados foi construída uma grelha de análise, pela qual se realizou o processo de interpretação e que é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 7. Grelha de análise temática das entrevistas aos informadores chave

Tema	Categoria	Subcategoria
Representação social de VD	Principais problemas sociais antes PBVD	Estigma Criminalidade Preconceito e racismo dentro da comunidade Exclusão
	Potencialidades da comunidade antes do PBVD	Vontade desorientada Humildade
Conhecer o processo de criação e desenvolvimento do projeto	Ideia do PBVD	Jantar dos homens Vontade da população JFA e CMA
	Mobilização da comunidade	Jantar dos homens Famílias mais fortes Convite Jantar, almoçar com... Construção de identidade coletiva Orçamentos participativos Ideia nova
	Dificuldades	Experiência de limpar e construir Relações humanas Comunicação/planeamento Problemas financeiros
	Superação das dificuldades	Relações humanas Aprendizagem/não desistir
Trabalho desenvolvido	Trabalho desenvolvido da ideia até agora	Limpeza do terreno Plantação de árvores Obra física Obra humana Mudança da imagem do lugar Acesso cultura
	Envolvimento da comunidade	Voluntariado Orgulho Sentimento de pertença Espaço de construção Acreditar das pessoas
	Problemas sociais que estão a ser respondidos	Trabalho Desenvolvimento pessoal e social Educação formal Exclusão social
	Competências que estão a ser desenvolvidas	Ganhar consciência Autoestima Tolerância

Necessidades e interesses da comunidade	Necessidades da população de VD	Habitação Formação Emprego Ser reconhecidos nos seus direitos Saúde Espaços Criar experiências Educação nas finanças
	Interesses	Música Desporto
De olhos postos no futuro	Propostas de intervenção	Plano de Resiliência Projetos de crescimento pessoal e social Parque autossustentável Comunidade assumir o caminho Fazer o que falta fazer Feira Medieval Cigana Sustentabilidade ambiental

No que concerne ao tema **representação social de VD**, são vários os **principais problemas sociais identificados antes do Parque Botânico de Vale Domingos**, “a questão é que, Vale Domingos em si era um problema social, se é que nós podemos dizer isso” (E.1). Assim, segundo os dados apurados, o **estigma** emerge como um dos principais problemas sociais “falar de Vale Domingos era essencialmente, falar de uma terra com um estigma, muito grande. As pessoas nem ousavam se quer ir a Vale Domingos, portanto, era a terra dos índios, dos criminosos, dos ciganos” (E.1), “Vale Domingos era uma terra aqui ao lado de Águeda muito próximo de Águeda em que as pessoas tinham dificuldade em lá ir” (E.4). Isto fazia com que “não houvesse investimento público na aldeia, por exemplo não havia, nem sequer havia um banco para sentar, não há uma fonte, não havia um parque, não havia uma zona de lazer, não havia um baloiço, não havia nada” (E.2), “há 11 anos atrás era um lugar, se calhar nem sequer olhamos muito para ali” (E.4). Acrescido que Vale Domingos “pelas características da sua própria habitação, era um espaço onde iam parar as famílias mais complicadas naquele sítio. Que, do meu ponto de vista, também se agravou quando foi construído o bairro social e realojaram várias famílias de outros sítios, que vieram viver para ali, portanto, essencialmente falar de Vale Domingos era essencialmente, falar de uma terra com um estigma, muito grande.” (E.1)”.

Vale Domingos era uma comunidade com rótulos (Cadavez, 2019), e isto porque “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontrados” (Goffman, 1988, p.5). Para além do estigma, de acordo com

os entrevistados **a criminalidade** aparece como outro problema social, “Vale Domingos, tinha um estigma muito grande do ponto de vista social, económico e criminal. Porque era um espaço conhecido, por caber lá dos criminosos, dos traficantes de drogas, dos traficantes de armas, muita violência física associada, portanto, era um espaço que as pessoas usavam para, neste caso, contrabando fosse ele em que medida fosse” (E.1), isto é “uma coisa que sempre foi mais evidente é a criminalidade, quer também em vários tipos de crimes era bem acentuado” (E.2).

Segundo a perspectiva dos entrevistados, outro dos principais problemas sociais antes do PBVD prede-se com o **preconceito e racismo dentro da comunidade**, isto é, para além dos “rótulos” externos, existia a perceção “do preconceito e do racismo, as próprias comunidades não se diluíam entre si e esse era um dos grandes problemas da comunidade” (E.2), uma vez que “não havia aquela interligação de um cigano com um não cigano” (E.3), pois existia “aquele receio e não se ligavam, povo cigano e não cigano viviam à parte. Tinham medo” (E.3). Antes do PBVD “tinha havido tentativas de alargar o jantar dos homens aos homens todos de Vale Domingos e as pessoas fizeram sempre alguma, ou seja, as pessoas no fundo diziam que não” (E.1). Assim numa fase inicial o PBVD “foi apresentada a todos os homens da aldeia à exceção de elementos da comunidade cigana não havia lá nenhum, eram só os brancos da comunidade a ideia do projeto” (E.1)”, estando aqui explanado o preconceito e racismo dentro da comunidade, ou talvez a exclusão dentro da própria comunidade.

Pois na visão de Carlos Serra (2014),

a chave de todas as formas históricas de exclusão social, não está relacionada com pessoas boas e pessoas más em si, nascidas num mundo “naturalmente” desumano e “naturalmente” excludente, mas com pessoas que se tornam boas ou más, incluídas ou excluídas (...), de acordo com determinados modos de produção e de reprodução (p.11).

Ignorar o processo e história, é ficarmos satisfeitos com as ações-aspirina referidas por Paulo Freire. As ações-aspirina perpetuam “falta de equidade, (...) a questão havia muita

pobreza aqui, e que estas pessoas e principalmente as crianças de longe era impossível terem as mesmas oportunidades que os outros e era impensável uma criança ter alguma perspectiva de futuro porque não tinha condições para estudar, não havia o compromisso de ir à escola, havia o casamento precoce” (E.2), pois “era uma terra com uma população muito, muito, muito vulnerável” (E.1), onde “pouco ou nada existia lá nem cultural nem social” (E.4), assim os dados apontam para a **exclusão** como outra subcategoria. De acordo com Nascimento (2000), o conceito de exclusão dialoga com os conceitos de coesão social, estigma, rutura e desvio. O mesmo autor alega que desigualdade e pobreza são conceitos diferentes entre si, bem como distintos do de exclusão social. Este último está próximo do conceito de estigma e embora menos, também do de desvio. Coesão social, destaca Nascimento (2000), é o polo oposto da exclusão social. Colaço (2014) comenta que “falar de exclusão social permite abrir um debate sobre questões relacionadas com desigualdades e justiça social” (p.31). O mesmo autor alerta-nos que a pobreza, pela forma como é definida, criada e debatida, esconde não somente aspetos distributivos (pobreza) mas, também, relacionais. Estas ideias são visíveis no âmbito do contexto socioeconómico de Vale Domingos antes do PBVD. Tal como explica um dos entrevistados, “quando esse projeto começou (...), chegou a vir cá uma jornalista (...) do Diário de Notícias, a jornalista Céu Neves, foi premiada por uma (...) reportagem que fez sobre a aldeia e ela na altura comentou que provavelmente esta era a aldeia que por mais metro quadrado que se recebia RSI”, “onde os cigarros aqui na altura eram vendidos à unidade, ou seja, as pessoas não tinham dinheiro para comprar um maço de tabaco mesmo as que fumavam comprava um cigarro” (E.2).

Importa enquadrar que em 2011 (início da ideia do PBVD), Portugal “encontrava-se a atravessar uma grave crise socioeconómica com forte impacto nas famílias” (Ramos & Lopes, 2019, p. 83). Segundo Rodrigues et al., (2016), nessa altura um terço (32,6%) das pessoas viveu em situação de pobreza durante pelo menos um ano. Segundo o mesmo estudo, as famílias mais carenciadas e em situação de maior vulnerabilidade foram afetadas pela crise de uma forma particularmente violenta, “estimando-se que a incidência da pobreza tenha então aumentado 6,3 pontos percentuais, de 17,9% para

24,2 %” (2016, p. 51). As famílias de Vale Domingos, pelas suas carências e vulnerabilidades foram violentamente afetadas pela crise.

Contudo, e tal como se verifica da análise dos dados, nasceu a esperança e as **potencialidades da comunidade antes do PBVD** surge como segunda categoria. Antes de mais, reiterar que numa comunidade estigmatizada por dentro e por fora, vulnerável, na qual se respirava exclusão, em 2011 era difícil observar potencialidades “a bem da verdade, se eu me situar lá não se via muitas potencialidades”, (E.1). “De bom pouca coisa” (E.3). Não obstante, e segundo os dados havia “uma vontade desorientada de querer mudar, ou seja, eu via que alguns tinham vontade, estavam saturados do tipo de vida que levavam, mas não sabiam bem o que é que poderiam fazer para alterar o paradigma da vida deles. E isso fez de alguma forma pensar, com falhas naturalmente, mas pensar em criar estratégias para espicaçar as pessoas, para elas perceberem, às vezes as pessoas precisam de um choque para alterar da sua vida” (E.2), esta vontade desorientada teve como pilar o facto de que “a maioria, grande esmagadora maioria tem humildade, e tinham humildade para reconhecer os seus próprios erros” (E.2)”. Por isso, e de acordo com os nossos entrevistados, a **vontade desorientada** e a **humildade** surgem como subcategorias das potencialidades da comunidade.

Temos aqui o “momento de viragem” (González et al., 2010) emocional, com a esperança de um projeto que parta da margem e vá tão longe quanto seja possível, isto é, um longo e desafiante caminho a percorrer, em vez de projetos aspirina que partam do centro e vão tão longe quanto seja caridoso, o que não é muito longe (Young, 2002).

Assim, relativamente ao tema **conhecer o processo de criação e desenvolvimento do projeto**, a primeira categoria a emergir é, **ideia do PBVD**, e, dentro desta, a subcategoria **jantar dos homens**, que surge como o segundo “momento de viragem” (Gonzalez et al., 2010). Tal como explicam os entrevistados, “havia ali uma tradição que era o jantar dos homens que de vez em quando se reunia, eu que penso nesses jantares iam falando das questões de Vale Domingos” (E.1), onde o diálogo surge como ferramenta de procura conjunta de soluções, o diálogo como o princípio de tudo (Buber, 1982). No terreno onde está o PBVD “estavam para ser criados aqui mais dois bairros sociais neste espaço, que é um Parque Botânico, entretanto a comunidade em certa altura quis fazer um

protesto, nós estávamos numa reunião para uma coisa que inventamos que era o jantar dos homens, foi o primeiro evento que criámos para sentar todos os homens à mesa, que eram os representantes das famílias e para tentarmos conversar, pôr de lado as nossas diferenças e na altura eu tive o papel de convencê-los a pedir ao Presidente Junta e ao Presidente da Câmara ajuda para ver se conseguimos alterar as ideias em vez de irmos protestar”. Perante a ideia do Parque Botânico de Vale Domingos “Todos ficaram muito entusiasmados e contentes e a partir daí foi quando se começou a trabalhar” (E.1). Identificamos este momento: construir um parque em vez protestar, como o ponto crucial de mobilização para a ação e o nascimento do desenvolvimento comunitário e participativo de Vale Domingos. Os dados revelam, em termos das subcategorias, que para além do jantar dos homens, foi determinante a **vontade da população**, “primeiro uma vontade da população ou de alguém que vivia lá, neste caso, logicamente o Ricardo, há, há sempre alguém que tem essa essa vontade” (E.4), “quando o Ricardo falou comigo, aceitei, dei a minha palavra e comecei assim aos poucos” (E.3). Identificamos aqui o Ricardo como o empreendedor social, Dees et al., (2002) sustenta que o empreender social, é aquele individuo aventureiro que partindo de um contexto de um contexto desafiante (estigma, criminalidade, exclusão), tem em mente a missão social de tornar, neste caso Vale Domingos, um lugar melhor. Assume o desafio de transformar a “vontade desorientada” em vontade rumo a um objetivo comum: PBVD, gerando assim valor social.

Segundo os entrevistados, outra subcategoria a emergir da categoria ideia do PBVD foi a importância da **Junta de Freguesia de Águeda e Borralha e Câmara Municipal de Águeda**, “a ideia na pessoa do Ricardo que partilhando com o Presidente da Junta que acolheu de imediato a ideia e começaram a trabalhar nesta ideia de poder ali se construir um parque, (...) foram à Câmara, reuniram com a Câmara e propuseram fazer ali um parque botânico” (E.1). O Presidente da Junta teve um papel importante “a primeira pessoa que acreditou, (...) que as coisas podiam ser diferentes, podíamos fazer alguma diferença” (E.2). “Presidente da Junta de altura, Paulo Seara que de alguma forma incentivou através do projeto das magnólias e, portanto, das árvores a criação ali de um parque (...) aquilo era uma zona abandonada e a junta tinha a responsabilidade de dinamizar (...)tiveram a ideia de fazer o parque das magnólias” (E.4). Assumindo,

assim, o estado o papel de facilitador e regulador da mudança (Leisering, 2011). Pois a eficácia e eficiência de qualquer intervenção implica cooperação entre instituições públicas e privadas, de acordo com o princípio da participação do desenvolvimento comunitário (Carmo, 2001).

Na categoria ideia do PBVD, identificamos o primeiro princípio do desenvolvimento comunitário de acordo com Carmo (2001): princípio das necessidades sentidas, os “momentos de viragem” (Gonzalez et al., 2010): mudar de vidas e mudar a imagem do lugar. Em vez da construção de mais bairros sociais, que poderiam reforçar o estigma, criminalidade e exclusão, surge a necessidade de gerar valor social através do PBVD. Também nesta categoria reconhecemos as duas primeiras etapas do modelo espiral de Murray et al. (2010) do processo de inovação social: indução e propostas de ideias. Definido o problema social, há a vontade da comunidade de intervir, tendo o PBVD sido a solução encontrada. Solução que promove a participação e o envolvimento da comunidade.

Na categoria **mobilização da comunidade** vamos compreender e conhecer o princípio da participação, no desenvolvimento comunitário de Vale Domingos, isto é conhecer e perceber como se realizou o envolvimento e mobilização da população (Carmo, 2001). vamos, assim, explicar a terceira etapa do processo de inovação social (Murray et al. 2010), protótipo de ensaios, isto é, como se coloca a ideia em ação, quais as dificuldades que surgem e como são superadas.

Os dados revelam que o **jantar de homens** foi o ponto de partida para a mobilização da comunidade: “começou-se mobilizando as pessoas através deste primeiro grupo” (E.1), contudo, era fundamental incluir as comunidades ciganas, “o Ricardo tinha uma proximidade muito grande à comunidade cigana e, portanto, ele viu ali a possibilidade daquelas pessoas poderem vir para ali ajudarem” (E.1). O envolvimento de todos - **famílias mais fortes** - era o ponto central “porque nós conseguimos arranjar pessoas que apresentavam as famílias mais fortes e as várias raças e etnias que existem de pessoas aqui na comunidade, nos nomeamos um representante da comunidade cigana que ficou responsável por envolver toda a comunidade cigana” (E.2).

Para além disso, emerge nas subcategorias uma estratégia simples, mas eficaz: **convite**. Isto porque “nós não podemos partir do princípio, não podemos julgar as pessoas (...), que são inúteis ou que são imprestáveis ou que não são capazes”, ou “redundantes” nas palavras de Bauman (2005, p.20). Isto porque “às vezes as pessoas são assim (...) por causa de nós criarmos esta barreira que é o preconceito na nossa cabeça. Acabam por nunca ser convidadas para nada e tudo isto começou com um convite dizer assim: nós vamos, temos este projeto, temos este objetivo gostavam de fazer parte? Gostavam de ajudar? Com um convite, cai o “redundante” para humanizar o desenvolvimento, envolvendo as pessoas, promovendo a sua participação efetiva em todas as fases do projeto. “E este tipo de pessoas que nunca foi convidada para nada, primeiro sente uma diferença, sente um orgulho, sente um prazer em ser convidado e depois logicamente faz com que agarrem esta oportunidade porque eles também querem provar que (...) não são a imagem que se cria. Não são pessoas imprestáveis, então faz com que eles se esforcem muito para fazer as coisas bem. E a verdade é que nós já vamos 11, 12 anos em que se as coisas não fossem feitas de coração, ninguém consegue andar 12 anos a fazer as coisas de voluntariado se não for o objetivo e de terem isto no coração. E através do convite que é que é uma coisa simples que é perguntarmos à pessoa se ela gostava de fazer parte, faz com que as pessoas hoje olhem digam assim isto também é meu” (E.2). Estavam lançadas as sementes da participação, da construção da memória coletiva, a memória que permite os pilares da unidade social que engloba todos, interligando laços afetivos, compartilhando socialmente valores e objetivos comuns (Margoni & Meneguel, 2019).

E nesta teia de relações, os entrevistados realçam a importância de **jantar e almoçar com...** “todos os sábados faziam jantar ou almoço em cada uma das suas casas, aí que me senti, a primeira vez que fui para uma casa, eles querem-me aqui no meio deles, a sério que é verdade. Mas muito envergonhado, entrar todos os sábados nas casas das pessoas é que abriu mais a minha mente. Tinha uma coisa sentar na mesa com eles” (E.3). Pois quando se estava a trabalhar para a construção do PBVD “quando havia voluntariado havia sempre um lanche, havia sempre comida” (E.1). Podendo ser “um processo inconsciente, (...) o ato de tu comeres com é muito mais importante do que o ato de tu trabalhares com. E eu acho aquele espaço em que as pessoas paravam para

comerem e, portanto, para estarem naquele espaço de conversa e, portanto, as pessoas colocavam-se em pé de igualdade naquele momento fez perceber que passado muito pouco tempo no jantar dos homens também estavam elementos da comunidade cigana e isso aconteceu muito naturalmente.” (E.1).

A construção de memórias individuais e coletivas permitiu chegar a outra subcategoria identificada pelos entrevistados, **construção de identidade coletiva**, isto porque “o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e grupal” (Pollak, 1989, p.10). Assim, com o PBVD temos “um processo de construção de identidade coletiva em torno de uma coisa que é de todos, que não é de ninguém, mas de todos” (E.1). As memórias que geram emoções e “de repente viam-se à mesma mesa na casa das pessoas dos brancos de Vale Domingos estes homens também sentados a comer e a discutirem as coisas da aldeia eu acho que há aqui uma coisa muito inconsciente, fruto de uma identidade coletiva que se foi construindo a volta do parque” (E.1). Assim, um dos valores produzidos pelo PBVD “o poder daquele parque foi a capacidade que obteve de construir uma identidade, um coletivo em torno de uma coisa que não é de ninguém, que eles apropriaram como sua” (E.1).

A terceira etapa do processo de inovação social (Murray et al., 2010) chama a atenção para a questão do financiamento, a qual está respondida na subcategoria, **orçamentos participativos**: “para mim foi muito importante os orçamentos participativos. Penso que aí é que deu o pulo e deu a motivação para as pessoas acreditarem que aquilo era mesmo possível. Começou a haver um projeto que foi candidatado a nível nacional, começou a ganhar prémios, começou a ganhar dinheiro e esse dinheiro fez com que o projeto se desenvolve muito mais rápido do que qualquer outro projeto que existia no concelho. (...) Uma coisa que tenho de realçar é que já tinha havido orçamentos participativo locais, municipais e isso também ajudou a que a própria comunidade já (...) percebesse o mecanismo dos orçamentos participativos. Quando veio o orçamento nacional já estavam muito mais habilitados para o concretizar. Portanto, foi toda essa mobilização, estes projetos e iniciativas, nomeadamente, e volto a referir os orçamentos participativos locais, nacionais e locais, que deram um impulso muito grande” (E.4). Nas palavras de Edwards- Shachter et al., (2012), trata-se de dar poder a grupos sociais que pensam que não o têm. Pois “as pessoas perceberem como é que (...) haviam de se

juntar em prol de uma ideia, de lutar para ela, apresentarem um projeto e votarem e, portanto, eles próprios defenderem o seu projeto. Isto foi a experiência pequena que tiveram a nível municipal, foi o que lhes deu a possibilidade de estarem mais bem preparados para a nível nacional e conseguiram como todos sabemos ser os projetos mais votados a nível nacional, (...) mostra da importância da participação das pessoas neste caso” (E.4). O poder da mobilização, isto é a “capacidade de a comunidade cigana ter de se mobilizar para conseguir que os orçamentos participativos fossem ganhos, que foi muito a comunidade cigana, não quer dizer que não fosse a comunidade de Vale Domingos toda, mas houve aqui uma mobilização porque perceberam que aquilo era importante” (E.1). Perceberam que o poder da participação é fundamental “como um instrumento para conseguir maior eficácia e novas fontes de investimento” (Rahnema, 2010, p.131). Sentiram que a exclusão está relacionada com a cidadania e a cidadania está relacionada com a participação (Colaço, 2014).

Talvez o poder da participação, nos leva à próxima subcategoria, **ideia nova**, “era uma coisa nova e todos ficaram interessados em ajudar” (E.3), algo novo que “são daquelas coisas que ninguém sabe, só se sabe como começa e ninguém sabe como acaba. Eu acho que foi um encontro, eh pá, digamos que gratificante” (E.1).

A **experiência de limpar e construir** é identificado pelos entrevistados como contributo para a mobilização da comunidade. O facto de a comunidade ter a experiência de ter limpado o terreno, onde hoje é o PBVD, a experiência de construir o parque pedra por pedra, os passeios, poderá ter contribuído para um outro olhar e sentir. “Havia muito vandalismo entre Águeda e Vale Domingos não havia um sinal de pé, mas como as pessoas agora percebem que no espaço público, como em qualquer espaço, têm a experiência de limpar, de construir faz com que também respeitem e até defendam tudo o que está construído à volta” (E.2).

Neste processo de criação e desenvolvimento também existiram **dificuldades**, que emergem enquanto terceira categoria na análise dos dados. Com efeito, os entrevistados identificam as **relações humanas**, a **comunicação/planeamento** e os **problemas financeiros** como principais dificuldades, constituindo-se, deste modo, nas subcategorias desta categoria. Assim, e tal como explicam os entrevistados: “as

dificuldades é sempre as relações humanas” (E.4), e isto porque “os constrangimentos (...) são aqueles que nas pessoas ou nos grupos que são mais frágeis quando alguma coisa corre mal tendencialmente são sempre os outros, (...) isto acontece em todos os processos (...) acho que houve loucura suficiente e algumas pessoas de Vale Domingos para irem lutando contra isto” (E.1). “Ao longo disto, como em tudo na vida nós temos pessoas que deixam de gostar de nós por vários motivos, também se as pessoas não gostam deste tipo de grupos de pessoas que estamos a falar também deixam de gostar de nós, não concordam, não é, e nós temos de respeitar isso. Também sofremos muito” (E.2).

A **comunicação/planeamento**, enquanto segunda subcategoria, também foi um elemento importante. Na verdade, “a primeira dificuldade foi convencer, a vender entre aspas, a ideia porque as pessoas não tinham a visão daquilo que nós tínhamos ideia a fazer, queriam construir um parque, plantar duas árvores, meter uma mesa, uma sombra. Mas depois surgiu a ideia de um parque botânico, ou seja, as coisas evoluíram no sentido de termos alguma coisa para deixar desta aldeia de ser chamada a terra dos índios e ser conhecida pela terra do parque botânico. E queríamos criar uma coisa que mudasse a imagem da nossa aldeia e tivemos alguma dificuldade” (E.2). Contudo, partido deste objetivo, mudar a imagem do lugar nem sempre foi um caminho claro “não perceber muito bem qual é o caminho que a outra parte quer tomar, não haver um projeto que seja fácil de olhar e perceber quais são os próximos passos” (E.4). Um projeto nascido na comunidade tem esta dificuldade de comunicação e planeamento “pessoas que não estão habilitadas muitas vezes para concretizar projetos e tiveram de começar a criar uma equipa à volta deles que lhes permitisse concretizar esses mesmos projetos e colocá-los em prática e explicar às entidades nomeadamente a Câmara, aos próprios ministérios aos quais foram contemplados, qual era o projeto que queriam fazer. Portanto essa, a maior dificuldade que nós sentimos foi o que é que Vale Domingos queria, o que as pessoas Vale Domingos queriam e como é que nós podemos apoiar” (E.4). Outra dificuldade, naturalmente foram os **problemas financeiros**, “foi a parte financeira, porque desde o início senhor Presidente Junta apoiou a ideia, mas deixou claro quando não estava disposto a apoiar financeiramente, apenas cedia as

máquinas, nós cedíamos a mão-de-obra e a Câmara cedia o terreno, financeiramente fomos sempre tendo muito pouco dinheiro” (E.2).

Tal como nos aponta a fase três do modelo espiral de Murray et al. (2010), é importante olhar a resolução dos problemas, as dificuldades e os constrangimentos identificados. Os dados revelam que as relações humanas identificadas como dificuldade, surgem novamente na categoria, **superação das dificuldades**. Na realidade, as **relações humanas** foram a subcategoria mais identificada como caminho da superação das dificuldades “foram estabelecendo relações entre uns e outros, as pessoas foram percebendo que o que é de uns também é de outros, há uns e outros, não há nem bons nem maus, há uns e outros” (E.1). “Eu criei amizades muito bonitas com pessoas que têm o mesmo objetivo, têm a mesma linha de pensamento... não necessariamente temos as mesmas ideias e concordarmos com tudo, mas criamos amizades bonitas” (E.2).

Segundo os entrevistados, da superação das dificuldades, sobressai **a aprendizagem/não desistir**. “Sabendo que se cometeram alguns erros, que se calhar houve projetos que não fizemos da melhor maneira, mas acho que esta aprendizagem e esse caminho que vamos vindo a fazer tem nos levado a não desistir. Mas a motivação (...) foi a não desistência, a perseverança, as pessoas continuaram a lutar, houve pessoas que acreditaram no projeto, houve por vezes vontade de desistir, mas eu sei que havia sempre alguém que dizia vamos continuar, vamos fazer e depois havia sempre qualquer coisa que aparecia e que motivava novamente as pessoas para criar projetos. E continuar, isto que acontece em Vale Domingos, que é um exemplo” (E.4). As dificuldades financeiras apelaram muito à resiliência “tivemos que ser criativos e combativos de maneira a ir conquistando recursos, que nos fez ter uma postura diferente em relação às coisas e uma delas é a combatividade, a agressividade não é má, a boa agressividade quando vamos a uma candidatura que é para conseguirmos que o projeto não pare” (E.2). Por exemplo, para além os OP “conseguimos angariar fundos em três concertos no parque que foram concertos muito bonitos, que vieram cá muitos artistas conhecidos, que vieram cá de borla, para angariarmos fundos para continuarem o parque” (E.2). Este caminho da aprendizagem e não desistir funcionou como motores da aceleração do desenvolvimento comunitário de VD (Silva, 1963).

Desta categoria, **superação das dificuldades**, extraímos que só um projeto que mergulhe nas suas raízes no coração e mentalidades das pessoas e seja capaz de produzir uma transformação suficientemente profunda terá garantias de ser eficaz e de ter continuidade (Silva, 1963).

Relativamente ao tema **trabalho desenvolvido**, os dados apontam para quatro categorias. Em relação ao **trabalho desenvolvido da ideia até agora**, temos a **limpeza do terreno**, “isto só tinha lixo” (E.3), logo “começámos por fazer a limpeza ao terreno, isto era um silvado muito grande” (E.2), que possibilitou a **plantação de árvores** “plantação exaustiva de plantas principalmente de árvores, temos uma das maiores coleções do mundo de magnólias que tanto nos orgulha e uma das maiores coleções de aceres fora do Japão e o parque botânico claro que é a nossa bandeira” (E.2). Naturalmente, a **obra física** surge como uma subcategoria, o PBVD existe e foi construído desde o primeiro dia pelas mãos das pessoas de Vale Domingos. “A obra física que é fantástica, e o que há lá, as obras, o parque, o parque infantil, a parte desportiva, a parte social lá com a sede, tudo isso agora, o café que vão lá fazer, as obras que vão fazer aí com o orçamento participativo nacional” (E.4). O facto dos locais terem sido autores e atores do projeto – PBVD - , acreditando que isso iria contribuir para uma real melhoria de vida da comunidade, em especial das pessoas em situação de maior vulnerabilidade e até marginalizadas (Edwards-Schachter et al., 2012), de acordo com os entrevistados emerge, **obra humana**, como subcategoria do trabalho desenvolvido desde a génese da ideia até agora: “Mais do que a obra física, eu destaco a obra que foi feita com as pessoas, a integração e não tenho dúvidas nenhuma que a comunidade cigana está muito mais integrada hoje do que estava há 11 anos (...). Eu lembro de episódios de fazermos eventos em Águeda e que a comunidade cigana seria de alguma forma convidada e a forma como eles vinham era uma forma muito escondida com algum receio, desconfiada daquilo que iam, para onde iam e o que as pessoas queriam deles. (...) Hoje este projeto mostra que as pessoas a comunidade cigana vêm à Câmara, vêm às atividades, vêm aos eventos da Câmara de uma forma integrada” (E.4). Em relação à comunidade cigana, apesar de existir “ainda um trabalho imenso para se fazer” (E.1), com o PBVD “aprenderam que podem fazer parte das coisas podem estar integrados nas coisas, mas está nas mãos deles também estarem ou não estarem” (E.1).

Esta obra humana, segundo os entrevistados, teve grande impacto nas crianças: “as crianças hoje, tem objetivos, nós falamos com elas e elas têm objetivos para o futuro já conseguem ter sonhos já conseguem sonhar que é uma coisa que as crianças não sonhavam com aquilo que queriam ser no futuro” (E.2). Esta obra humana tem no reconhecimento pelo olhar do outro um aspecto transformador “há um reconhecimento de parte a parte da importância do outro e do valor do outro ainda que possam vir outros que não sejam valorizados ou não sejam reconhecidos”. Temos aqui pinceladas do conceito UBUNTU, uma filosofia de vida e ética social, que se traduz: “uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas”, ou de forma resumida “eu sou porque tu és” (Volmink, 2019, p. 49). Importa olhar com maior profundidade para esta interdependência e reconhecimento “não é que as pessoas não soubessem que aquilo que faziam que era errado, (...)pessoas ganharam uma consciência de que há um conjunto de comportamentos e atitudes se eu tiver não obterei o reconhecimento do outro e, portanto, eu escolho ou não fazer (...). Acho que isto foi o primeiro passo para poder operar mudanças em mim.” (E.1). “Significa isto que o reconhecimento pode ser percebido como componente central no processo de formação ética do espírito humano” (Souza, 2000, p. 134). Esta obra humana também contribuí para que “os níveis de criminalidade no lugar de Vale Domingos tivessem quase desaparecido, ou seja hoje em dia é igual a qualquer outro lugar, ou até muito menor do que em alguns sítios” (E.1). Segundo os entrevistados, “nem que tivéssemos só conseguido que mais uma tivesse mudado a sua vida porque quando estamos a falar mais uma estamos a falar, é uma família porque por exemplo eu conheço vários casos aqui na comunidade que o elemento, o homem começou a trabalhar, que já há mulheres também a trabalhar, mas um homem começou a trabalhar e a vida de toda a família melhorou, quando estamos a falar de toda a família normalmente eles têm muitos filhos, os filhos começaram a ter uma vida melhor os filhos começaram a ter outra percepção porque tem o exemplo acredito que depois esses filhos já pensem que querem trabalhar também porque o pai ou a mãe já trabalham também” (E.2). Os dados revelam que “o grande *input*, o grande objetivo de todos estes projetos era havia uma corrente em que tudo era o mesmo havia sempre muitos projetinhos à volta, mas que poucos impactos têm. Nós tínhamos de usar um projeto que fossem tipo martelo que chegasse ali bate-se na corrente partisse a corrente e que a voltasse a corrente de outra forma andar noutra direção eu acho que

nós conseguimos fazer isso porque nota-se e eu tenho a certeza, que nós estamos a notar muito impacto já nesta geração, mas a geração que vem aí com o trabalho tem sido feito com eles vem completamente com outra mentalidade.” (E.2). PBVD como um “projeto martelo” que operou uma “destruição criativa” (Schumpeter, 1926), com caminho à mudança pelas estradas da inovação e empreendedorismo social.

Os dados revelam que desde a ideia até agora, um dos objetivos foi atingido, a **mudança da imagem do lugar**, “há uma coisa que para mim é o principal é que se alterou completamente a imagem do lugar de Vale Domingos” (E.1). Isto porque “conquistamos o respeito político, conseguimos mudar para a maioria das pessoas a imagem da aldeia já somos conhecidos pela aldeia do Parque Botânico, a aldeia da Associação do Vale Domingos já não somos a terra dos índios para a maioria das pessoas” (E.2). Percebemos hoje que “a pessoa que teve a ideia de fazer aquilo efetivamente teve uma ideia bestial, ou as pessoas, porque de facto na altura nem sequer sabia o que iria acontecer, a verdade (...), que usar um parque como estratégia para, (...) faz toda a diferença no que é hoje é a forma como hoje se olha para Vale Domingos.” (E.1). Em suma, só cidadãos virtuosos podem contruir territórios virtuosos (Kildal, 1999).

O trabalho desenvolvido desde 2021, teve no levantamento de necessidades um dos pontos cruciais “o diagnóstico social, que nós fizemos, disse também que a nível desportivo e a nível cultural eram as duas grandes necessidades que a comunidade tinha porque às vezes não são só as coisas físicas que as pessoas precisam” (E.2). Os dados revelam que o **acesso à cultura** como subcategoria, “nós, a nível cultural, temos feito várias coisas: nós fizemos uma gala no centro de artes que foi fantástico em que houve peças de teatro feitas pela comunidade, envolvemos a comunidade toda” (E.2). “Fizemos um evento que foi a Feira das Lambarices que foi o melhor evento a nível nacional, onde esta comunidade fez parte da organização, onde esta comunidade esteve envolvida em todos os meios na Feira das Lambarices tivemos duas edições e penso que a nível cultural que conseguimos colmatar de todo esta necessidade” (E.2). O orgulho e compromisso é claro “fazer a Feira das Lambarices que para nós a como cidadãos comuns que não estamos na área da cultura organizarmos uma coisa cultural que no meio de tantas coisas acaba por ser o melhor evento a nível nacional isto diz muito da vontade e da garra que as pessoas aqui têm porque nós quando fazemos alguma coisa,

falhamos, mas na sua maioria fazemos bem e somos reconhecidos” (E.2). Neste contexto, a participação foi fundamental, partindo de uma ideia a que a comunidade aderiu, profissionais e voluntários (não profissionais), constroem objetos artísticos (Gala e Feira das Lambarices). Assim, a arte participativa cria um cenário seguro para construir relações humanas significativas, bem como promover a inclusão social, o bem-estar das pessoas envolvidas e combater a discriminação (Matarasso, 2019). Em suma, e de acordo com Jenny Sousa (2021) “as artes são promotoras de oportunidades e de desafios, na relação muito próxima com a saúde e com o empoderamento das sociedades, proporcionando a criação de estratégias de desenvolvimento individual e comunitário” (p.143).

Após a mobilização da comunidade, na categoria, **envolvimento da comunidade**, os dados revelam de que forma foi possível este envolvimento, já com 11 anos de história. O **voluntariado** surge como um dos grandes pontos fortes deste projeto, “aqueles voluntários todos, (...) estiveram lá e que deram o seu tempo, coisa tão preciosa hoje em dia, mas deram o seu tempo para que aquilo fosse uma realidade” (E.4). Naturalmente “não conseguimos estar sempre de forma igual nas coisas não é, é natural que os voluntários que estejam mais ativos, que num período possam estar menos ativos e que depois aparecem até com mais força” (E.2). Contudo, “teve que estar (envolvida), se não sozinhos, meia dúzia de pessoas não faziam nada daquilo que foi feito” (E.4). De acordo com Barbedo (2015), entende-se por voluntariado como um conjunto de ações de interesse social e comunitário, que são realizadas por um voluntário que destina parte do seu tempo e dos seus saberes, sem esperar retorno financeiro. De acordo com a Lei 71/98 de 3 de novembro, o trabalho voluntário é norteado pelos princípios da solidariedade, participação, cooperação, complementaridade, gratuidade, responsabilidade e convergência.

De acordo com os entrevistados, o **orgulho** surge igualmente como motor do envolvimento da comunidade, “a conquista também foi pelo facto de trazer muitos voluntários que não são da aldeia, isso traz orgulho para todas as pessoas da aldeia. Verem que há pessoas de fora que acreditam naquilo que nós estamos a fazer e que se identificam como, não com espaço físico que aqui esta, mas o que isto representa, representa a integração, a resiliência e todas essas coisas” (E.2). Este orgulho de dentro

que também foi alimentado pelos olhos de fora “marcou-me quando fomos falar sobre o projeto no ano da colaboração porque nos permitiu distanciarmos e acima de tudo permitiu perceber através dos olhos dos outros, a importância do trabalho que estávamos a fazer” (E.1). Vale Domingos, deixou de ser só um parque, passou a ser uma *communitas*, que nos fala Turner (2012, p.1) no seu livro *Antropologia da alegria coletiva*, isto é um ser-em-comum, a partilha de um espaço de construção, quando as suas vidas em conjunto adquirem um sentido pleno. Sentido pleno que de acordo com os entrevistados se traduz “**sentimento de pertença** que as pessoas acabam por ter, a maioria das pessoas que fazem parte e que fizeram parte da construção deste parque botânico de uma forma ou de outra isto nunca vai ser apagado ou seja as pessoas sabem, sentem que isto também é delas e isto faz com que quando haja voluntariado, elas sejam precisas elas estão aqui, são as primeiras defensoras do parque são as primeiras trabalhadoras do parque e estão envolvidas, porque estão comprometidas com o projeto em si porque isto no fundo, a verdade é esta, é de todo” (E.2). O sentido de comunidade cresce e consolida-se pois “nós sozinhos não conseguimos fazer nada, mas com um grupo de pessoas com espírito que se criou aqui à volta, um espírito de entreajuda fez com que nós conseguíssemos o principal objetivo que é ajudar os outros e é nesse sentido acho que é uma felicidade” (E.2). O envolvimento da comunidade foi igualmente conseguido pelo facto do PBVD ter permitido fazer obra, as pessoas sábado após sábado visualizarem a evolução do seu trabalho. Foi um **espaço de construção**, “há momentos de muita mobilização das pessoas e há momentos de menor mobilização, isto é assim, enquanto o parque foi um espaço de construção mobilizou-se com muito mais facilidade toda a comunidade hoje há mais dificuldade em mobilizar a comunidade como um todo sempre que há um projeto que é para começar a comunidade mobiliza-se muito bem” (E.1). Por fim, é identificado o **acreditar das pessoas**, como ingrediente do envolvimento “a maior conquista é o envolvimento e o acreditar das pessoas quando nós agora dizemos, se no início havia dificuldade em atingir o que nós queríamos, agora se nós dizemos nós queremos construir um bar, como é o caso, as pessoas acreditam que vamos construir um bar e lutam por isso é muito mais fácil.” (E.2). Isto remete-nos para a importância da demonstração pois “o rural acredita naquilo que vê” (Silva, 1963, p.549).

Na terceira categoria, **problemas sociais que estão a ser respondidos**, os nossos entrevistados identificam quatro subcategorias: **trabalho, desenvolvimento pessoal e social, educação formal e exclusão social**. Relativamente ao **trabalho**, “na etnia cigana havia um elemento nas duas comunidades grandes que temos, havia um elemento que tinha um emprego a tempo inteiro, nós neste momento temos mais de uma dezena de membros de etnia a trabalhar. Muitos deles são respeitados pelo bom trabalho que fazem são pessoas capacitadas, são pessoas muito úteis para a comunidade em si e depois temos muito outros já com objetivos de começar a entrar no mercado de trabalho” (E.2). A inserção no mercado de trabalho como promotor para se sentirem “úteis para a comunidade, para o trabalho que não têm que passar dificuldades ou o sofrimento que eles têm de não poder dar aos filhos certo tipo de coisas às vezes é colmatado com o trabalho que fazem com a remuneração que depois acabam por ter” (E.2). Indo ao encontro da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas - ENICC (2013-2020), uma vez que um dos eixos indicados é o emprego.

Os dados revelam o **desenvolvimento pessoal e social** como outra subcategoria, “acho que a área que mais se esta a trabalhar, acho que tem muito a ver com as questões do desenvolvimento pessoal e social” (E.1). Sendo fundamental a dimensão empática, “essas pessoas têm uma luta interior todos os dias, que as pessoas de fora não conseguem ver, porque essas pessoas não são mais incapazes do que as outras, simplesmente têm mais dificuldade em ter a mesma visão que nós e nós não conseguimos impor a visão de que é normal as pessoas trabalharem, é normal fazer certo tipo de coisas que para nós é normal que fomos criados, nossos pais e nos ensinaram, os nossos avós já ensinaram aos nossos pais. Estas pessoas estão a começar agora e é difícil mudar a mentalidade de um adulto e eu às vezes sinto dificuldade em mudar as mentalidades de alguns adultos e acho os projetos do parque botânico servem a capacitação que dão às pessoas de tentá-las fazer perceber que elas são capazes, que o sentimento de utilidade melhora a vida delas melhora a nível psicológico, que lhes dá uma sensação de bem-estar porque são úteis para a comunidade” (E.2). Identificamos aqui a autoeficácia como um excelente preditor de inúmeros comportamentos (Godoy Izquierdo, et al., 2008), “nós fazemos o levantamento da criminalidade, fazemos esse levantamento constantemente, e é um facto o impacto que os nossos projetos têm tido

na comunidade, tem minimizado em muito a criminalidade. Nós temos literalmente salvo vidas, não só da morte, mas também salvo vidas, no sentido de não terem vidas passadas numa prisão ou de não terem estragado a vida a outro tipo de pessoas” (E.2). Sabendo que a percepção da autoeficácia esta correlacionada com quatro grandes fatores, as experiências prévias de sucesso ou insucesso; a observação (experiência vicariante); o feedback recebido pelo olhar dos outros e o estado físico e emocional (Bandura, 2000). Os entrevistados concretizam o impacto da autoeficácia “eu lembro perfeitamente do Júlio a forma como ele estava, era o Júlio, ele aparecia e lembro-me de um evento em que já depois do projeto estar a andar e já tinha uma confiança connosco, o à-vontade com que ele esteve em dois ou três eventos até quase a discursar” (E.4). A melhoria do sentido de autoeficácia alimenta a esperança “quero acreditar é que estes jovens estes miúdos possam saber que podem fazer diferente não sei se o vão fazer, mas que possam saber que podem fazer diferente, ter escolha” (E.1).

A escolarização é fundamental no processo de inclusão social (Luís, 2021), pelo que na subcategoria **educação formal**, se reforça a importância do trabalho que esta em curso, assim como desafia a escola a pensar, questionar e mudar. Assim, a educação formal “continua a ser aquela onde deveria continuar a haver um grande investimento, (...) nós tivemos um projeto de mediação. Mas eu acho é que as escolas têm que mudar, não vale a pena e o olhar das pessoas perante estes miúdos têm que mudar enquanto isto não acontecer a escola a continuar a olhar para estes miúdos com uma grande incapacidade de aprender e portanto eles não vão aprender, por outro lado as famílias deste destes miúdos também têm que mudar quando mas quem tem primeiro que mudar é onde esta o poder, onde está a capacidade de refletir a capacidade de análise nós não podemos pedir a estas pessoas têm imensas limitações, mas imensas limitações têm uma iliteracia é pá brutal que sejam as primeiras a mudar não pode não, não pode” (E.1). Isto é

a educação do futuro deverá ser um ensino primeiro e universal centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum apodera-se na sua humanidade comum e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo quanto é humano (Morin, 1999, p.51).

A **exclusão social**, sobressai como outra subcategoria que, segundo os dados, está a ser respondida pela relação, “vem para aqui falamos. Ajudou muito, isto esta diferente antes era cada um em suas casas, bom dia e boa tarde agora não, ajudou, aproximou as pessoas” (E.3). Bem como pelo proporcionar experiências “o facto de fazermos jogos aqui com os meninos (...) porque nós de alguma forma estamos a combater tudo isto, ou seja, embora haja montes de muralhas à nossa volta nós conseguimos derrubá-las e mesmo algumas se não conseguirmos derrubar as muralhas para ultrapassarmos para darmos estas experiências fora nós construímos dentro o que é necessário para dar esta experiência isto eu acho que tem sido a maior vitória da sua associação” (E.2).

Quanto às **competências que estão a ser desenvolvidas na comunidade**, os entrevistados identificam como primeira subcategoria ganhar **consciência**, “os projetos têm acontecido em Vale Domingos as pessoas estão a ganhar consciência da importância das coisas não quer dizer com isso que a ganhe consciência da importância das coisas que eu vou produzir mudança não, mas estão a ganhar consciência da importância das coisas” (E.1). isto leva a que “quando estou a fazer uma coisa mal feita, já penso, não quero sujar o meu nome” (E.3). Nas palavras de Paulo Freire (1979) “quanto mais refletir sobre a realidade, sobre a sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la” (p.19). Esta consciência permitiu que “as pessoas descobriram que têm competência para fazer coisas, mas no seu processo de crescimento individual e mais podem escolher fazer coisas” (E.1), tornando-se “um exemplo de que é possível mudar” (E.4). Esta consciência poderá ser o pilar da integração sem perder a identidade cultural “orgulho em ser neste momento de Vale Domingos é um orgulho para quem lá mora coisa que há uns anos há 11 anos atrás era totalmente contrário é um exemplo que eles dão à comunidade e mostrar ao país não é só a Águeda mostram ao país de que de facto é possível se acreditarmos é possível incluir estas pessoas e de alguma forma não lhes tirar a identidade mas incluí-las dentro daquilo que é a nossa sociedade” (E.4). Assim, nas palavras de Boaventura Sousa Santos (2007), “o local deixou de ser exclusivamente local. O global é o local sem paredes” (p.18). Este ganhar consciência, esta “dimensão reflexiva, que promove a autonomia e que reconecta os indivíduos pessoal e

coletivamente. Refletir permite a ressignificação é, portanto, a assunção de um papel ativo na própria vida” (Sousa, 2021, p.146).

Esta capacidade de refletir abriu caminho para a construção, passo a passo, da autoestima, isto é a percepção por parte das pessoas do seu próprio valor (Moysés, 2014). Assim, aparece a subcategoria **autoestima**, “o acreditar que também são tão, tão aguedenses como qualquer outro aguedense que vive em Águeda, mas também se tornaram um exemplo, eu dou muitas vezes o exemplo Vale Domingos” (E.4). A autoestima surge como resposta afetiva para um processo com origem no plano cognitivo (autoconceito), o olhar-nos como merecedoras de respeito e capazes de lidar com os diversos desafios da vida (Moysés, 2014).

Por fim, nesta categoria, os dados revelam a, **tolerância**, como outra competência que está a ser desenvolvida “as que pessoas são mais tolerantes isto é mais compreensível do outro (...) porque perceberam que tem vidas iguais às deles que trabalham, tem filhos é que se preocupam e quando são chamados têm competências para executar as coisas. (...) mudou é a forma como nós podemos olhar para o outro. Eu acho que reconhecer que os outros também têm competências e ser mais tolerante. Eu acho que a questão da tolerância é capaz de ser das coisas que ali mais, mais se tenha desenvolvido (...) mais foi construído naquela comunidade” (E.1). Assim partimos da tolerância para chegar à solidariedade, como superação necessária ao exercício da cidadania (Fernandes & Montrone, 2009). Assumindo-se assim a tolerância como a virtude que nos ensina a aprender com o outro (Freire, 2003).

Como síntese desta categoria consideramos pertinentes as palavras de Durão Barroso (2011), no Bureau of European Policy Advisers (BEPA), “eu vejo a inovação social como parte de uma nova cultura de *empowerment* que estamos a tentar promover” (p.14).

Em relação ao tema **necessidades e interesses da comunidade**, na categoria **necessidades** os dados revelam que a preocupação com a **habitação** é a principal subcategoria, “é um grande entrave ao desenvolvimento social e pessoal do indivíduo e das famílias como um todo. Ninguém cresce se não tiver condições mínimas à sua volta, ninguém cresce, se não houver bem-estar e segurança à sua volta, não há por onde e enquanto isto não for ao alterado (...) não se pode querer que as pessoas mudem

quando as suas preocupações são outras. Está provado que nós só evoluímos na pirâmide Maslow, só vamos subindo os degraus tivermos um conjunto de necessidades satisfeitas e aquelas, aquelas comunidades ainda estão muito no básico muito básico” (E.1). Segundo Dias (2021), “a zona habitacional é o espaço onde o indivíduo desenvolve a sua personalidade e identidade social” (p.7). As necessidades em termos de habitação são claras “90% deles vivem em condições não quero usar palavra desumano, mas em condições que qualquer pessoa se deprimia se tivesse que viver com os filhos nesse tipo de condições” (E.2). Daí a urgência de “uma habitação digna eu vou estar de uma outra forma nas coisas, nós temos aqui um conjunto de adultos que dormem na cozinha não tem espaço para dormir, dormem no chão, nós temos crianças que dormem no chão, não podemos exigir coisas ninguém dá o que não tem para dar” (E.1). Sendo premente o cumprimento do artigo 1, 65 e 66 da Constituição da República Portuguesa, que confira dignidade da pessoa humana.

Outra subcategoria que se extrai das necessidades é a, **formação**, “há muitos jovens que ainda, (...) que ainda têm um nível de iliteracia muito elevado e que não tem competência para o trabalho” (E.1), isto apesar de “temos muitas pessoas a andar formação em formação que estão a ser usadas, mas, que não estão a usar da formação” (E.1). Sendo fundamental ajustar e pensar a oferta formativa e os objetivos da mesma “a questão é que eu acho que eles tornaram-se especializados em serem formandos e o que estas empresas estão a fazer e a profissionalizá-los como formandos. E não como pessoas com um conjunto de competências para aplicar. E, portanto, até isto devia ser pensado e repensado também, porque é lógico que o subsídio que recebem faz-lhes muita falta, mas não pode ser só porque não estamos a contribuir com nada para o desenvolvimento deles. Quando nós estamos a fazer isto, o nosso propósito qual é que é?” (E.1). Para que a educação e formação de adultos funcione como fator de transformação social, que ninguém fique para trás (Rothes, 2020), é vital que tenha em conta os contextos sociais, os interesses e competências dos formandos e não subestime os défices existentes (Luís, 2021).

Os dados revelam o **emprego**, como outra necessidade da população de VD, “nomeadamente as famílias ciganas no sentido de promover o trabalho, como forma de emancipação pessoal quer dos homens quer das mulheres” (E.1). No entanto os dados

recolhidos apontam para a necessidade de se olhar para o contexto, “se metermos um cigano que nunca trabalhou na vida, meter oito horas fechado numa fábrica, é complicado. Seguramente dava certo se fosse meio tempo de trabalho, meio tempo. Isto ia para frente, não estão acostumados a estar fechados” (E.3). Contudo é igualmente apontado um caminho, “eles poderem ser no fundo ser motivados e ensinando para outro tipo de atividades que eu acho, que apesar de culturalmente não está no ADN, a tipologia de trabalho está no ADN. Porque são pessoas que não aguentam oito horas dentro de uma fábrica, tem muita dificuldade pelas suas características. Mas eu poder fazer três ou quatro horas de limpeza e três ou quatro horas na manutenção do jardim três ou quatro horas numa terra eles têm competência e capacidades para isso” (E.1). A ENICC 2013-2020, elenca um conjunto de prioridades na área do emprego. De acordo com o Relatório de Execução da ENICC 2020, em relação ao “objetivo estratégico 6 – Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional” (p. 41). Em relação à “medida 6.1.2. Promoção do aumento de inscrições nos CE e CEF, e da integração de pessoas ciganas desempregadas e ou à procura do primeiro emprego” p. 42), foram atingidos todos os indicadores com metas previstas em 2020. Contudo parece-nos fundamental percursos formativos integrados que respondam verdadeiramente aos interesses e promovam competências para a inserção no mercado de trabalho.

Ser reconhecidos dos seus direitos, desponta como outra subcategoria “enquanto os serviços não olharem para as suas comunidades e perceber que nós somos uma comunidade desenvolvida quando todos estão ao mesmo nível e quando todos vêm na mesma carruagem ou no mesmo comboio, (...) nós não podemos falar de um desenvolvimento sustentável, (...) porque se as pessoas forem reconhecidas nos seus direitos acabam por reconhecer os seus deveres, eu acredito nisso. Porque não há pessoa nenhuma que não necessite de se reconhecer no olhar do outro, e nós só nos contruímos como pessoas quando nos vemos como tal em quem esta à nossa frente, não há outra forma de nos construirmos” (E.1). Este ser pessoa passa por “ter direito a ter direitos” que nos fala Arendt (1990) no livro *As origens do totalitarismo*. Uma vez que, de acordo com a mesma autora, “a igualdade, em contraste com tudo que se

relaciona à mera existência, não nos é dada, mas resulta da organização humana, porquanto é orientada pelo princípio da justiça” (1990, p.335). Segundo Aguiar (2019)

Arendt acredita que é a igualdade política, a pertença a uma comunidade organizada politicamente e a participação num mundo comum por meio do trabalho, da palavra e da ação que gerará concretamente a proteção e dará suporte real à dignidade humana (p.412).

Sendo imprescindível que “as pessoas devem continuar a ser chamadas a participar nas coisas e a contribuir para aquilo que querem que Vale Domingos seja” (E.1) e “continuar a trabalhar em processos participativos” (E.1). Nesta subcategoria surge um desafio antigo “a maior parte destas famílias são intervencionadas por técnicos eu acho que a forma como se trabalha com estas pessoas que devia ser completamente diferente” (E.1). Os dados vão ao encontro das ideias de Guadalupe (2016), “descobri, assim, um campo ainda em aberto para o Serviço Social nas redes sociais, particularmente na sua vertente de suporte social, e na intervenção em rede” (p.9).

A **saúde** surge como outra necessidade da população de VD, “a saúde não olha para estas comunidades como deveria olhar, pois esta comunidade sob o ponto de vista da saúde tem, muito pouca segurança. São comunidades que os miúdos brincam em solos completamente contaminados com amianto (...), não há nenhum agregado familiar que não tenha problemas de saúde dentro das suas habitações, (...), a esperança de vida destas pessoas é menos 16 anos em relação a uma pessoa branca isto tem dar que pensar, as pessoas tem que questionar porque, a questão da depressão é assustador, é assustador, neste momento nós olharmos para estas pessoas e perceber praticamente que no mundo dos adultos praticamente todos os adultos têm processos de depressão e de ansiedade (...). O que é que a saúde pode fazer para, porque de facto há aqui áreas que têm de ser trabalhadas têm de ser, é só olhar, mas de uma outra forma e penso que isto tudo só pode acontecer quando estas pessoas tiverem uma habitação digna pois eu acho que está tudo interligado” (E.1). O Bastonário da Ordem dos Psicólogos, em carta aberta ao Presidente da República, alerta para as questões da saúde mental, reforçando o impacto da pandemia “a pandemia deixou marcas na saúde psicológica da população,

particularmente nalgumas populações mais vulneráveis” (2022). Francisco Miranda Rodrigues na mesma carta manifesta alguma esperança,

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) vem desbloquear um Plano Nacional de Saúde Mental com mais de 20 anos de atraso e permitir que os mais vulneráveis, sem voz, que sofrem com doença mental, venham a ter mais e melhor acesso aos serviços de saúde mental (assim se concretizem os investimentos em curso),

essa é também a nossa esperança.

Segundo os entrevistados, existem **espaços** que a comunidade identifica como necessidade “no Parque falta o café e um campo de futebol” (E.3), “as pessoas queriam mais eram o campo futebol principalmente os mais jovens e é uma coisa que eu acho que faz falta porque o desporto faz muito bem psicologicamente às pessoas e combate o sedentarismo que é um grande problema das comunidades têm hoje que é o sedentarismo principalmente as crianças. Mas neste momento o que eu acho que as pessoas mais gostavam de ter era uma piscina é o que eu sinto, acho que as pessoas, elas falam muito nisso porque não se sentem bem quando vão frequentar estes espaços noutros lados sentem que há um olhar de lado há um preconceito” (E.2).

Os entrevistados identificam igualmente como necessidade continuar a **criar experiências**, que possam ser significativas, “criar a experiência aos meninos por exemplo dar uma volta de avião eu acho que irem Lisboa ao Porto de avião é uma experiência para a vida, (...) a ideia da KidZania é fantástica. Nos temos criado experiências a estes meninos que os pais não tiveram, que os avós não tiveram e que eu tenho certeza que eles um dia vão contar aos filhos, aos netos e que vai fazer com que os filhos e os netos se nós encontramos alguma resistência no início de eles poderem ir, de os pais os deixarem, dos avós os deixarem ir eu tenho certeza que estes meninos quando forem pais, que vão permitir que os filhos vão, porque sentiram o bom, sentir o prazer, sentiram um o quão importante irem e esta é uma vitória que nós temos” (E.2). Assim a vulnerabilidade também pela escassez de estímulos e experiências de vida,

existindo aqui um caminho para se quebrar o ciclo intergeracional, pois de acordo com Bronzo (2009) modificar as condições de vulnerabilidade implica aumentar o repertório de respostas, alargar capacidades e fronteiras pensamento e ação.

Por fim nesta categoria **a educação nas finanças** é apontada como outra necessidade, “a educação nas finanças eles são constantemente enganados com pessoas que vão lá para vender isso para vender aqui depois fazem créditos e depois passam a vida, pronto acho que não haver família nenhuma em Vale Domingos nas comunidades ciganas que não tenham dívidas” (E.1). Esta necessidade vai ao encontro do Plano Nacional de Formação Financeira (2016), que identifica os grupos vulneráveis como um público-alvo específico do plano. Isto porque as pessoas com bons níveis de literacia financeira tomam naturalmente melhores decisões financeiras (Hilgert et al., 2003).

Na categoria **interesses**, segundo os nossos entrevistados, verifica-se um constrangimento, uma vez que “estas pessoas tiveram experiências de vida tão pobres, tão pobres, que não tiveram oportunidades de desenvolver a dimensão dos interesses. Estão sempre na sobrevivência, no assegurar, das necessidades básicas que nem ousam sonhar” (E.1). Contudo foram identificadas como subcategorias a **música**, “gostam de dança e música” (E.3.) e o **desporto** concretizado através “as pessoas queriam mais eram o campo futebol”. Se olharmos para teoria das necessidades humanas desenvolvida por Maslow (1975), compreendemos que sem estarem as necessidades fisiológicas, segurança, social e estima não se chega à autorrealização, na qual se poderá incluir a dimensão dos interesses. De acordo com Assis e Elisa (2013), as necessidades fisiológicas estarem na base da pirâmide das necessidades, não pode ser muito questionada, contudo a ordem das restantes pode ser discutível se aplicarmos o olhar da complexidade e, nesse sentido, elas relacionam-se como em rede e não necessariamente em hierarquia piramidal.

O tema de **olhos postos no futuro**, apresenta um conjunto de propostas de intervenção. Será que estas propostas vão ao encontro da Declaração do Milénio (2000)? Amaro (2003) aponta quatro desafios do século XXI: competitividade, coesão social e solidariedade, sustentabilidade e diversidade, será que as respostas apresentadas vão ao encontro destes desafios?

A primeira subcategoria é **Plano de Resiliência**, “o Plano de Resiliência, que também alguma verba venha ter a Águeda, que a Câmara seja capaz de usufruir do 1º direito. Porque se conseguir, significa que em seis anos devemos ter o problema da habitação, todo resolvido não acredito, mas pelo menos as habitações que foram todas identificadas para a estratégia local da habitação que essas estejam resolvidas. Se assim for no que toca à comunidade de Vale Domingos, nomeadamente às duas comunidades ciganas, isso resolvido, naturalmente outras famílias também estão identificadas. Eu acho que com isso, ou seja, com esse processo deverão acompanhar processos de promoção da pessoa, aquando da passagem de um espaço para o outro” (E.1).

A aposta em **projetos de crescimento pessoal e social** emerge como outra subcategoria, “este tipo de projetos deve continuar, eu acho que não se pode parar” (E.1). E isto porque, “por ex. o projeto dos Bairros Saudáveis, que decorre só com as comunidades ciganas, acho que tem um conjunto de ingredientes que é uma pena não haver uma segunda fase para se continuasse a trabalhar, porque apesar de não se ter conseguido mobilizar todas as mulheres, as mulheres que se mobilizaram acho que foram conseguindo descobrir coisas nelas que ficam pronto. Podem não querer fazer coisa nenhuma, mas podem querer fazer alguma coisa, mas pelo menos as pessoas sabem que se se propuserem fazer coisas podem fazer coisas, que se quiserem aprender podem aprender, portanto e isto foi-lhes demonstrado isso eu acho que tiveram a noção” (E.1). Sendo fundamental continuar a gerar contextos para solidificar o sentimento de autoeficácia e o poder da escolha, promovendo assim a inclusão, coesão social e solidariedade. Contudo é fundamental “haver também projetos destinados à comunidade como um todo, as pessoas devem continuar a ser chamadas a participar e eu acho que esta questão do Covid nos últimos dois anos quebrou em muito a dinâmica da comunidade como um todo” (E.1). Nesta fase será talvez um dos desafios do desenvolvimento comunitário de Vale Domingos, garantido assim o princípio da universalidade que nos fala Carmo (2001).

O princípio da auto-sustentação que nos refere o mesmo autor, encontra-se presente na subcategoria **parque autossustentável**, “aquele parque de alguma forma devia ser autossustentável como parque” (E.1), conscientes que apesar de ter uma coleção de 84

magnólias e 74 aceres, “o Parque Botânico elemento do ambiente e botânico ainda há muito para trabalhar” (E.1).

A **comunidade assumir o caminho** aparece como outra subcategoria, “Vale Domingos deixasse de estar tão à espera de uma ou outra pessoa definisse esses caminhos, penso que já estão em condições da própria comunidade começar a ela própria a trabalhar em vários sentidos e não estar à espera de que uma ou outra pessoa tome a decisão para o qual é esse caminho porque isso torna-se muito difícil e um peso uma carga muito grande de uma pessoa só ou duas” (E.4). Sendo basilar, que não se perdesse aquela entidade voluntária de quando é preciso aparecer muita gente para fazer o mesmo trabalho e que eu espero que os projetos que estão aí que é o orçamento participativos nacionais se concretizem e concretizando essas duas obras que são, estamos a falar de investimento muito grande e tornará ainda mais Vale Domingos um ponto de referência a nível local e regional também” (E.4). É identificada pelos entrevistados a estratégia, “juntarmos a comunidade agora na próxima Assembleia e perguntarmos o que é que as pessoas para além das necessidades, que eles têm interesse porque, uma coisa e necessidades outra coisa aquilo que faz as pessoas também sentirem bem fora de uma necessidade (...) perguntar a esta comunidade nesta fase que estamos a acabar com o projeto o que é que eles gostavam de ter na aldeia o que é que eles gostavam de fazer” (E.2). Neste ponto retomamos um dos recursos mais valiosos da psicologia comunitária, *empowerment*, que tem como objetivo proporcionar protagonismo na vida social, às pessoas e comunidade (Musitu & Buegas, 2004). Ressalvam os mesmos autores que o caminho para a resolução dos problemas sociais não parte dos déficits, mas sim na mobilização dos aspetos positivos, forças da comunidade. No mesmo sentido Manuel Menezes Silva (2003), aponta o *empowerment*, como caminho para a promoção de uma cidadania ativa.

Os dados revelam como imprescindível, **fazer o que falta fazer**, isto é “não desviar daquilo que ainda falta fazer e não estar a criar projetos novos enquanto estes não estiverem feitos. Porque é importante criar projetos, quando estes projetos tiverem maturidade suficiente, para depois então, terem o seu caminho, o seu percurso por eles só, pela comunidade” (E.4). Por exemplo, “temos um projeto desportivo muito grande que está a chegar, são 400000 EUR onde as pessoas vão ter acesso ao ciclismo, vão ter

acesso ao padel, vão ter acesso ao futebol, (...) vamos ter infraestruturas, técnicos para colmatar todas as necessidades desportivas” (E.2).

Como proposta de intervenção surge a **Feira Medieval Cigana**, “nós não trabalhamos só com a comunidade cigana, mas a comunidade cigana como são muitos elementos e como há muitas necessidades é uma comunidade que nos faz pensar muito como é que podemos fazer. (...) nós vamos fazer uma feira medieval estilo feira medieval, mas com tema cigano. Isto vai fazer com que não só que as pessoas de fora, venham conhecer e haja essa de desmistificação, tentarem perceber o que são os ciganos as dificuldades que eles passaram, a perseguição que sempre tiveram e que isso faz com que eles ainda hoje sejam muito desconfiados. Mas também vai fazer com que as gerações mais novas, que é esse também o principal objetivo, as gerações mais novas dos ciganos percebam aquilo que os avós passaram os bisavós até eles chegarem aqui. O que é que o que é que o ser cigano o que é que era o respeito pelos mais velhos que eles sempre tiveram, este tipo de tradições bonitas, que eles foram fazer, os casamentos, o compromisso. Tudo isto era muito importante nós conseguirmos voltar a trazer as receitas ciganas um monte de coisas, este é um dos objetivos” (E.2). Este caminho através das tradições e identidade cigana, vai permitir um olhar e reconhecimento duplo: o da comunidade e dos outros como nos fala Castro (2011).

Por fim surge como última proposta, **sustentabilidade ambiental** “é um projeto que já estamos a trabalhar porque acho que é obrigação de todos nós na altura em que vivemos que tem a ver com a sustentabilidade ambiental, é sensibilizar toda a comunidade (...), nós temos o projeto que é o Arribeirar e vamos dedicar mais à sustentabilidade ambiental que as pessoas percebam que se não fizermos nada agora que todos vamos pagar uma fatura. Isto começa, nós não mudamos o mundo a partir de Vale Domingos, mas começa a partir de algum lado e acho que se todos os Vale Domingos por esse mundo fora fizerem o que nós temos ideia de fazer acho que todos juntos conseguiríamos mudar o mundo” (E.2).

Retomando as perguntas do início da análise deste tema, consideramos que as propostas apresentadas vão ao encontro de alguns dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

3.3. Análise do *Focus group*

A análise do *Focus group* teve como eixos estruturadores o seguinte conjunto de momentos: após uma leitura das transcrições de testemunhos e análise dos diversos *post-it* e esquemas realizados, os enunciados e informações foram segmentados em função dos temas e das categorias adotados previamente e que estavam refletidos no guião do *focus group*. Em cada uma das categorias foram encontradas subcategorias – que tiveram por base os assuntos que mais frequentemente surgiram nas narrativas dos participantes – que facilitaram o processo interpretativo. Com essa decomposição dos dados foi construída uma grelha de análise, pela qual se realizou o processo de interpretação e que é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 8. Grelha de análise temática do *focus group*

Tema	Categoria	Subcategoria
Representação social VD	Estigma	Para onde tu vais
Conhecer o processo de criação e desenvolvimento do projeto	Ideia do PBVD	Jantar dos homens
	Mobilização da comunidade	Sonho
Necessidades e interesses da comunidade	Necessidades da população de VD	Centro de dia
		Bar
De olhos postos no futuro	Interesses	Clube de leitura
	Propostas de intervenção	Clube de leitura

Em relação ao tema **representação social de VD**, é identificado como principal problema o **estigma**, “eu cheguei aqui em 2008, quando disse que ia comprar uma casa em Vale Domingos, disseram - aí Jesus para onde tu vais, vim e achei um sítio lindo, airoso”. Este “aí Jesus para onde tu vais”, traduz a imagem existente de VD, resultante da simplificação, estereótipos e rótulos, surgindo assim o estigma associado a um tipo de lugar, habitado por tipos de pessoas (Watt, 2006). Bayón (2012) refere que as representações dos contextos mais desfavorecidos são quase sempre espacializadas e a sua avaliação negativa geralmente traduz-se na patologia dos espaços. Felizmente esta habitante de VD, permitiu-se não julgar, exercendo a cidadania, como postura de mobilização cognitiva, de reflexão e de opinião crítica (Leitão, 2005).

Relativamente ao tema **conhecer o processo de criação e desenvolvimento do projeto**, emerge a categoria, **ideia do PBVD**, e dentro desta a subcategoria o **jantar dos homens**,

“quando em 2009 encontrei o presidente da câmara ele disse-me que ia construir um bairro. Felizmente veio a crise e o meu marido depois de um jantar dos homens chegou a casa a dizer que tinham a ideia de fazer um parque fiquei muito feliz”. Contudo, era necessário **mobilizar a comunidade**, “foi o sonho que nos moveu e hoje olho pela janela e vejo um parque”, uma construção na qual foi necessário o contributo de todos “se era necessária água iam a minha casa, se era necessária luz iam a minha casa”. Foi este sonhar coletivamente, este assumir a luta pela construção de possibilidade o motor da mobilização (Freire, 2001). Uma comunidade que se organizou em torno de um objetivo comum, “durante a construção toda a dinâmica familiar foi mudada, pois sábados de manhã era para construir o parque”. Identificamos aqui a motivação intrínseca que nos fala Gagné et al. (2005), o que envolve as pessoas para fazer uma atividade, pois acham a atividade interessante e sentem satisfação espontânea no seu desempenho. Temos aqui igualmente aspetos da Teoria da Autodeterminação (Lens, et al., 2008)

faz uma importante distinção entre duas diferentes questões motivacionais: porque versus para que. Qual é o objetivo de sua atividade e por que você quer realizar esse objetivo; quais são as razões que o levam ao esforço para atingir esse objetivo (p.9).

Em VD o objetivo é claro: construir um parque.

No tema **necessidades e interesses a comunidade**, surge como primeira categoria **necessidades da população de VD** e, dentro desta, identifica-se como principal subcategoria a necessidade de um **centro de dia**, “sentimos muita falta de um centro de dia”, pois “há idosos que não saem de casa”. De acordo com o diagnóstico social, 20% da população de Vale Domingos tem mais de 66 anos. Pelo que o tema da velhice “adquire cada vez maior vitalidade no contexto presente” (Sousa & Baptista, 2015, p. 276). Compreendemos aqui a preocupação com o isolamento, sendo vital contribuir para que os idosos não percam a sua identidade nem morram socialmente (Sousa & Baptista, 2015). O **bar** também é identificado como necessidade, estando associado a um contexto de socialização, “o bar faz muita falta, pois há pessoas que passam muito tempo sozinhas”. Importa não esquecer as palavras de Abrantes (2011), “pela sua

natureza social, o ser humano apenas pela socialização pode sobreviver, desenvolver-se e tornar-se pessoa” (p. 122).

No que toca aos **interesses**, surge o **clube de leitura**, “gostávamos de dinamizar um clube de leitura”, que emerge também nas propostas de intervenção, de realçar que após o *focus group*, uma das participantes começou a dinamizar o clube de leitura, “Aqui vamos Ser Felizes” e uma idosa começou a requisitar livros na biblioteca que está a ser construída no Centro Interpretativo das Magnólias do PBVD. O clube de leitura do PBVD, assume-se como lugar de encontro regular de pessoas, que através da leitura, discussão se permitem construir individual e coletivamente (Barbeiro & Gamboa, 2016).

CONCLUSÕES

A questão “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação” (Amaro, 2003), foi o nosso ponto de partida para a realização deste estudo. Compreendemos que os “trinta gloriosos” (p.49), entre a década de 40 e a década de 70, que nos refere o mesmo autor fomentaram desenvolvimento desumano e promoveu injustiças estruturais. Era imprescindível fazer diferente para fazer a diferença na vida das pessoas, estando o desenvolvimento comunitário no centro desta renovação (Amaro, 2003). Uma renovação assente na visão integrada da complexidade, na ação pela emoção, da relevância das parcerias, assumindo o estado o papel de facilitador (Leisering, 2011), tendo sempre como pedra basilar a fileira da “dignidade humana”. Contudo, foi nos anos subsequentes à década de 70 que se deu a verdadeira revolução. Uma revolução que reconheceu o diagnóstico de necessidades enquanto elemento estruturante, enquanto processo que dá voz ao público-alvo de intervenção, e que procura a resposta a essas necessidades através da mobilização das capacidades e competências da comunidade, desde a sua base, onde a intervenção promove o “empoderamento psicológico” (Zimmerman & Rappaportm, 1988; Leiva, 2014). Uma renovação com o imperativo da ação pela participação (Fragoso, 2005), que desperte o sonhar coletivamente (Freire, 2001), com vista à melhoria da qualidade de vida, promoção de bem-estar físico e psicológico, que segundo Rahnema (2010) depende cada vez mais de uma participação organizada.

Na localidade de Vale Domingos, esta participação organizada é assumida pela Associação de Vale Domingos, que teve o desafio de transformar a mobilização e organização informal, que começou com o jantar dos homens, para uma dinâmica formal, associativa. Para este processo de transformação ter sucesso era fundamental a comunidade sentir que estava no centro da ação, nas tomadas de decisão, que tinha voz na construção do caminho que queria para Vale Domingos. Assegurar uma transição do informal para o formal que garantisse a continuidade da mobilização e envolvimento da comunidade era outro dos desafios da AVD. Teoricamente, reconhecemos as vantagens do associativismo de proximidade, pelo conhecimento da realidade concreta das pessoas, das suas necessidades, problemas, mas, fundamentalmente, das

potencialidades. Esta proximidade facilita dinâmicas de desenvolvimento comunitário de baixo (comunidade) para cima (instituições públicas), do tipo descentralizado (Lima, 2007). E, naturalmente, uma outra vantagem teórica é a possibilidade de abrir caminho a outras vias de financiamento, através de candidaturas, tentando assim assegurar a sustentabilidade (Neves & M.R. Silva, 2010). Tendo por base os pressupostos apresentados, em que medida a AVD converteu estes desafios em oportunidades de desenvolvimento e crescimento? Assim, chegamos à nossa pergunta de investigação: de que forma a comunidade percebe a importância da AVD no desenvolvimento comunitário de VD? Para responder a esta questão desenhamos cinco objetivos com a finalidade de conhecer e compreender o passado, como era Vale Domingos em 2011, perceber o impacto em termos de desenvolvimento comunitário do Parque Botânico de Vale Domingos, aferir, no presente, o envolvimento da comunidade local nas atividades e projetos da AVD, realizar o diagnóstico atual das necessidades e interesse da população de VD e finalizar com a visão de futuro através de propostas de intervenção. Assim vamos explicar as conclusões extraídas dos instrumentos de recolha de dados utilizados.

O1: Conhecer o trabalho já desenvolvido pela comunidade de VD

Sendo a construção do PBVD “momento de viragem” (Gonzalez et al., 2010), o ponto crucial que catalisou para a ação no sentido de responder aos diversos problemas identificados (estigma, criminalidade, preconceito, racismo dentro da comunidade e exclusão), a primeira tarefa concretizada pela comunidade foi a génese da ideia, que teve como estímulo a humildade da população e a vontade desorientada, estímulo captado por empreendedores sociais com uma profunda responsabilidade empática, isto é uma resposta de compaixão e preocupação por testemunhar um profundo sofrimento na comunidade (Hockents, 2015). O nascimento da ideia do PBVD surge no jantar dos homens, reforçada a ideia pela vontade da população, tendo a comunidade de VD conseguindo outro passo importante: a parceria da JFA e CMA, compreendendo a relevância estratégica de desafiar as organizações públicas a saírem das suas paredes (Monteiro, 2018). Em termos de desenvolvimento comunitário, tendo assegurado o princípio de necessidades sentida, traduzido essencialmente pela mudança de vidas e mudança da imagem do lugar, assegurando o princípio da cooperação, o desafio

seguinte seria trabalhar o princípio da participação. A mobilização da comunidade começou pelo jantar dos homens, associado à estratégia de mobilizar as famílias mais fortes, o convite foi ingrediente essencial pois ninguém é invisível e para o projeto ter sucesso e operar transformações seria fundamental mobilizar, envolver todos. Começa a construção de uma identidade coletiva, alimentada pela construção de um parque, começam relações humanas significativas na comunidade, também através do ato de jantar, almoçar com... Este nascimento do novo Vale Domingos, movido pelo sonho coletivo de construir algo que orgulhasse a comunidade e cada um em particular, vê o poder dos orçamentos participativos como um caminho para financiar parte do projeto, potenciado assim uma cidadania ativa na solução dos problemas identificados. A comunidade conseguiu OP Municipais para os caminhos, prado e iluminação para o PBVD, OP Nacional Vale Domingos Capital das Magnólias, OP Jovem Grande Livro do Parque, OP Jovem Arribeirar, OP Nacional Feira das Lambarices, OP Nacional Aldeia Didática e Divertida, OP Jovem Desporto para todos e OP Jovem Feira Medieval Cigana, num total superior a 1 milhão de euros.

De um terreno cheio de silvas e entulho, as pessoas de VD, organizaram as suas dinâmicas pessoais e familiares, pois os sábados eram os dias de ir limpar e nivelar o terreno, construir as estruturas necessárias para a plantação de árvores, tendo sido as magnólias e os aceres as duas grandes escolhas, depois foi necessário cuidar para que o PBVD pudesse crescer. Hoje, há obra física materializada no PBVD: um Centro Interpretativo das Magnólias, uma zona de merendas, todas as árvores estão identificadas, existem mesas interpretativas, um parque infantil e uma horta comunitária. De um terreno baldio ergue-se um Parque Botânico que é conhecido por 95,2% da população que constituiu a amostra dos inquiridos e cerca de sete em cada 10 inquiridos (70,9%) frequentam-no.

Esta transformadora obra física, realizada pela força do voluntariado, construiu uma obra humana, traduzida no desenvolvimento de competências pessoais e sociais que promoveu autoestima e tolerância. Os resultados da análise descritiva dos questionários indicaram que os benefícios pessoais atribuíveis às atividades do PBVD, mais valorizados pela amostra total, foram o maior respeito pelas pessoas e espaços públicos (M=3,53; DP=1,16), a cooperação (M=3,38; DP=1,08), uma atitude mais positiva (M=3,37;

DP=1,10), o otimismo (M=3,36; DP=1,09) e a partilha (M=3,35; DP=1,07). Esta obra humana teve impacto na inserção do mercado de trabalho, na redução dos níveis de criminalidade e de uma frequência escolar regular. Possibilitou igualmente o autoconhecimento e o ganhar consciência que as pessoas podem fazer escolhas.

O2: Perceber de que forma a comunidade local percebe a importância do PBVD

Relativamente da importância do PBVD pela comunidade, os inquiridos revelam uma percepção positiva de contribuição do PBVD para a comunidade local, nomeadamente em termos de sentimento de pertença (81,5%), construção de uma identidade local (90,9%), aumento do seu bem-estar (90,3%) e valorização do local e comunidade (100%). Cerca de 66,9% da amostra também referiu que o PBVD tem contribuído positivamente para alterar a forma como os inquiridos se veem a si próprios e como os outros os veem. Num indicador de melhoria da autoestima, diminuição do estigma e percepção que são autores competentes das suas próprias vidas (Mulgan et al., 2007), aos seus olhos e reconhecida e refletida essa competência pelos olhos dos outros.

De realçar que nas entrevistas semiestruturadas foram identificadas como subcategorias construção de identidade coletiva, mudança da imagem do lugar, desenvolvimento pessoal e social e sentimento de pertença. Sendo fascinante verificar que estas subcategorias vão ao encontro os resultados dos questionários, destacamos o único resultado 100% dos mesmos foi para a valorização do local e comunidade. Esta mudança da imagem do lugar, permitiu a construção de uma comunidade com rótulos (Cadavez, 2019) positivos, deixando cair “o redundante” (Bauman, 2005, p.20), “desafiliação” (Castel, 2000), o estigma e nascendo o rótulo estima, exemplo, fazer o impossível (Proskier, 2011), solidariedade e reciprocidade (Owen 1813).

O PBVD foi o caminho para humanizar o desenvolvimento, aumentando o bem-estar da população, promovendo a coesão social e conseqüente diminuição da exclusão (Nascimento, 2000). A comunidade ao sentir que tem direitos e potencialidades ativou a cidadania relacionada com a participação (Colaço, 2014). E este processo participativo que parte do centro (Young, 2002), das pessoas, potencia a socialização e ao sentirem que é muito mais o que os une, do que aquilo que os separa. Estavam criadas as bases para o desenvolvimento de um sentido de comunidade, de um sentimento de pertença

a um coletivo e apego, estima, orgulho ao local (Allegretti, et al., 2011). Com o PBVD assegurou-se o objetivo central dos pressupostos participativos vinculativos: empoderar as pessoas e as comunidades (Allegretti, et al., 2011). O PBVD, assume o papel central na construção da *communitas* (Turner, 2012), isto é, as pessoas de Vale Domingos sentem que a sua vida em conjunto ganhou um sentido pleno.

03: Perceber como a comunidade se sente envolvida nas atividades e projetos da AVD

Importa referir que para a comunidade o trabalho da AVD está intimamente ligado ao PBVD, pois a CMA celebrou protocolo (2021) com o objetivo da ADV realizar a sua manutenção e dinamização de projetos e atividades. A assinatura desde protocolo foi de vital importância para assegurar a sustentabilidade deste projeto coletivo, uma vez que existiu a partilha de responsabilidades e definição clara de papéis.

Apenas 42,0% dos inquiridos referiram participar em atividades dinamizadas no PBVD, isto é pela AVD, sendo que a maior percentagem deste grupo (50,9%) afirmou participar uma vez por semana nas atividades. As principais atividades mencionadas foram: voluntariado (44,9%), atividades para crianças (18,4%), apadrinhamento das árvores (14,3%) e teatro para seniores (12,2%). É importante referir o impacto do covid-19, os períodos de confinamento e as restrições na organização de atividades em grupo desde 2020, tiveram naturalmente reflexo nestes resultados.

Os resultados dos questionários à comunidade revelam que mais de metade dos inquiridos (54,6%) referiu que as atividades promovidas no PBVD são razoavelmente adequadas às suas necessidades, verificando-se também que 33,0% da amostra referiu níveis mais elevados de perceção de adequação (i.e., entre bastante e extremamente).

Por outro lado, 94,0% da amostra refere ter conhecimento de alterações no PBVD no último ano, sendo que 92,7% dos inquiridos evidenciaram um nível de satisfação moderado a elevado. As melhorias mais reportadas foram a construção do bar (64,4%), a plantação de árvores (12,3%), a manutenção do espaço (9,6%) e o parque infantil (6,9%).

Consideramos que a comunidade se sente envolvida nas atividades da AVD, uma vez que o desenho do plano de atividades, parte do diálogo como o princípio de tudo (Buber, 1982). Este envolvimento é refletido no voluntariado para a manutenção do parque, no voluntariado ambiental e na construção do bar. A comunidade identificou como necessidade o acesso à cultura e construiu dois objetos artísticos, a Gala da AVD e a Feira das Lambarices. Deste modo a arte participativa possibilitou o aprofundar de relações humanas significativas, a coesão social, a pertença, o bem-estar pessoal e social (Matarasso, 2019). Naturalmente que o envolvimento nas atividades é medido pelas competências que foram desenvolvidas, tal como reportado nos questionários e entrevistas. Esse explicar de competências é indicador que a participação nas atividades, foi efetiva, isto é, foi sentida, vivida e integrada. Neste sentido a capacidade de refletir sobre a participação numa atividade, alimenta a autonomia, melhora o conhecimento de si e dos outros (Sousa, 2021), em suma promove competências que podem ser mobilizadas para outros contextos de vida.

Em síntese se olharmos as atividades como o criar de experiências, identificamos o potencial de oportunidade, desafio e crescimento sendo um caminho profícuo para o desenvolvimento individual e comunitário (Sousa, 2021).

O4: Conhecer as necessidades e os interesses da população de VD em termos de DC

Segundo os informadores chave, as principais necessidades da população de VD em termos de desenvolvimento comunitário são: habitação; formação que promova o desenvolvimento de competências para integração no mercado de trabalho; serem reconhecidos nos seus direitos pelos serviços, como ponte fundamental para o trabalho em rede, em colaboração e articulação, para uma verdadeira humanização da intervenção que ao reconhecer os direitos capacita para o cumprimento dos deveres e de uma verdadeira cidadania. Outra necessidade identificada é a saúde, em especial nas comunidades ciganas, embora esta possa estar ligada às precárias condições de habitação, por um lado, constituindo, também, uma enorme preocupação as questões da saúde mental. Os informadores chaves identificam igualmente como necessidade a conclusão do bar no PBVD, tal como no *focus group* e infraestruturas desportivas como campo de futebol e piscina. Os dados revelam a necessidade de as atividades da AVD

continuarem a criar experiências que promovam memórias coletivas felizes, o autoconhecimento e o alargamento da visão de si e do mundo. Em virtude dos baixos níveis de literacia financeira é identificada como necessidade educação nas finanças que potencie a tomada de decisões conscientes e informadas (Hilgert et al., 2013).

No *focus group* foi identificada a necessidade de um centro de vida, como resposta ao envelhecimento da comunidade e o isolamento agravado pelo covid-19, estando a comunidade preocupada com o fenómeno da velhice (Sousa & Baptista, 2015).

De acordo com o *focus group* os interesses da comunidade local são a dinamização de um clube de leitura, criando assim um lugar de encontro, troca de saberes e possibilidade de construção individual e coletiva (Barbeiro & Gamboa, 2016).

Já os informadores chave referem a música e o desporto. Consideramos que a música e o desporto poderão ser excelentes ferramentas, metodologias para continuar o trabalho de inclusão e coesão social e desenvolvimento pessoal, social e comunitário.

Ao olharmos para as necessidades da comunidade compreendemos que ainda estamos perante uma comunidade em situação de imensa vulnerabilidade, onde as necessidades básicas de habitação e saúde não estão asseguradas para todos. O não cumprimento destas necessidades básicas constitui uma enorme barreira ao desenvolvimento individual e coletivo. Isto porque a casa é onde a pessoa desenvolve a sua personalidade e identidade social (Dias, 2021). A casa contribui para as condições de saúde e sucesso escolar. A uma criança que dorme no chão não estamos a assegurar as condições de sucesso, essa criança tem rosto, sonhos e o direito que lhe sejam reconhecidos os seus direitos (Arendt, 1990). Essa criança precisa de intervenção e ação com responsabilidade empática (Hockents, 2015) por parte dos técnicos, escola, instituições públicas, privadas e sociedade em geral. É certo que estamos perante um problema complexo, logo o recurso a soluções lineares e desarticuladas o sofrimento das pessoas e organizações aumenta, esta lançado o desafio da colaboração como resposta à complexidade dos problemas sociais (Marques, 2019).

Reconhecemos igualmente a urgência de refletir sobre a educação e formação de adultos, assistimos a uma profissionalização do ser formando, mas que não esta a

promover transformação social projetada e o desenvolvimento de competências com vista à integração no mercado de trabalho (Luís, 2021).

Por fim, as questões de saúde que se por um lado estão associadas às condições de habitação, foi-nos também reportada bastante incidência de perturbações depressivas e perturbações de ansiedade, que carecem de intervenção especializada. Existe a esperança que o futuro Plano Nacional de Saúde Mental, permita que as pessoas em situação de maior vulnerabilidade, tenham mais e melhor acesso aos serviços de saúde mental (Rodrigues, 2022). No entanto consideramos que para este plano poder ter mais sucesso, sugere-se beber dos princípios de desenvolvimento comunitário.

O5: Apresentar propostas de intervenção que respondam às necessidades e os interesses identificados

No seguimento do *focus group* uma participante já iniciou a dinamização do clube de leitura “Aqui vamos Ser Felizes” e o Centro Interpretativo começou a dinamizar uma pequena biblioteca.

Os informadores chave mostram esperança que o Plano de Resiliência em articulação com o Plano Local de Habitação contribua para mitigar os problemas de habitação. Por outro lado, consideram indispensável a continuidade de projetos de crescimento pessoal e social. Se olharmos para os dados dos questionários à comunidade identificamos as seguintes competências que devem ter um maior foco em intervenções futuras: sentir mais confiante (M=3,28; DP=1,08), adaptabilidade (M=3,27; DP=1,07), capacidade de iniciativa (M=3,22; DP=1,08), proatividade (M=3,15; DP=1,04) e autonomia (M=3,13; DP=1,09). Isto significa que os próximos projetos devem ter como objetivo a promoção do sentimento de autoeficácia (Godoy Izquierdo, et al., 2008), isto é a confiança para lidar com os diversos desafios da vida (Moysés, 2014). Bem como a promoção da flexibilidade cognitiva que permita alargar capacidades e fronteiras de pensamento e ação (Bronzo, 2009), trabalhando-se assim a adaptabilidade. Para a promoção da capacidade de iniciativa, proatividade e autonomia consideramos interessante ter como mapa orientador a Teoria da Autodeterminação (Lens et al., 2008) e os processos de motivação interna (Gagné et al., 2005).

A sustentabilidade PBVD apesar de não ser identificada nas necessidades é considerada uma preocupação em termos de futuro, uma vez que os encargos financeiros com a sua manutenção são elevados.

A comunidade assumir o caminho, continuando a ser ouvida, envolvida e parte ativa nos projetos do presente e fazer o caminho para futuros projetos, revela-se como indispensável no desenvolvimento comunitário de VD, a fim de se assegurar o princípio da universalidade (Carmo, 2001). Isto é o sucesso de um projeto é assegurado quando tem como objetivo de uma população na sua totalidade e com finalidade de mitigar as vulnerabilidades sociais e a promoção do bem-estar (Carmo, 2001). A implementação dos projetos que estão em curso responde às necessidades relacionadas com os espaços desportivos identificados, bem como, com a possibilidade de se proporcionar experiências diferenciadoras, significativas e com potencialidades para que os seus destinatários lhes atribuam significado positivo. Se olharmos a Feira Medieval Cigana, como contexto de educação intercultural, esta iniciativa pode contribuir para outros olhares sobre alguns comportamentos e podem ajudar de forma indireta para um reconhecer dos direitos de uma comunidade em situação de enorme vulnerabilidade (Castro, 2011). Isto é reconhecer a diversidade cultural à nossa humanidade comum (Morin, 1999).

Por fim surge a sustentabilidade ambiental que poderá igualmente dar o seu contributo para a consciência de cidadania global e desse modo alargar as competências pessoais e sociais.

Explanadas as respostas aos nossos objetivos de investigação é tempo de retomar a nossa pergunta de investigação: de que forma a comunidade percebe a importância da AVD no desenvolvimento comunitário de VD?

Pelos dados recolhidos e pela resposta desenvolvida a cada um dos objetivos de investigação, consideramos que a comunidade reconhece que a AVD teve e tem um papel muito importante para a mudança da imagem do lugar, para a construção do sentimento de pertença, para a resposta aos problemas sociais (aumento de elementos da comunidade integrados no mercado de trabalho, melhoria da escolarização, diminuição da criminalidade, aumento de competências pessoais e sociais, diminuição

da exclusão social). Esta percepção da importância tem um bom indicador, o voluntariado, que apesar do covid-19, sempre se manteve nas diversas ações desenvolvidas ao nível da manutenção do parque, na limpeza do terreno do Arribeirar, na construção do bar, na dinamização e organização da Gala da AVD e na organização das duas edições da Feira das Lambarices. Importa também destacar que nos questionários à comunidade as principais atividades referidas foram o voluntariado (44,9%). Destacamos igualmente a atividade apadrinhamento das árvores (14,3%), em que a AVD convidou a pessoa e família que plantou a árvore (alguns anos atrás) a colocar a placa de identificação da mesma, escrevendo atrás o nome da família, um simples gesto de reconhecimento pelo trabalho, dedicação e participação. Pois o voluntariado em Vale Domingos é o motor do desenvolvimento comunitário e participativo, onde a participação tem o valor central (Fragosos, 2005).

Por fim se medirmos a importância da AVD, pelo nível de satisfação e confiança, os dados revelam uma elevada percentagem dos inquiridos da amostra reportou níveis moderados. Tendo em conta que no questionário foi utilizada uma escala Likert, esta tem como objetivo mensurar a atitude humana (Joshi et al. 2015), isto é traduzir num número as crenças, ideias, pensamentos, sentimentos, neste caso em relação ao trabalho desenvolvido pela AVD. A confiança é uma atitude perante a incerteza, complexidade e incapacidade de prever o futuro (Luhmann, 1979), pelo que este resultado (83,1%), é um indicador claro de confiança por um lado, por outro o sentimento de segurança que a AVD desenvolve na comunidade, sendo parte da *communitas* (Turner, 2012). Sendo a satisfação a medida do atendimento às necessidades, interesses e desejos da comunidade (Neto, 2013), um resultado de 88,0% reflete que a visão e valores da AVD, em ser uma associação de referência no desenvolvimento da comunidade, assente no respeito pelas diferenças, integração, proatividade e pensar global, agir local, estão a ser cumpridos.

Em suma, consideramos que a AVD foi capaz de converter o desafio da transição do informal para o formal em oportunidade, garantido a mobilização e envolvimento da comunidade. Contudo, reforçamos que tem um grande desafio no futuro, para além de continuar o trabalho com públicos-alvo em situação de maior vulnerabilidade (crianças, idosos, desempregados e minoria étnica), é indispensável projetar atividades e projetos

universais, para toda a comunidade, de forma mais continuada e não tão pontual como foi o caso da Feira das Lambarices e a Gala da AVD.

Limitações do estudo

Um das dificuldades que nos deparamos foi construir um bom questionário, que garantisse uma boa consistência interna, uma vez que sabíamos dos baixos níveis de literacia por parte de alguns elementos da comunidade. Contudo, consideramos que superamos essa dificuldade, uma vez que a análise da confiabilidade desta escala revelou ótimos valores de consistência interna (alfa de Croanbach=0,98).

Consideramos que a principal limitação deste estudo esta no facto de não termos recolhido a perceção das crianças e jovens de VD. Conscientes da limitação, contudo a nossa opção recaiu no sentido que este estudo não deveria interferir significativamente com os projetos e dinâmicas que estavam em curso, uma vez que as crianças e jovens tiveram intervenção dos projetos: Aldeia de Inovação Social; Escolhas (Pioneiros); Creative Youth City , Emoaction In&Inner e Blended Mobility (Centro de Juventude de Águeda); Bairros Saudáveis (Bela Vista). Sendo no futuro um público importante para ouvir e avaliar o impacto de toda a intervenção.

Propostas para estudos futuros

Em relação a estudos futuros, uma teoria, um modelo de desenvolvimento pessoal e uma escala despertam a nosso interesse pelo contributo que podem dar para compreender ainda mais o fenómeno de desenvolvimento comunitário de VD.

A Teoria do Sentimento Psicológico de Comunidade (SPC), que teve a sua génese em 1974 quando Seymour Sarason, descreveu a SPC como “o sentimento de que somos parte de uma rede de relacionamentos de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender” (Sarason, 1974, p. 1). O autor acrescenta que esse “sentimento” funciona como fator protetor uma vez que previne que as pessoas “experimentem sentimentos prolongados de solidão” (p.1), e que vivam estilos de vida emocionalmente destrutivos. Esta teoria despertou o interesse de inúmeros psicólogos comunitários,

contudo só em 1986 a teoria do SPC foi minuciosamente delineada por McMillan e Chavis, que a definem como

um sentimento de pertença que os membros possuem, de que os membros se preocupam uns com os outros e com o grupo, e uma fé partilhada de que as necessidades dos membros serão satisfeitas através do compromisso de permanecerem juntos (p.9).

Referem que o SPC é composto por quatro elementos: estatuto de membro, ligações emocionais partilhadas, influência e integração e satisfação de necessidades. Pelo exposto consideramos que seria relevante avaliar o SPC da comunidade de Vale Domingos.

Depois deste caminho de investigação e reflexão sobre a comunidade de VD percebemos que “o princípio da superação é tão essencial para a vida pessoal como o princípio da realidade ou da interioridade” (Díaz, 2004, p.35). Nesse sentido o modelo de desenvolvimento pessoal de Roberts Dilts despertou a nossa atenção. Este modelo integra a dimensão do sentido na doação de si, sendo a terceira geração da Programação Neuro Linguística que tem como objetivo responder às questões pela identidade (propósito-missão) e pela espiritualidade (o sentido e a pertença) (Dilts, 2003). Parece-nos um caminho interessante a ser explorado na comunidade, o que moveu a superação, o fazer o impossível.

Por fim, num contexto de empreendedores sociais, poderiam contribuir por exemplo para a aferição para Portugal da Escala de Avaliação dos Antecedentes do Comportamento Empreendedor Social de Hockters (2015).

Para concluir, usamos o trecho do discurso do Presidente Theodore Roosevelt intitulado “Cidadania em uma República”, conhecido como “O homem na arena”, proferido na Sorbonne, 23 de abril de 1910.

Não é o crítico que importa, nem aquele que aponta onde foi que o homem tropeçou ou como o autor das façanhas poderia ter feito melhor. O crédito

pertence ao homem que está por inteiro na arena da vida, cujo rosto esta manchado de poeira, suor e sangue; que luta bravamente, que erra, que dececiona, porque não há esforço sem erros e decepções; mas que, na verdade, se empenha em seus feitos; que conhece o entusiasmo, as grandes paixões; que se entrega a uma causa digna; que na melhor das hipóteses, conhece no final o triunfo da grande conquista e que, na pior, se fracassar, ao menos fracassa ousando grandemente.

As derradeiras palavras para a comunidade de Vale Domingos, que continuem a conscientizar e esperar:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo... (Freire, P., 1972, p.s/n.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrantes, P. (2011). Para uma teoria da socialização. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXI, pp. 121-139. <http://hdl.handle.net/10071/5017>.

Águeda TV (2020). “CircoAGITado no Parque Botânico de Vale Domingos”. *Águeda TV*, 6 de setembro, 2020. <https://agueda.tv/2020/09/circoagitado-no-parque-botanico-de-vale-domingos/>.

Águeda TV (2021, janeiro, 13). Apresentação do projeto “Aldeia da Inovação Social”. <https://www.youtube.com/watch?v=4GjtIUP3fKk>.

Águeda TV (2014.junho, 4) “Parque Botânico de Vale Domingos, Águeda”. https://www.youtube.com/watch?v=57_hq4E5wLI

Aguiar, O. A. (2019). Hannah Arendt e o direito (Parte II): o outlaw e o direito a ter direitos. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 60, 403-415.

Allegretti, G., García Leiva, P., & Paño Yáñez, P. (2011). *Viajando por los presupuestos participativos: buenas prácticas, obstáculos y aprendizajes* (pp. 1-139). CEDMA.

Amado, J. (2013). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amaro, M. I., & Oliveira, A. M. (2010). Desafiliação e perda, o caminho descendente da integração à exclusão. *Os caminhos da Pobreza: perfis e políticas sociais em Portugal*. SCML editora.

Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento—um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de estudos africanos*, (4), 35-70. <https://doi.org/10.4000/cea.1573>

Ander-Egg, E. (1982). *Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*. México: El Ateneo.

Ano Nacional da Colaboração. (2019, março, 21). O Poder da Colaboração em Albergaria-a-Velha – Rosália C., Ricardo A., Jorge C. e Luísa C. https://www.youtube.com/watch?v=3kO_6oF9Vr0&t=9s

Appolinário, F. (2006). *Metodologia da Ciência: filosofia e prática*. Thomson.

Arendt, H. (1990) *Origens do Totalitarismo*. Companhia das Letras.

Bandura, A. (2000). Self-efficacy. In AE Kazdin (Ed) *Encyclopedia of psychology* (pp. 212-213).

Barbedo, P. (2015). O voluntariado: um recurso em valorização na sociedade portuguesa. In *Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria*. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10400.22/7142>

Barbeiro, L. F., & Gamboa, M. J. (2016). Clubes de leitura: construção e conquista de leitores. *Revista de Investigação em Educação e Ciências Sociais*, (1), 37-53. <http://hdl.handle.net/10400.8/4256>

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70

Barros, R. (2011). *Genealogia dos conceitos em educação de adultos: da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida-um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional*. Chiado editora. <http://hdl.handle.net/10400.1/14097>

Bauman, Z. (2005). *Vidas Desperdiçadas*. Jorge Zahar Editor.

Bayón, M. C. (2012). El " lugar" de los pobres: espacio, representaciones sociales y estigmas en la ciudad de México. *Revista mexicana de sociología*, 74(1), 133-166.

BEPA- Bureau of European Policy Advisers (2011). Empowering, people, driving change: social innovation. In the European Union. Publications Office of the European Union

Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. Free Press.

- Bogardus, E. (1926) A entrevista em grupo. *Aplicado Sociologia*, 10, 372-82.
- Brannen, J. (2017). Combining qualitative and quantitative approaches: an overview. *Mixing methods: Qualitative and quantitative research*, 3-37.
- Brecht, B. (1998). *Poemas*. Campo das letras, Editores, S.A.
- Bronzo, C. (2009). Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*, 171-201.
- Buber, M. (1982) *Do diálogo e do dialógico*. Perspectiva.
- Cabannes, Y. (2004). *72 Perguntas Frequentes sobre Orçamentos Participativos*. Quito: UN-HABITAT.
- Cadavez, C. (2019). Turismo – inovação e sustentabilidade sociais e comunitárias: os casos da Mouraria e do Bairro Padre Cruz, em Lisboa. In P.V. Matos, J.D. Lopes & C.F. Muyder (Eds.), *Inovação Social, casos na Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (pp.34-50). Almedina.
- Câmara Municipal de Águeda (2017). “Município entregou Requalificação do Parque Botânico de Vale Domingos”. <https://www.cm-agueda.pt/viver/espaco-informativo/noticias-agueda/noticia/municipio-entregou-requalificacao-do-parque-botanico-de-vale-domingos>
- Câmara Municipal de Águeda (2021). “Aldeia da Inovação Social é projeto disruptor e integrador”. *Câmara Municipal de Águeda*, 14 de dezembro, 2021. <https://www.cm-agueda.pt/viver/espaco-informativo/noticias-agueda/noticia/aldeia-da-inovacao-social-e-projeto-disruptor-e-integrador>
- Cameira, A. C. P. F. (2019). *Rumo ao Orçamento Participativo de Portugal: isomorfismo, adaptação ou inovação institucional?* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/86982>

Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista brasileira de enfermagem*, 57, 611-614.

Carmo, H. (2001). *A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social*. 1ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental, Lisboa.

Castel, R. (2000). The roads to disaffiliation: Insecure work and vulnerable relationships. *International journal of urban and regional research*, 24(3), 519-535. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.00262>

Castel, R. (2006). A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação. *Caderno CRH*, 10(26). <https://doi.org/10.9771/ccrh.v10i26.18664>

Castro, D. S. (2011). O olhar de si e o olhar dos outros: um itinerário através das tradições e da identidade cigana.[Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].Repositório PUCRS. <https://hdl.handle.net/1023/3760>

Charmaz, K. (2004). Premises, principles, and practices in qualitative research: Revisiting the foundations. *qualitative Health Research*, 14(7), 976-993. <http://doi.org/10.1177/1049732304266795>

Cieza García, J. A. (2006). Educación comunitaria. *Revista de educación*. <http://hdl.handle.net/11162/69073>

Colaço, J.C. (2014). Pobreza e exclusão social – problematização e dinâmica na sociedade moçambicana. In R. Arruda, J. Colaço & A. Baia, *O que é a exclusão social?* (pp.32-1356). Escolar Editora.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. (2016). *Plano Nacional de Formação Financeira 2016-2020*. Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Eds.) <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2018-05/pnff16-20.pdf>

Constituição da República Portuguesa (2018). (5ª ed.). Edições Almedina, S.A.

Cortina, A. (2017). *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia* (Vol. 14). Paidós.

Costa, A. B. D. (1998). Excluíões sociais “, *Cadernos Democráticos*, n. 2, Lisboa, Gradiva.

Costa, A.B. (2015). Prefácio. In Diogo, F., Castro, A., Perista, P., & Silva, M. C. (orgs). *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos* pp. 7-16. Edições Húmus.

da Silva, M. M. (1963). Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*, 1(4), 538–558. <http://www.jstor.org/stable/41007519>

Dawson, P. & Daniel, L. (2010). Understanding social innovation: a provisional framework. *Internacional Journal of Technology Management*, 51 (1), 9-21.

de Abreu Ronconi, L. F., Debetir, E., & De Mattia, C. (2011). Conselhos gestores de políticas públicas: potenciais espaços para a coprodução dos serviços públicos. *Contabilidade Gestão e Governança*, 14(3).

de Assis, W., & Elisa, M. (2014). Desenvolvimento sustentável e algumas vulnerabilidades geradas pelo não atendimento de necessidades básicas. *Revista Brasileira De Pós Graduação*, 10 (21).

de Freitas, C. G. (2008). Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul–Acre.[Dissertação de mestrado, Universidade Católica Dom Bosco]. <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8058-desenvolvimento-local-e-sentimento-de-pertencia-na-comunidade-de-cruzeiro-do-sul-acre.pdf>

de Lima, R. P. (2011). *Turismo de base comunitária como inovação social* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/RobsonPereiraDeLima.pdf

de Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, 5(2). <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/477/372>

de Paula, R.H.A. (2014). Visíveis e Invisíveis – inquietações e fragilidades no dilema da inclusão e da exclusão social. In R. Arruda, J. Colaço & A. Baia, *O que é a exclusão social?* (pp.14-30). Escolar Editora.

de Vasconcellos, M. A. S., & Garcia, M. E. (1998). *Fundamentos de economia*. Saraiva Educação SA.

Dees, J.G, Emerson, J., & Economia, P. (2002). *Organizações sem fins lucrativos empreendedoras: um kit de ferramentas para empreendedores sociais*. John Wiley & Filhos.

Diagnóstico Social de Vale Domingos. (2021). Associação de Vale Domingos.

Dias, A. F. P. (2021). *O Impacto da Impulsar nos bairros sociais de Leiria* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria. Repositório Institucional do Politécnico de Leiria]. <http://hdl.handle.net/10400.8/6529>

Díaz, C. (2004). *Decir la Persona*. Colección Persona (13). Fundación Emmanuel Mounier.

Dilts, R. (2003). *From Coach to Awakener*. Meta Publications: Inter Editions.

Diogo, F., Castro, A., Perista, P., & Silva, M. C. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Edições Húmus.

do Nascimento, E. P. (1994). Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Caderno crh*, 7(21). <https://doi.org/10.9771/ccrh.v7i21.18772>

do Nascimento, E. P. (2000). Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários In Bursztyn Marcel (org.), *“No Meio da Rua-Nômades, Excluídos e Viradores”* (pp.56-87). Editora Garamond.

dos Santos, F. M. (2012). Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. *Revista Eletrónica de Educação*, 6 (1), 383-387.

Edwards-Schachter, M. E., Matti, C. E., & Alcántara, E. (2012). Fostering quality of life through social innovation: A living lab methodology study case. *Review of policy research*, 29(6), 672-692

Escola Desing Thinking (2022). <https://escoladesignthinking.echos.cc>

Scorel, S. (1999). *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. SciELO-Editora FIOCRUZ.

Esteves, B. (2018). “Projetos em Águeda dominam primeira edição do Orçamento Participativo Jovem”. *Correia da Manhã*, 9 de janeiro, 2018. https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/projetos-em-agueda-dominam-primeira-edicao-do-orcamento-participativo-jovem?ref=Mais%20Sobre_BlocoMaisSobre

Estratégia Nacional Integração das comunidades ciganas (2013-2020). Alto Comissariado para as migrações . https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/enicc_ACM.pdf/42f8ef57-8cd7-4118-9170-9fcd9bc53ec2

European Commission (2013). *Guide Social Innovation*. <https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2014/01/Guide-to-Social-Innovation.pdf>

European Commission, Directorate-General for Research and Innovation, Harrison, D., Jenson, J. (2013). *Social innovation research in the European Union : approaches, findings and future directions : policy review*, Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2777/12639>

Fernandes, B. (2021). “Vale Domingos: mais do que um lugar, uma mudança de paradigma”. *Aveiromag*, 21 de julho, 2021. <https://www.aveiromag.pt/2021/06/21/vale-domingos-mais-do-que-um-lugar-uma-mudanca-de-paradigma/>

Fernandes, S., & Montrone, A. V. G. (2009). Da tolerância à solidariedade: superação necessária ao exercício da cidadania, na construção de uma sociedade mais

democrática. *Educação em Revista*, 10(2), 73-86. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2009.v10n2.652>

Finger, M., & Asún, J. M. (2003). *A educação de adultos numa encruzilhada: aprender a nossa saída*. Porto Editora.

Fragoso, A. (2005). Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), 23-51.

Freire, P. (1979). *Conscientização*. Ed. Cortez & Morães.

Freire, P. (2001). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*: Editora UNESP.

Freire, P. (2003). *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. Olho d'água.

Freixo, M. (2011). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Instituto Piaget.

Gagné, M., & Deci, E. L. (2005). Self-determination theory and work motivation. *Journal of Organizational Behavior*, Malden, 26, 331-362.

García, J. A. (2003). Educación comunitária. *Revista de educación*, 339, pp.765-799. <http://www.revistaeducacion.mec.es/re339/re339a33.pdf>

Godoy Izquierdo, D., Godoy García, J. F., López-Chicheri García, I., Martínez Delgado, A., Gutiérrez Jiménez, S., & Vázquez Vázquez, L. (2008). Propiedades psicométricas de la Escala de Autoeficacia para el Afrontamiento del Estrés (EAEAE). *Psicothema*. <http://hdl.handle.net/11162/4531>

Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. Tradução: Mathias Lambert, 4.

González, S., Moulaert, F., & Martinelli, F. (2010). ALMOLIN: How to analyse social innovation at the local level?. In *Can Neighbourhoods Save the City?* (pp. 65-83). Routledge.

Guadalupe, S. (2016). *Intervenção em rede: serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Hastie, P., & Hay, P. (2012). Qualitative approaches. In K. Armour & D. Macdonald (Eds.), *Research methods in physical education and youth sport* (pp. 79-84). Routledge.

Hilgert, M. A., Hogarth, J. M., & Beverly, S. G. (2003). Household financial management: The connection between knowledge and behavior. *Federal Reserve Bulletin*, 89 (7): 309-322.

Hill, M. M. (2014). Desenho de questionário e análise dos dados-alguns contributos. *Metodologia de investigação em ciências sociais da educação*, 133-164.

Hillier, J., Moulaert, F., & Nussbaumer, J. (2004). Trois essais sur le rôle de l'innovation sociale dans le développement territorial. *Géographie Économie Société*, 6(2), 129-152. <http://dx.doi.org/10.3166/ges.6.129-152>

Hockerts, K. (2015). The social entrepreneurial antecedents scale (SEAS): A validation study. *Social Enterprise Journal*, 11, 3, pp. 260-280. <https://doi.org/10.1108/SEJ-05-2014-0026>

Hsu, C. Y., & Wang, S. M. (2019). Social entrepreneurial intentions and its influential factors: A comparison of students in Taiwan and Hong Kong. *Innovations in Education and Teaching International*, 56(3), 385-395. <https://doi.org/10.1080/14703297.2018.1427611>

Inodep. (1973). *El message de Paulo Freire y práctica de la liberación*. Marsiega

Instituto Nacional de Estatística. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/aveiro/aguada/2947-aguada/file>

Ionescu, C. (2015). About the conceptualization of social innovation. *Theoretical and Applied Economics*, 22(3), 53-62.

Jessop, B., Moulaert, F., Hulgård, L. & Hamdouch, A. (2013). Social innovation research: a new stage in innovation analysis. *The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research*, pp.110-130.

Joshi, A., Kale, S., Chandel, S., & Pal, D. K. (2015). Likert scale: Explored and explained. *British journal of applied science & technology*, 7(4), 396-403.

Junta das Freguesias de Águeda e Borralha (2022). <https://www.uf-aguedaeborralha.pt/freguesia/historia>

Kildal, N. (1999). Justification of workfare: the Norwegian case. *Critical Social Policy*, 19(3), 353-370.

Lei 71/98 (1998) da Assembleia da República. Diário da República n.º 254/1998, Série I-A de 1998. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/71-223016>

Leisering, L. (2011). Transformations of the state: Comparing the new regulatory state to the post-war provider state. In *The new regulatory state* (pp. 254-274). Palgrave Macmillan.

Leitão, M. S. N. D. (2005). Atitudes e práticas de cidadania no voluntariado. [Tese de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa].

Leiva, P.G. 2014. "Psychological Empowerment in Participatory Budgeting" In Dias, N. (eds.), *Hope for Democracy: 25 years of Participatory Budgeting Worldwide*, S. Brás de Alportel: In Loco Association, pp.443-451.

Lens, W., Matos, L., & Vansteenkiste, M. (2008). Professores como fontes de motivação dos alunos: o quê e o porquê da aprendizagem do aluno. *Educação*, Porto Alegre, 31 (1), 17-10. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/2752>

Lerner, J. 2009. Learning Democracy through Participatory Budgeting: Who Learns What and so What?. In Daly, K.; Schergurensky, D.; Lopes, K. (eds.) *Learning Democracy by Doing: Alternative Practices in Citizenship learning and Participatory Democracy*, (pp. 659-666). Transformative Learning Centre.

Lima, L. C. (2005). A educação de adultos em Portugal (1974-2004): Entre as lógicas da educação popular e da gestão de recursos humanos. In R. Canário & B. Cabrito (orgs.), *Educação e formação de adultos: Mutações e convergências* (pp. 31-60). Educa. <https://hdl.handle.net/1822/60571>

Lima, L. C. (2007). *Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró*. Cortez editora.

Lisetchi, M., & Brancu, L. (2014). The entrepreneurship concept as a subject of social innovation. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 124, 87-92. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.02.463>

Luhmann, N. (1979). Trust: A mechanism for the reduction of social complexity. *Trust and power: Two works by Niklas Luhmann*, pp.1-103.

Luís, A. I. (2021). *O papel da educação e formação de adultos na inclusão social do grupo sociocultural cigano: estudo de caso* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional do Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/7348>

Mair, J. & Marti, I. (2006). Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, no 41, pp. 36-44. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2005.09.002>

Mair, J., & Noboa, E. (2006). Social entrepreneurship: How intentions to create a social venture are formed. In *Social entrepreneurship* (pp. 121-135). Palgrave Macmillan.

Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social. (2015, julho, 24). Parque Botânico de Vale Domingos. <https://www.youtube.com/watch?v=SxVJo9XMdeU&t=63s>

Margoni, C. C. & Meneguel, C. R. A. (2019). A memória coletiva do idoso e a sua parceria com a inovação social do turismo de Santos. In Matos, P.V., Lopes, D.J. & Muylder, C. F. (Eds.). (2019). *Inovação Social – Casos na Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (pp.17-50). Edições Almedina, S.A.

Marques, R. (2019). Líderes Ubuntu a três tempos—cuidar, ligar e servir. *Construir Pontes Ubuntu—Para uma liderança servidora* (pp.69-104). Academia de Líderes Ubuntu.

Martins, José Carlos Amado (2008) Investigação em Enfermagem: alguns apontamentos sobre a dimensão ética. In *Pensar Enfermagem*, vol. 12, nº 2, pp. 62-66.
http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2008_12_2_62-66.pdf

Matarasso, F. (2019). *Uma Arte Irrequieta: Reflexões sobre o triunfo e importância da prática participativa*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Matos, P.V., Lopes, D.J. & Muylder, C. F. (Eds.). (2019). *Inovação Social*. Edições Almedina, S.A.

McMillan, D., & Chavis, D. (1986). Sense of community: Definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.

Mendes, T.D. (2021). “Vem aí a Feira das Lambarices”. TSF, 7 de outubro, 2021.
<https://www.tsf.pt/portugal/cultura/vem-ai-a-feira-das-lambarices-14195157.html>

Monteiro, A. (2008). Empreendedorismo Social e Responsabilidade Social. In *Communication presented at the seminar “Práticas de Responsabilidade Social: limites e potencialidades”*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

Morgado, J.C. (2012). O Estudo de Caso na Investigação em Educação. De Facto Editores.
<https://hdl.handle.net/1822/68429>

Morgan, D. L. (1996). Focus groups. *Annual review of sociology*, 22(1), 129-152.
<https://doi.org/10.1146/annurev.soc.22.1.129>

Morin, E. (1999). *Os sete saberes para a educação do futuro*. Horizontes Pedagógicos.

Moysés, L. (2014). *A autoestima se constrói passo a passo*. Papyrus Editora.

Mulgan, G., Ali, R., Halkett, R., & Sanders, B. (2007). In and out of the sync: the challenge of growing social innovation. NESTA – National Endowment for Science, Technology and the Arts.

Murphy, P. J., & Coombes, S. M. (2009). A model of social entrepreneurial discovery. *Journal of business ethics*, 87(3), 325-336.

Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation* (24). NESTA - National Endowment for Science, Technology and the Arts. <https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/The-Open-Book-of-Social-Innovationg.pdf>

Musitu, G., & Buelga, S. (2004). Desarrollo comunitario y potenciación (empowerment). *Introducción a la psicología comunitaria*, 10, 167-193. <https://www.uv.es/~lisis/sofia/7buelga.pdf>

Myrdal, G. (1968). Vinte anos da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa. *Organização Internacional*, 22 (3), 617-628. <https://doi.org/10.1017/S0020818300013746>

Myrdal, G., & Sitohang, P. (1957). Economic theory and under-developed regions. <http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/567/12/RCE11.pdf>

Neto, F. B. & Froes, C. (2002). Gestão da responsabilidade social cooperativa: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social. Qualitymark.

Neto, F.P.M. (2013). Marketing esportivo: o expornte como ferramenta do marketing moderno. BestSeller.

Neves, C. (2018). “Um milhão para fazer da terra dos índios a capital dos doces e das magnólias”. *Diário de Notícias*, 9 de novembro, 2018. <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/04-nov-2018/um-milhao-para-fazer-da-terra-dos-indios-a-capital-dos-doces-e-das-magnolias-10128039.html>

Neves, C. (2021). “Estivemos a organizar o espetáculo do ano”. *Diário de Notícias*, 4 de outubro, 2021. <https://www.dn.pt/local/estivemos-a-organizar-o-espetaculo-do-ano-14186186.html>

Neves, T., Cruz, I., & do Rosário Silva, M. (2010). *Ação local no combate à pobreza e exclusão social*. Livpsic.

Nóvoa, A. (1999). O espaço público da educação: imagens, narrativas e dilemas. In Prost, A., Antunes, A.L. Nóvoa, A., Dias, C.A., Reis, C., Rodrigues, C., Hameline, D., de Mello, N.G., Alarcão, I., Guerra, I., Witte, J., Cabral, M.V., Gonçalves, O., Perrenoud, P. & Canário, R. Fundação Calouste Gulbenkian.

Nunes, L. (2020). Aspectos éticos na investigação em enfermagem. IPS, ESS, Departamento de Enfermagem.

Nurkse, R. (1953). Notas sobre o Trabalho do Sr. Furtado Relativo a "Formação de Capitais e Desenvolvimento Económico". *Revista brasileira de economia*, 7 (1), 67-87.

Oliveira, E. M. (2004). Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios—notas introdutórias. *Revista da FAE*, 7(2). <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/416>

Owen, R. (1813). *A New View of Society: Or, Essays on the Principle of the Formation of the Human Character, and the Application of the Principle to Practice: Essay 2* (2). Cadell & Davies.

Parente, C., & Quintão, C. (2014). Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social. *Empreendedorismo social em Portugal*. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/73385/2/88711.pdf>

Parente, C., Santos, M., Chaves, R. R., & Costa, D. (2011). Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização, Lisboa. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/61185/2/cparenteempreendedorismo000151867.pdf>

Patton, M.Q. (1990). *Qualitative evaluation and reseach methods*. SAGE Publications, inc.

Perroux, F., & Nunes, A. S. (1963). A Ideia de Progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo. *Análise Social*, 1(2), 173–182. <http://www.jstor.org/stable/41007638>

Phillips, W., Alexander, E. A., & Lee, H. (2017). Going it alone won't work! The relational imperative for social innovation in social enterprises. *Journal of business ethics*, 156(2), 315-331. <http://doi.org/10.1007/s10551-017-3608-1>

Pires, A.J. (2017). “Vale Domingos: iniciativa popular permitiu requalificar Parque Botânico”. *Diário de Aveiro*, 5 de abril, 2017). <https://www.diarioaveiro.pt/noticia/17611>

Podlasek-Ziegler, M. (2019). Construindo Pontes. *Construir Pontes Ubuntu—Para uma liderança servidora* (pp. 115-122). Academia de Líderes Ubuntu.

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, 2(3), 3-15. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>

Pontual, P. 2014. Building a Democratic Pedagogy: Participatory Budgeting as a school of Citizenship. *Hope for Democracy*, 25, 427-429.

Portugal Inovação Social. <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/>

Praszkier, R., & Nowak, A. (2011). *Social entrepreneurship: Theory and practice*. Cambridge University Press.

Preskill, H., & Beer, T. (2012). Evaluating social innovation. <http://repository.fteval.at/id/eprint/146>

Rahnema, M. (2010). Participation. In Wolfgang Sachs *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power* (2 th ed.), pp.127-144). Zed Books.

Ramos, I. & Lopes, J.D. (2019). Crescerbem: Inovação social numa comunidade hospitalar. In Matos, P.V., Lopes, D.J. & Muylder, C. F. (Eds.). (2019). *Inovação Social – Casos na Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (pp.77-100). Edições Almedina, S.A.

Reichardt, C. S., & Cook, T. D. (1986). *Hacia una superación del enfrentamiento entre los métodos cualitativos y los cuantitativos* (pp. 25-58). Morata.

Relatório de Execução da ENICC 2020. Alto Comissariado para as Migrações. <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/0/Relat%C3%B3rio+de+Execu%C3%A7%C3%A3o+da+ENICC+2020.pdf/033d9736-c245-43b9-b6cc-fafb2ddc52b1>

Resende, R. (2016). Técnica de investigação qualitativa: ETCl. *Journal of Sport Pedagogy & Research*, 2(1), 50-57.

Resolução do Conselho de Ministros número 73-A/2014 (2014). Diário da República n.º 242/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-16. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/73-a-2014-65908878>

Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2016). *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 92.

Rodrigues, F.M. (2022). Carta aberta ao Presidente da República. Ordem dos Psicólogos Portugueses. <https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/noticia/4215>

Roosevelt. (1910). “O homem na arena”. <http://cartasparamaria.com.br/o-homem-na-arena-theodore-roosevelt/>

Roths, L. (2020). Os Cursos EFA como analisadores da Validação de Adquiridos Experienciais em Processos Formativos com Adultos. In A. M. Canelas (Ed.), *Educação de Adultos: ninguém pode ficar para trás* (pp. 104-116). Conselho Nacional de Educação.

Rychen, D. S. E., & Salganik, L. H. E. (2001). *Defining and selecting key competencies*. Hogrefe & Huber publishers.

Santana, M.J. (2021). “Anda a cortar nos doces? Então a Feira das Lambarices não é para si. *Fugas*, 7 de outubro, 2021. <https://www.publico.pt/2021/10/07/fugas/noticia/anda-cortar-doces-entao-feira-lambarices-nao-1980205>

Santana, M.J. (2021). “Vale Domingos: a aldeia que é cada vez mais a capital das magnólias. E da inclusão. *Público*, 24 de abril, 2021. <https://www.publico.pt/2021/04/24/local/noticia/vale-domingos-aldeia-capital-magnolias-inclusao-1959084>

Santos, B. S. (1999). *A construção muticultural da igualdade e da diferença*. Centro de Estudos Sociais.

Santos, B. S. & Uni, C. D. S. (2001). Entrevista a Boaventura de Sousa Santos. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. *Educação e Realidade*, 26 (1), pp.13-32).

Santos, L. (2019). “Jornalista Céu Neves recebe prémio de jornalismo”. *Diário de Notícias*, 20 de maio 2019. <https://www.dn.pt/cultura/jornalista-ceu-neves-recebe-premio-de-jornalismo-10960934.html>

Sarason, S. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology*. Jossey-Bass.

Scatolin, F. D. (1989). Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná. *Porto Alegre*.

Schumpeter, J. A. (1926). *Théorie de l'évolution économique*, 2ª éd., Paris, Dalloz

Semedo, A (2014). “Parque Botânico recebe primeiras árvores”. *Região de Águeda*, 11 de março, 2014. <https://regiaodeagueda.pt/parque-botanico-de-vale-domingos-recebe-primeiras-arvores/>

Sen, A. (1979). *Equality, Equality of What?* The tanner lecture on human values, delivered at Stanford University, May 22, https://www.suz.uzh.ch/dam/jcr:fffff-df42-7cac-ffff-ffffd4ec9ff2/SEN_1.pdf

Serra, C. (2014). Introdução: políticas que partam da margem. In R. Arruda, J. Colaço & A. Baia, *O que é a exclusão social?* (pp.7-13). Escolar Editora. SobralSilva, M. M. (2003). Empowerment: possível estratégia da prática profissional em direcção à cidadania activa. <https://doi.org/10.34628/pz5e-4976>

Sintomer, Y., Herzberg, C., Allegretti, G., & Röcke, A. (2012). Aprendendo com o Sul: O Orçamento Participativo no Mundo-um convite à cooperação global: Estudo. *Diálogo Global*, (25), 1-81. <http://hdl.handle.net/10316/42277>

Smith, A. (2017). *A riqueza das nações*. Nova Fronteira.

Sousa, J. (2020). Emoções, Artes e Intervenção: os elementos estruturantes da Animação Artística. *Emoções, artes e intervenção*, 6-15. <http://hdl.handle.net/10400.8/6627>

Sousa, J. (2021). A animação artística na construção de um envelhecimento mais ativo criativo. In Sousa, J., Santos, M. J., Magueta, L., Lopes, M. D. S. P., & Brites, L. (Cords.). *Emoções, Artes e Intervenção-Perspetivas Multidisciplinares* (pp. 143-153). Almedina. <http://hdl.handle.net/10400.8/6477>

Sousa, J. G., & Baptista, M. M. (2015). Ócio e cultura na (re) construção identitária de pessoas idosas institucionalizadas. *Revista Subjetividades*, 15(2), 275-286. <https://doi.org/10.5020/23590777.15.2.275-286>

Souza, J. (2000). Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 133-158. <https://www.scielo.br/j/ln/a/TM8BjtTkn3GWfkCC56BHPcC/?lang=pt>

Talpin, J. (2009). Schools of Democracy: How ordinary citizens become competent in Participatory Budgeting Institutions in Europe. In Daly, K.; Schergurensky, D.; Lopes, K. (eds.), *Learning Democracy by Doing: Alternative Practices in Citizenship learning and Participatory Democracy* (pp.682-694). Transformative Learning Centre.

Teles, J.P. (2022). “Feira das Lambarices é o Melhor Evento Nacional de 2021”. *Jornal da Bairrada*, 29 de março, 2022. <https://www.jb.pt/2022/03/feira-das-lambarices-e-melhor-evento-nacional-de-2021/>

Terra Nova (2017). “Requalificação do parque Botânico de Vale Domingos é inaugurada este sábado”. *Terra Nova*, 1 de abril, 2017. <https://www.terranova.pt/noticia/sociedade/requalificacao-do-parque-botanico-de-vale-domingos-e-inaugurada-este-sabado>

Terra Nova (2020). “Vale de Domingos quer ser referência nacional na área da integração social”. Terra Nova, 15 de dezembro, 2021. <https://www.terranova.pt/noticia/politica/vale-de-domingos-quer-ser-referencia-nacional-na-area-da-integracao-social>

Terra Nova (2021). “Águeda: Vale Domingos inaugura Quinta das Magnólias”. Terra Nova, 13 de abril, 2021. <https://www.terranova.pt/noticia/cultura/aguada-vale-domingos-inaugura-quinta-das-magnolias>

The Youg Foundation. <https://www.youngfoundation.org/>

Tuckman, B. (2012). *Manual de Investigação em Educação*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Turner, E. (2012). *Communitas: A antropologia da alegria coletiva*. Springer.

Van der Zee, H. (1996). The learning society. In Raggatt, P., Edwards, R. & Small, R. (eds). *The learning society: Challenges and trends*, (pp. 162-183). Routledge/The Open University

Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista SoCERJ*, 20(5), 383-386.

Volmink, J. D. (2019). Ubuntu: Filosofia de vida e ética social. In *Construir Pontes Ubuntu para uma liderança servidora* pp. 47-68. Academia de Líderes Ubuntu.

Watt, P. (2006). Respectability, roughness and ‘race’: Neighbourhood place images and the making of working-class social distinctions. *International journal of urban and regional research*, 30(4), 776-797. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2006.00688.x>

Weber, J. M. (2012). Social innovation and social enterprise in the classroom: Frances Westley on bringing clarity and rigor to program design. *Academy of Management Learning & Education*, 11(3), 409-418. <https://doi.org/10.5465/amle.2011.0403>

Weinert, F. E. (2001). Concept of competence: A conceptual clarification. In D. S. Rychen & L. H. Salganik (Eds.), *Defining and selecting key competencies* (pp. 45–65). Hogrefe & Huber Publishers.

Xiberras, M. (1993). *As teorias da Exclusão: Para uma construção do Imaginário do Desvio*. Ed. Instituto Piaget.

Yin, R. K. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. Newbury Park, CA: Sage.

Young, J. (2002). *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Revan.

Zahra, S., Gedajlovic, E., Neubaum, D. & Shulman, J. (2009). A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. *Journal of Business Venturing*, no 24, pp. 519-532. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2008.04.007>

Zimmerman, M. A., & Rappaport, J. (1988). Citizen participation, perceived control, and psychological empowerment. *American Journal of community psychology*, 16(5), 725-750.

ANEXOS

ANEXO 1 – CAPA JORNAL REGIÃO DE ÁGUEDA 13/03/2013

CONCLUSÃO ESTUDOS E FORMAÇÃO
CURSOS AFILIADOS FORMACAO FINANCIADA

TÉCNICO/A MESA-BAR
TÉCNICO/A REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO

LOCAL: ÁGUEDA INSCRIÇÕES ABERTAS

DE 15 ANOS ATÉ 24 ANOS... INSCREVA-TE!
DE 15 ANOS ATÉ 24 ANOS... TÉCNICO NÍVEL III

www.conclusao.pt

234 623 370

Região de ÁGUEDA

Director: Rui de Almeida Bastos
Director Adj.: Augusto Semedo

PORTUGAL
SOCIADADE
CIT. COOPERATIVA 45891

SEMANÁRIO
ANO XV - N.º 749
13 MARÇO | 2013 0,60€ (IVA incluído)

www.regiãodeagueda.com

MACINHATA

"MUDAR DE LINHA" PELA EVOLUÇÃO E PROMOÇÃO DE SERNADA DO VOUGA

PÁG. 13

"ONDE É QUE NÓS ESTAMOS METIDOS?"

MORADORES DE VALE DOMINGOS REVOLTADOS COM FALTA DE SEGURANÇA

PÁG. 2

MUNICÍPIO

CUSTOS COM RECOLHA DO LIXO DIMINUÍRAM COM NOVO CONTRATO

PÁG. 3

RELIGIÃO

NOVA CAPELA DO SENHOR DOS PASSOS EM SEMANA... DOS PASSOS

PÁG. 2

CRIME

CICLISTA APANHADO COM 4,41 G/L DE ÁLCOOL

PÁG. 6

QUEALUZ
MANUTENÇÃO - INTERIORS

91 204 847 044 - 234 623 370
91 204 847 044 - 91 652 701 044

FUTEBOL

JÉSSICA SILVA NO MUNDIALITO E NA LIDERANÇA DOS GOLOS

VALONGUENSE PERTO DA SUBIDA À I. DISTRIAL

PÁG. 16

CA
Baixo Vouga

Juntos somos mais
Abertas em:
Av. do Zé do Povo, 10000
Rua - Calçada da Encarnação
Aç. do - C. do - Touros

ALOJA DO NOVO E USADO

MÓVEIS E SOFÁS
(PEÇAS DE OCASIÃO)

Ver página 12

DESCONTOS ATÉ 6 cênt. por litro

bp

Ver página 8

Dr. Raquel Magalhães
kitaMEDida

Ver página 25

ANEXO 2- CAPA DO JORNAL REGIÃO DE ÁGUEDA 29/05/2013



ProBeauty
ACESSÓRIOS

VENHA CONHECER A SUA NOVA LOJA

Rua Dr. José Soares / N.º 20 / T. 234 601 118
#TPHFACEBOOK.COM/PROBEAUTYMODELA

Região

de ÁGUEDA

PORTUGAL

REGIÃO DE ÁGUEDA
CONFÉSSÃO

SEMANÁRIO
ANO XV - N.º 790
29 MAIO | 2013 | 0,60€ (IVA incluído)

Director: Rui de Almeida Bastos
Director Adj.: Augusto Senedo

www.regiãodeagueda.com

ÁGUEDA E O HOSPITAL

SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
NÃO QUER
HOSPITAL POR
"SER OBRIGAÇÃO
DO ESTADO"

PÁG. 4



PROJETO COMUNITÁRIO PARA UM NOVO VALE DOMINGOS

PÁG. 2

MOURISQUENSE



**BENJAMINS
CAMPEÕES**

PÁG. 21

BORRALHA

NOVA ESCOLA INAUGURADA

PÁG. 7

RECARDÃES

**IDOSO DESAPARECIDO
ENCONTRADO MORTO**

PÁG. 28

CA
Baixo Vouga

Juntos somos mais
Agência em:
Av. da Águeda - Baixo Vouga
Tel: 234 601 118
Ag. de Cr. - T. 234 601 118

**ALOJADO
NOVO E USADO**

MÓVEIS E SOFÁS

(PEÇAS DE OCASIÃO)

Ver página 12

CONCLUSÃO ESTUDOS E FORMAÇÃO

CURSOS
APRENDIZAGEM

FORMAÇÃO FINANCEIRA

- TÉCNICO/A MESA-BAR
- TÉCNICO/A REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO

LOCAL: ÁGUEDA

SO TEMOS ENTRE 16 E 24 ANOS... INSCREVA-TE!
QUALIFICAÇÃO 12º ANO - TÉCNICO 5 ANOS

www.conclusao.pt

☎ 234 623 370

ANEXO 3 – CONSENTIMENTO INFORMADO



CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDOS DE INVESTIGAÇÃO

(de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo)

Por favor, leia com atenção a carta de estudo e a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Eu, Rosália Maria da Rocha Coelho, estou a desenvolver uma pesquisa para dissertação em Desenvolvimento Comunitário, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, sob a orientação da Professora Doutora Jenny Sousa.

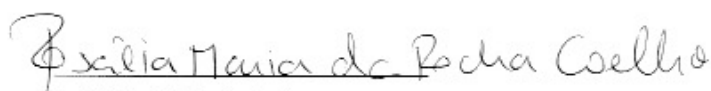
A pesquisa consiste em compreender de que forma a comunidade percebe a importância da Associação de Vale Domingos no desenvolvimento comunitário de Vale Domingos.

Conforme indicado na carta de estudo, será necessária recolha de dados, por meio de gravação áudio da entrevista semiestruturada.

A sua participação no estudo não constitui prejuízos e será voluntária, podendo desistir a qualquer momento. Será garantido o uso exclusivo dos dados recolhidos para fins do presente estudo.

Coloco-me à disposição para realizar quaisquer esclarecimentos que venham a surgir.

Águeda, 2 / 8 / 2022.


Rosália Maria da Rocha Coelho

Consentimento do participante

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações que me foram fornecidas. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar a minha participação no estudo sobre "de que forma a comunidade percebe a importância da Associação de Vale Domingos no desenvolvimento comunitário de Vale Domingos", sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram.

Nome: _____

ASSINATURA _____

Águeda, ____/____/2022.

Observação: Os dados referentes ao documento de identificação não serão incorporados à dissertação. Os dados são solicitados para efeitos de oficialização do registro do consentimento do participante.

ANEXO 4- QUESTIONÁRIO-COMUNIDADE

O presente questionário é um dos instrumentos de avaliação do Projeto *Parque Botânico de Vale Domingos*, e tem como principal objetivo recolher, junto dos elementos da comunidade de Vale Domingos, informação sobre o impacto do Projeto para esta mesma comunidade.

A sua opinião é muito importante neste processo. Nesse sentido, solicitamos que responda às questões da forma mais verdadeira possível.

Gratos desde já pela sua colaboração!

Todas as respostas são confidenciais e anónimas.

(1. Caraterização)

1. Sexo

Feminino Masculino

2. Idade: _____ anos

Escolaridade: _____

Situação profissional: _____

3. Conhece o Parque Botânico de Vale Domingos?

Sim Não

3.1 Se sim, costuma frequentar o Parque Botânico de Vale Domingos?

Sim Não

Se sim, com que frequência: _____

3.2 Se sim, costuma participar em alguma atividade do Parque Botânico de Vale Domingos?

Sim Não

3.3 Se sim, qual? _____

3.4 Com que frequência? _____

(2 – Valor Produzido na Comunidade)

1. Durante o último ano, sente que o Parque Botânico de Vale Domingos (nomeadamente as atividades que nele são desenvolvidas), tem contribuído para:

	Nada	Pouco	Em parte	Bastante	Extremamente
	1	2	3	4	5
1.1 Ser mais proativo [esforçar-se para conseguir alcançar algo, para que algo aconteça]					
1.2 Ter mais capacidade de iniciativa [ter a capacidade para agir, sem esperar que os outros o façam primeiro]					
1.3 Ser mais autónomo [ser mais independente, não depender tanto dos outros para concretizar algo]					
1.4 Ser mais otimista					

[ser capaz de ver o lado positivo]					
1.5 Ter uma atitude mais positiva [agir de uma forma mais positiva, para si, para os outros e para o mundo que o rodeia]					
1.6 Se sentir mais confiante [sentir que tem capacidades e que acredita nas mesmas]					
1.7 Ser mais tolerante [respeitar as opiniões dos outros, não responder com agressividade]					
1.8 Ter mais respeito pelas outras pessoas e pelos espaços públicos					
1.9 Partilhar mais					
1.10 Cooperar mais [trabalhar em conjunto para objetivos comuns]					
1.11 Conseguir adaptar-se melhor a diferentes situações [conseguir ajustar-me face à realidade e aos desafios que vão aparecendo]					

2. Na sua opinião, o Parque Botânico de Vale Domingos tem contribuído para aumentar o seu sentimento de pertença à comunidade de Vale Domingos?

[entende-se por sentimento de pertença à comunidade, o sentimento de que faz parte de uma comunidade, que nela participa e que demonstra interesse pela mesma]

Sim Não

2.1 Se respondeu sim, em que medida o Parque Botânico de Vale Domingos contribuiu para aumentar o seu sentimento de pertença à comunidade de Vale Domingos:

Muito pouco	Pouco	Razoavelmente	Bastante	Totalmente
1	2	3	4	5

3. Na sua opinião, o Parque Botânico de Vale Domingos tem contribuído para a construção de uma identidade local?

[entende-se por identidade local, o conjunto de características de uma comunidade e/ou de um local que a distinguem de outras comunidades e/ou locais]

Sim Não

3.1 Se respondeu sim, em que medida o Parque Botânico de Vale Domingos contribuiu para a construção de uma identidade local:

Muito pouco	Pouco	Razoavelmente	Bastante	Totalmente
1	2	3	4	5

4. Na sua opinião, o Parque Botânico de Vale Domingos tem contribuído para aumentar o seu bem-estar, enquanto residente em Vale Domingos?

[entende-se por bem-estar, o conjunto de fatores de que uma pessoa precisa para ter uma boa qualidade de vida. Os fatores dependem de pessoa para pessoa, podem ser por exemplo, acesso a emprego, educação, saúde, tempo de lazer, lar para viver, recursos económicos que satisfaçam as suas necessidades]

Sim Não

4.1 Se respondeu sim, em que medida o Parque Botânico de Vale Domingos tem contribuído para aumentar o seu bem-estar:

Muito pouco	Pouco	Razoavelmente	Bastante	Totalmente
1	2	3	4	5

5. Na sua opinião, o Parque Botânico de Vale Domingos tem contribuído alterar a forma como se vê a si próprio/a e como os outros o/a veem?

[ou seja, tem contribuído para a imagem que tem de si e para a forma como os outros se relacionam consigo]

Sim, pela positiva Sim, pela negativa Não tem contribuído

5.1 Se respondeu sim, em que medida o Parque Botânico de Vale Domingos tem contribuído para alterar a forma como se vê a si próprio/a e como os outros o/a vêem:

Muito pouco	Pouco	Razoavelmente	Bastante	Totalmente
1	2	3	4	5

6. Na sua opinião, o Parque Botânico de Vale Domingos tem contribuído para valorizar o local e a comunidade de Vale Domingos?

[ou seja, tem contribuído para acrescentar valor/ contribuir com algo de positivo para o local e para a comunidade]

Sim Não

6.1 Se respondeu sim, em que medida o Parque Botânico de Vale Domingos tem contribuído para valorizar o local e a comunidade de Vale Domingos:

Muito pouco	Pouco	Razoavelmente	Bastante	Totalmente
1	2	3	4	5

(3 – Adequação do Parque Botânico de Vale Domingos às necessidades da comunidade)

1. Na sua opinião, em que medida as atividades realizadas no Parque são adequadas às suas necessidades?

Nada adequadas	Pouco adequadas	Razoavelmente adequadas	Bastante adequadas	Extremamente adequadas
1	2	3	4	5

2. No último ano, houve alguma alteração realizada nos espaços, estruturas ou atividades do Parque Botânico de Vale Domingos?

Sim Não

2.1 Se sim, quais foram as melhorias introduzidas?

2.2 Qual o seu nível de satisfação com as melhorias introduzidas:

Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Bastante satisfeito	Totalmente satisfeito
1	2	3	4	5

(4– A Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos)

1. Qual o seu nível de satisfação com o trabalho desenvolvido pela Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos?

Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Bastante satisfeito	Totalmente satisfeito
1	2	3	4	5

2. Qual o nível de confiança que tem sobre a Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos?

Não confio nada	Confio pouco	Confio razoavelmente	Confio bastante	Confio totalmente
1	2	3	4	5

Muito obrigada pela sua colaboração!

Data: ____/____/_____.

ANEXO 5 – GUIÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS A INFORMADORES CHAVE

Designação dos Blocos	Objetivos	Formulário de questões
A) Legitimação da entrevista	Legitimar a entrevista e motivar os participantes para a sua realização.	<p>Pontos a abordar nas perguntas desta fase inicial:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Clarificar os fundamentos/objetivos da entrevista; ○ Solicitar a colaboração do entrevistado; ○ Obter a sua autorização para a gravação áudio da entrevista; ○ Garantir a confidencialidade do entrevistado (relembrar que foi preenchido o documento de consentimento informado); ○ Clarificar a forma como pretende ser tratado durante a entrevista (ex.: você/tu); ○ Esclarecer o entrevistado de que pode solicitar uma clarificação/reformulação sempre que não compreender uma determinada pergunta; ○ Agradecer a colaboração do entrevistado.
B) Caracterização dos entrevistados	Recolher informações gerais sobre os participantes;	<p>Pontos a abordar nas perguntas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Idade 2. a) Nome 3. b) Profissão 4. c) Quanto tempo vive em VD/ trabalha com VD 5. Habilitações académicas
C) Perceção de VD antes do Parque Botânico	Recolher informações sobre a representação social de Vale Domingos antes do Parque Botânico;	<ol style="list-style-type: none"> 6. Quais eram os principais problemas sociais antes do Parque Botânico? 7. Quais eram as potencialidades da comunidade antes do Parque Botânico?

Designação dos Blocos	Objetivos	Formulário de questões
D) Início do Projeto	Conhecer o processo de criação e desenvolvimento do projeto;	8. Como surgiu a ideia do Parque Botânico? 9. Como se mobilizou a comunidade? 10. Quais foram as dificuldades? Como foram superadas?
E) Trabalho desenvolvido	Descrever o trabalho desenvolvido desde a ideia até agora; Avaliar o envolvimento da comunidade; Identificar os problemas sociais que estão a ser respondidos; Identificar as competências que estão a ser desenvolvidas na comunidade;	11. Desde 2011 o que foi feito até agora? 12. Ao longo deste caminho qual a sua perceção do envolvimento da comunidade? 13. Que problemas sociais sente que estão a ser respondidos? 14. Que competências sente que a comunidade desenvolveu?
F) Necessidades e interesses da população de VD em termos de DC	Mapear as necessidades da população de VD; Descrever as áreas de interesse da população de VD; Conhecer propostas de intervenção;	15. Atualmente que necessidades identifica na população de VD? 16. Atualmente quais são os interesses da população de VD? 17. Que propostas de intervenção poderão responder às necessidades e interesses da população de VD?
G) Finalização da entrevista	Concluir a entrevista e agradecer a colaboração dos participantes.	Pontos a abordar na fase final da entrevista: <ul style="list-style-type: none"> ○ Gostava de dizer mais alguma coisa em relação a este tema? ○ Ao longo deste sonho coletivo qual/quais os momentos que mais o marcaram? ○ Agradecer a disponibilidade e a participação do entrevistado;

Designação dos Blocos	Objetivos	Formulário de questões
		<ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="965 320 1973 386">○ Reforçar que o entrevistado pode ter acesso à gravação e à transcrição da entrevista, caso assim o entenda.

ANEXO 6 – GUIÃO *FOCUS GROUP*

Designação dos Blocos	Objetivos	Formulário de questões
A) Legitimação do <i>focus group</i>	Legitimar o <i>focus group</i> e motivar os participantes para a sua realização.	Pontos a abordar nas perguntas desta fase inicial: <ul style="list-style-type: none"> ○ Clarificar os fundamentos/objetivos do <i>focus group</i>; ○ Solicitar a colaboração dos participantes; ○ Obter a sua autorização para a gravação áudio da entrevista; ○ Garantir a confidencialidade dos participantes; ○ Agradecer a colaboração dos participantes.
B) Início do Projeto	Conhecer o processo de criação e desenvolvimento do projeto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como surgiu a ideia do Parque Botânico? 2. Como se mobilizou a comunidade?
C) Necessidades e interesses da população de VD em termos de Desenvolvimento comunitário	Mapear as necessidades da população de VD; Descrever as áreas de interesse da população de VD; Conhecer propostas de intervenção;	<ol style="list-style-type: none"> 3. Atualmente que necessidades identifica na população de VD? 4. Atualmente quais são os interesses da população de VD? 5. Que propostas de intervenção poderão responder às necessidades e interesses da população de VD?
D) Finalização do <i>focus group</i>	Concluir o <i>focus group</i> e agradecer a colaboração dos participantes.	Pontos a abordar na fase final do <i>focus group</i> : <ul style="list-style-type: none"> ○ Gostava de dizer mais alguma coisa em relação a este tema? ○ Agradecer a disponibilidade e a participação no <i>focus group</i>;